



A JUVENTUDE CONSTRUINDO CIDADES MAIS HUMANAS



ENTREVISTA



Jandira Feghali



DOCUMENTÁRIO
Vila Itororó
Canteiro Aberto



Universitários
paulistas entre
Congressos e gestões

OCUPAMOS ESCOLAS, PREOCUPAMOS OS PODEROSOS

Com sua irreverência ingênua e rebelde, os secundaristas conquistaram o coração popular.

O movimento trouxe para o foco sentimentos até então perdidos numa sociedade frenética, como a solidariedade, a troca, o respeito, amor e revolução.

Os secundaristas e professores se fortaleceram e provaram que é possível pensar um novo ensino, com mais democracia, diversidade e valorização dos educadores.

**“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas”
(Rubem Alves)**

E muitas delas são flores.

ACOMPANHE AS LUTAS DA UBES:

ubes.org.br

facebook: **/ubesoficial**
twitter: **@ubesoficial**
snapchat: **@ubesoficial**
instagram: **@ubesoficial**

#PRIMAVERASECUNDARISTA



UNIÃO
BRASILEIRA DOS
ESTUDANTES
SECUNDARISTAS



CONTEÚDO

- 04** A Juventude construindo cidades mais humanas
- 06** Juventude e participação política
- 15** O pensamento complexo e o desafio da interdisciplinaridade
- 20** VILA ITORORÓ CANTEIRO ABERTO
- 23** O Jovem na Política Municipal
- 30** Drogas e juventude: uma breve discussão sobre a atual política de drogas.
- 36** Juventude espoliada, juventude revoltada, juventude organizada.
- 41** Direito à saúde e à vida para a juventude
- 44** Programa Jovem Monitor Cultural
- 52** AS CIDADES SÃO TERRITÓRIOS LIVRES PARA A LGBTfobia
- 56** Gênero e sexualidade: uma reflexão teórica/conceitual a partir da oficina itinerante do PIBIDgeo
- 62** Entrevista com Jandira Feghali
- 65** Universitários paulistas entre Congressos e gestões
- 70** Os desafios das políticas públicas para a juventude diante de recordes de exclusão sócio econômica
- 73** Instituto Pombas Urbanas
- 75** Estudantes mobilizados Contra o Golpe
- 76** O acesso e o direito pleno à cidade, passe livre, ocupações e a força da juventude
- 77** Ocupar a cidade é ocupar a política

Juventude.Br
ISSN 1809-9564

Juventude.Br é uma publicação do Centro de Estudos e Memória da Juventude - CEMJ

EDITORES

Euzébio Jorge Silveira de Sousa e Elisangela Lizardo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Luana Meneguelli Bonone

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Andrey Leitão

TIRAGEM

5 mil exemplares

COMISSÃO EDITORIAL

Elisangela Lizardo, Euzébio Jorge Silveira de Sousa, Thiago Custódio, André Tokarski, Luana Bonone, Nilson Weisheimer, Pedro Luiz Teixeira de Camargo.

CONSELHO DIRETOR DO CEMJ

André Tokarski, Carlos Eduardo Siqueira Pinheiro, Rubens Diniz, Ricardo Abreu de Melo, Roberto Daniel Cardoso Landim, Renata Czekay, Aline de Sousa Lima, Carlos André Conceição Alves, Maria das Neves, Arthur Carneiro Gomes, Anderson Bahia, Giovanni Klay Silva Trindade, Euzébio Jorge Silveira de Sousa, Larissa Miho Nishijima, Roberta Soeiro M. Souza, Marcelo Marigliani Arias, Elisangela Lizardo, Bruna Martins, Bruno Baronetti, Lauri Castro, Alexandre Machado Rosa.

DIRETORIA EXECUTIVA DO CEMJ

Presidente

Euzébio Jorge Silveira de Sousa

Diretora de Planejamento e Patrimônio

Larissa Miho Nishijima

Secretária Geral

Roberta Soeiro M. Souza

Diretor de Políticas Públicas

Marcelo Marigliani Arias

Diretora de Estudos e Pesquisas

Elisangela Lizardo

Diretora de Memória

Bruna Martins

Diretor de Cultura

Bruno Baronetti

Diretor de Comunicação

Lauri Castro

Diretor de Atividades Educativas e Esportivas

Alexandre Machado Rosa

A revista Juventude.Br aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério da editoria e do Conselho Consultivo do CEMJ, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica em compromisso da revista ou do CEMJ com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15.000 caracteres com espaços. Artigos maiores dependerão de acordo prévio com o editor. Os artigos devem ser enviados em formato de texto. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os artigos publicados na Juventude.Br são licenciados pela Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0. Maiores informações sobre a licença: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>

A JUVENTUDE CONSTRUINDO CIDADES MAIS HUMANAS

As grandes cidades têm se tornado territórios de grande hostilidade para uma vida saudável e interações sociais. Organizadas a partir das demandas da especulação imobiliária, das corporações ligadas ao transporte e das empresas que geram as mais excêntricas necessidades de consumo, os territórios urbanos geram desumanização e rompimentos de laços comunitários. Ao buscar construir grandes metrópoles com rotinas claras e eficiência logística, a fim de permitir o livre trânsito de mercadorias e da força de trabalho, a sociedade urbana industrial transpôs para a dinâmica das cidades a lógica capitalista de exclusão social e contradições. A busca por valorização de terras urbanas segregou os trabalhadores em regiões cada vez mais distantes de seus locais de trabalho, apertados em desconfortáveis transportes coletivos por duas ou até quatro horas por dia, deixando a jornada de trabalho ainda mais extenuante e improdutiva. A indústria dos sonhos automotivos se digladiava com políticas públicas de construção de corredores de ônibus e ciclovias que poderiam reduzir o martírio do deslocamento urbano. As vorazes construtoras utilizam seu poder financeiro para direcionar investimentos públicos em infraestrutura em áreas onde beneficiem seus negócios, privando vastas regiões das periferias de infraestruturas e garantia de direitos básicos.

A 14ª edição da revista Juventude.Br traz como mote: **A Juventude Construindo Cidades mais humanas**. A juventude que vive um período de experimentações, construção de autonomia e transição para a vida adulta se sociabiliza e constrói seus valores imersos nos conflitos das grandes cidades, convivendo com profundas desigualdades e, no caso brasileiro, pronunciadas diferenças geográficas por classe, raça/etnia e orientação sexual. A dinâmica do capitalismo brasileiro reproduz nas cidades a segregação social que impede o

encontro entre os filhos dos ricos e os filhos dos pobres em nenhuma dimensão da vida social, seja na escola, no transporte público, ou mesmo na balada. Essa característica ajuda a compreender porque as vítimas da violência urbana são jovens negros, pobres e da periferia, assim como compreender como a guerra contra as drogas são apenas mais uma das feições da desigualdade nas grandes cidades.

Mesmo com todas as contradições acima citadas, a juventude não só encontra válvulas de escape para diferentes formas de sociabilização e práticas culturais não mercantilizadas - cito os saraus nas periferias, os bailes Funks, os Rolezinhos, os coletivos culturais -, como protagonizam os mais diversos movimentos sociais de resistência política. O maior movimento recente de contestação da dinâmica econômica e social das grandes cidades foram as manifestações de Junho de 2013 que tiveram, como mote principal, o elevado preço do transporte público; vale destacar que movimentos por mobilidade urbana assumiram diferentes feições, a exemplo das organizações de ciclistas que ganham importância nas grandes metrópoles. Em 2015 e 2016 o movimento estudantil secundarista (por meio da UBES, entidades estudantis estaduais, mu-

nicipais e grêmios) ocuparam dezenas de escolas e casas legislativas em todo país, contestando a baixa qualidade da educação, o fechamento de escolas; o que obrigaria os jovens a estudarem mais longe de suas residências, a gastarem com o transporte até a escola e descaracterizaria a centralidade da escola na vida comunitária dos bairros. Como será visto no artigo “Juventude Espoliada”, na busca por construção de autonomia, os jovens protagonizam os movimentos por moradia, ocupando prédios e terrenos por todo o país. Com isso concluímos que as grandes cidades expressam as desigualdades e contradições de nossa sociedade urbana industrial, o subproduto da dinâmica caótica das cidades são nocivas não só para as relações sociais, como para a própria lógica de valorização de capital, em cidades paralisadas pela imobilidade urbana. Ainda assim, a juventude se organiza e se contrapõem de diversas formas a essa lógica mercantilizadora das relações sociais. Os temas acima apresentados serão tratados de forma aprofundada nos artigos a seguir. Boa leitura.

Euzébio Jorge Silveira de Sousa,
Presidente do CEMJ





Juventude e participação política: ***Levantamento da produção intelectual na América Latina***

Dra. Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha (UFPEL)¹
Ms. André Selayaran Nicoletti (UFSC)²

Resumo

Não há dúvidas de que a juventude enquanto objeto de investigação social, conquistou, gradativamente, espaço nas análises em Ciências Sociais constituindo-se em um nicho acadêmico importante no pensar a sociedade e as dinâmicas estabelecidas entre indivíduos e instituições. Enquanto ator social a juventude vem desempenhando papel importante e inovador na vida política dos países da América Latina e, principalmente, contribuindo para construir a democracia na região. Mas, apesar da diversificação das experiências, trajetórias, identidades, classificações e formas de participação analisadas os pesquisadores pouco conseguem dialogar com a literatura vizinha. Por isso, a necessidade de mapear a produção intelectual na área da participação política juvenil realizando um levantamento do estado da arte em escala latino-americana; possibilitando desvendar as diferentes perspectivas teóricas produzidas e colaborando com o intercâmbio de conhecimento entre os países da região. O resultado esperado é a produção de novas classificações sobre a ação e participação política juvenil que sirvam de base para o surgimento de novas hipóteses de trabalho na região.

Palavras-Chaves: participação política juvenil; estado da arte

Introdução: Juventude – o que é?

Ao buscar a origem do conceito de teenage, ou adolescente, Jon Savage produz “uma obra da história popular e não um trabalho acadêmico” (2009, p. 16), mas que mesmo assim, contribui para compreensão da construção social da juventude ocidental. O autor destaca que o conceito de teenage tem sua origem identificada ao período do pós-guerra, mas que existe uma pré-história a ser resgata que possibilitou a criação desse conceito. Ele destaca o Século XVIII como portador de movimentos quegerariam a percepção sobre algo diferente e além da infância e fase adulta, um período de características próprias. Destaca o filósofo francês Jean Jacques Rousseau, em obras como *Emílio*, ou da Educação e Confissões, (1762), como um dos primeiros a denunciar a percepção social pouco compreendida dessa especificidade e seus impactos; onde o período era tão definitivo na vida de um ser humano que representa um novo nascimento e por isso precisaria deeducação.

Destaca-se na obra de Savage (2009) dois apontamentos: o primeiro, onde chama atenção para uma construção dialética da identidade juvenil, que aparece como único período consciente do ser que está desobrigado da manutenção e reprodução da vida social e por isso está livre para pensar, para experimentar e, conseqüentemente criar, associando essa como a melhor e mais promissora fase da vida, e seu oposto, onde a fase é associada a descontrole, às transformações físicas e psíquicas que provocam impacto de tal monta que precisa ser controlada, disciplinada e vigiada; a demonização da juventude como rebelde, desordeira e violenta; o segundo, chama atenção para um movimento do ator jovem que começa a colocar-se como ser autônomo capaz de pensar e decidir, ser além de um espelho, mas ao mesmo tempo dependente das gerações anteriores. A literatura deixa clara que o processo de construção dessa identidade ou conceito no mundo ocidental foi lento, é mutável, mas definitivo. Não há como ignorar a fase de transição como algo específico, que gera um novo ator social. Os tratamentos dados por cada sociedade para essa fase da vida e para o ator resultante pode não ser uniforme, mas não

há como ignora-la ou acusar a inexistência do ator social resultante desse período da vidahumana.

Ambas as características identificadas por Savage (2009) podem ser encontradas, com maior ou menor adesão, na literatura que trata de juventude atualmente. A imagem pendular da juventude como gênio ou monstro, como herói ou aberração, como protagonista ou vítima permanece, seja como herança corretamente identifica pelo autor, ou como parte constitutiva da construção social dessa imagem social. Assim, como a construção de uma identidade autônoma que se desprega da extensão das crianças ou projetos de adultos para se configurar em agente. Existe um conflito nessa concepção que perpassa as relações sociais e de poder que pode ser classificado como geracional, uma vez, que a juventude é associada ao futuro. Contudo, o movimento inacabado de construção social da juventude reivindica cada vez mais no Século XXI, principalmente na América Latina, dado o contingente populacional que representa, o lugar de presente.

Deve-se considerar que a juventude desde o Século XX é um ator político que vem se confrontando com as profundas transformações ocorridas nas relações sociais, econômicas e políticas. As mudanças transcorridas nos principais meios de socialização do Século XX, como a família, os mercados e o Estado, são alguns dos aspectos que contribuíram para a necessidade de adaptação constante. Dessa forma, (...) “A juventude’ como tal (não os jovens) é um produto histórico resultado de relações sociais, relações de poder, relações de produção que geram este novo ator social” (BALARDINI, 2000. p.12).

Nesse sentido, a juventude contemporânea latina americana é um produto histórico da sociedade burguesa e do processo de democratização dessas sociedades, e o debate sobre a juventude conforma um campo de conflito simbólico e político no qual as distintas perspectivas lutam por se posicionar como referentes válidos na construção de discursos legítimos. (BONDER, 1999). Dessa forma, é possível pensar a juventude como um período de uma trajetória de vida e de incorporação de um modo de ser político, econômico e cultural (CASTRO, 2002).

É possível constatar a multiplicidade de definições

¹ Doutora e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFpel), atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da mesma instituição.

² Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). Bacharel em Direito pela Faculdade Atlântico Sul de Pelotas. Advogado e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da UFSC.

de juventude na literatura especializada, e de faixa etária com variações nos recortes iniciais e finais. Observam-se abordagens que incluem desde a adolescência, por volta dos 15 anos, até jovens adultos, estendendo-se aos 29 anos. Acrescenta-se a velocidade dos processos de mudanças sociais para dificultar a obtenção de um denominador comum sobre os critérios de definição conceitual da categoria jovem. Dessa forma, como afirma Groppo: “As definições de juventude passeiam por dois critérios principais, que nunca se conciliam realmente: o critério etário (herdeiro das primeiras definições fisiopsicológicas) e o critério sócio-cultural” (2000, p. 9).

Em uma abordagem sobre o assunto, León (2003) faz a diferenciação conceitual entre adolescência e juventude. Segundo o autor, esses conceitos correspondem a “uma construção social, histórica, cultural e relacional, que através das diferentes épocas e processos históricos e sociais tem adquirido denotações e delimitações diferentes”. Dessa forma, a adolescência tem se caracterizado enquanto período de transição para a fase adulta, sendo objeto preferencial da Psicologia, enquanto a juventude seria uma categoria social que tem despertado mais o interesse das Ciências Sociais e Humanas. Nesse caso, parte-se do indivíduo para apreender as relações sociais que ele estabelece.

Contudo, a compreensão da juventude enquanto categoria social vem sendo questionada, por ser atribuída a essa concepção uma homogeneização dos sujeitos jovens que são e vivem realidades díspares. Um simples olhar sobre os jovens demonstra a busca crescente pela diferenciação, seja no consumo, através da montagem de um estilo próprio, seja nas atitudes, ou inscrito no próprio corpo. Pode-se alegar que é um processo natural, na fase conhecida como adolescência, em que se busca a constituição de uma identidade autônoma.

A cultura tem aparecido como um fator de diferenciação e/ou inclusão social que se realiza no mercado, que se diversifica em nichos e oferece status de consumidor à criança e ao jovem, através de produtos dirigidos e “personalizados”, como as linhas especialmente desenvolvidas para teens, esportistas, negros e outros. Movimentos como o hip hop, o dance, ou tecno rapidamente tem se transformado em mais um produto da indústria cultural a ser consumido por “playboys ou patricinhas, manos ou minas”, indistintamente. A moda se tornou o caminho adotado para a expressão da identidade, marca de pertencimento a um gueto, ou tribo, e por isso não se fala mais em identidades coletivas como a nacionalidade, de estudantes, ou socialistas, mas da convivência de fragmentos de diversas identidades: bad boy, grafiteiro, skatista, surfista, negro, pobre, ambientalista, mulher... A

diversidade se unifica e é reconhecida em uma identidade de cidadão somente quando se realiza através do consumo, diferenciado em um mercado setorial utilizado por esse indivíduo pra compor sua “marca”, ou melhor, identidade, que demanda novos direitos, como o de cotas nas Universidades, ou direitos de consumidor.

Tudo está inscrito nos jovens, nos cabelos, peles, modos de falar e movimentar, nas roupas e gostos, o espaço social está determinado para eles como uma possibilidade natural. “Como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais”. (BOURDIEU, 1996, p. 160). Fazem-se necessários, então, outros espaços de atuação para o jovem, que não os tradicionais, como a escola, os partidos, as associações, os sindicatos, ou movimentos estudantis. Estes não são capazes de atender suas demandas e não se apresentam como um espaço social disponível para a atuação cidadã desses jovens.

Dessa forma, há os que defendem a impossibilidade de usar o termo “Juventude” no singular (QUAPPER, 2000; CARDOSO, 2004; LEÓN, 2003), afirmando ser mais realista falar em “Juventudes”, tal a heterogeneidade e multiplicidade de classificações dessa população. Contudo, apesar do reconhecimento de que se deve desconstruir a Juventude como categoria homogênea e universal, o que levaria a falar em Juventudes, no plural; questiona-se a compreensão de Touraine (1996) da juventude como “uma construção cultural e administrativa, uma parte da imagem que uma sociedade tem de si mesma” em contraposição à da juventude enquanto uma categoria social. Assume-se, neste trabalho, a juventude como categoria social no sentido em que a utiliza Groppo, inspirado no conceito de grupo social concreto de Mannheim (1982), como uma categoria social que se torna ao mesmo tempo “uma representação sócio-cultural e uma situação social”. (2000. p.7).

A percepção acima exposta aponta para uma concepção que ao mesmo tempo reconhece as especificidades de construções socioculturais e identitárias, reconhece também elementos que transcendem essas particularidades sem anulá-las, o que permite definir a juventude, nos termos de Abad, como uma categoria social, “interclassista e comum a ambos os sexos, definida por uma condição específica que demarca interesses e necessidades próprias, desvinculadas da ideia de transição e suas instituições responsáveis” (ABAD, 2003, p. 23).

Dessa forma, “(...) ‘A juventude’ como tal (não

os jovens) é um produto histórico resultado de relações sociais, relações de poder, relações de produção que geram este novo ator social” (BALARDINI, p.12), cujas representações sociais extrapolam as questões psicológicas de adaptação, comportamento, ou moratória, predominantes até pouco tempo atrás. Em seu lugar, ganham destaque noções que enfatizam a importância da juventude como cidadã, portadora de deveres e direitos, e protagonista. Essa nova compreensão da juventude tem incidido, sobretudo, nos debates sobre a formulação de políticas públicas e enfatizado a importância dos jovens como sujeitos sociais (BALARDINI,1999; CASTRO, M. G,2002).

Nesse sentido, as novas percepções sobre juventude têm chamado atenção para a questão da participação social do/a jovem no combate ao processo de exclusão social. A participação social dos/as jovens tem possibilitado a valorização deles (as) enquanto sujeitos sociais capazes de participar como empreendedores, voluntários, representantes, e/ou diversas outras formas e, assim, promover ações para sua integração na sociedade. Essa realidade vem quebrando a visão dos/as jovens como incapazes sociais, política e culturalmente, dando origem a ações promotoras da participação plena da juventude na vida social. É o ideário da participação da sociedade enquanto ator para implementação e gestão de políticas públicas e também como agente fiscalizador do Estado, que tem sido defendido no combate à corrupção e à cultura política autoritária, principalmente por partidários das concepções alternativas dedemocracia.

As contribuições dos latinoamericanos Margulis e Urresti para o campo da sociologia da juventude – “amoratória”

O dicionário Aurélio (2002) apresenta como uma das definições de moratória o “ato de adiar os vencimentos das dívidas, suspendendo os pagamentos e ações na justiça”, e é com analogia a essa situação que surge, no cerne da produção acadêmica sobre juventude, o termo “moratória”, cujo objetivo é destacar o período em que aos jovens é permitida a suspensão de certas obrigações e responsabilidades – como trabalhar e constituir família – justificada como um elemento construído socialmente que permite aos jovens (ou

a alguns jovens) fazer suas escolhas e experimentar o mundo (SANTOS, 2010; PEREIRA,2007).

Foi o psiquiatra alemão, Erik Erikson (1968), que desenvolveu o conceito de moratória psicossocial, definindo como um compasso de espera nos compromissos adultos – amparado pelas instituições sociais. Em 1983, Bourdieu argumentou que essa fase de moratória não contemplava toda juventude, mas apenas a da classe burguesa, que possuía condições econômicas e materiais para postergar determinados papéis sociais para outro estágio da vida.

Visando incorporar na análise todas as camadas sociais, os autores latinoamericanos Margulis e Urresti (1996), desenvolveram duas categorias de moratória: a social – que está voltada, principalmente para as camadas mais abastadas economicamente – e a vital – presente em todos os estratos sociais. Em linhas gerais a moratória social está relacionada a uma permissão da família para que o jovem postergue suas responsabilidades com a sociedade. É com base nessa permissão que o jovem adia a sua entrada no mundo do trabalho, por exemplo, dedicando-se aos estudos, ao lazer e a sua aprendizagem para a vida. Nesse período o jovem é pouco cobrado pela família e esse interstício é justificado como a fase do amadurecimento (SANTOS, 2010; PEREIRA, 2007). Os autores chamam a atenção de que quanto mais alta for a camada social em que o jovem está inserido maior será o seu período de moratória (MARGULIS E URRESTI, 1996) o que é justificado pelo fato de que nas camadas populares os jovens precisam trabalhar muito cedo para ajudar no sustento da família e/ou sustentar sua própria família, tendo pouco tempo para se dedicar exclusivamente ao seu amadurecimento, investindo menos tempo nos estudos. Já a moratória vital é comum a todas as classes, marcada pela fase de vigor juvenil e afastamento da morte, seria uma moratória característica da condição juvenil e fortemente relacionada com aspectos de ordem biológica, afastando elementos de diferenciação sociais. De acordo com Alexandre Barbosa Pereira (2007)

Há que salientar ainda o que talvez seja o caráter mais importante da definição da juventude na contemporaneidade: sua supervalorização. Ser jovem, hoje, é um dos maiores desejos. E ser jovem implica modificar o corpo numa tentativa de retardar o envelhecimento, mas também tentar desfrutar um estilo juvenil, marcado pelo consumo de determinados bens materiais e simbólicos. Ocorre, assim, a extensão do que seria a faixa etária entendida como jovem, tanto para cima quanto para baixo: as crianças se tornariam jovens ou adolescentes cada vez mais cedo e os jovens adultos envelheceriam cada vez

mais tarde. Já é fenômeno bastante estudado no contexto europeu o adiamento da saída da casa dos pais, porexemplo.

O fato é que “a condição histórico-cultural de juventude não se oferece de igual forma a todos os jovens”, Sousa e Durand (2002, p.171). Por isso, a importância teórica em distinguir “moratória social” e “moratória vital”, um importante achado para refletir sobre as nuances dos mecanismos juvenis de sobrestar papéis sociais.

Variações e perspectivas na definição do “coorte etário” nos estudos de juventude

Com base no que destacamos na parte introdutória deste artigo a juventude constitui um grupamento social heterogêneo, cujos valores, práticas e rituais são moldados pela sua vivência em sociedade. Esse é um conceito de juventude, levando em consideração a produção intelectual da área aqui já esboçada. No entanto, esta seção buscará demonstrar como os organismos internacionais, nacionais e a legislação vigente no país definem o recorte etário de juventude, lembrando que esse recorte se constitui em arbitrários sociais (para usar as palavras de Bourdieu, 1983). Tal delimitação é pouco consensual nos estudos de juventude, por isso, tentaremos abordar, pelo menos, os principais recortes trazidos pela literatura. Schimidt (2001, p. 186) elucidou que na pesquisa realizada em sua tese “foram encontrados como limites extremos de juventude as idades de 12 anos e 35anos”.

Em 1985, a Organização das Nações Unidas (ONU), em virtude do que foi conhecido como o ano internacional da juventude, definiu como recorte para as análises estatísticas, a faixa que vai dos 15 aos 24 anos de idade – faixa essa que se manteve com o Programa Mundial de Ação para a Juventude, de 2000. Nessa mesma direção caminhava boa parte dos estudos sobre juventude no Brasil e no mundo, inclusive o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão governamental, chegou a filiar-se a esse recorte, posteriormente acabou reformulando suas diretrizes com base na Política Nacional de Juventude que entende como melhor recorte aquele que se estende dos 15 aos 29 anos, ampliando significativamente esse escopo. Aliás, essa definição de juventude, compreendida entre os 15-29 anos, é utilizada pelo governo brasileiro na elaboração e implementação de políticas públicas. Sobre o recorte, Regina Novaes (2013, p.178) destaca:

Na época da pesquisa do Projeto Juventude [2003], a faixa 15 a 24 anos era o padrão das pesquisas nacionais e internacionais. Posteriormente, a faixa 15 a 29 anos – utilizada pela Unesco – segue a legislação brasileira, que criou em 2005 a Secretaria Nacional de Juventude e o Conjuve (Conselho Nacional de Juventude), o que já permitiu visualizar diferentes níveis de escolaridade.

Essa tendência de ampliação do escopo já vinha ganhando relevo nos estudos sobre juventude na Europa, caracterizados, principalmente, pelo crescimento do período de moratória social entre os jovens e aumento da expectativa de vida da população em escala transnacional (SCHMIDT, 2001). O texto da Política Nacional de Juventude (2006) esclarece:

A classificação etária serve apenas como um parâmetro social para o reconhecimento político da fase juvenil, servindo como uma referência imprescindível e genérica para a elaboração de políticas públicas. Em um entendimento mais amplo, ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso por opção ou por origem - em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências.

No Brasil, em agosto de 2013, passou a vigorar a Lei n. 12.852/2013 que instituiu o Estatuto da Juventude e dispôs sobre o direito dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, uma conquista dos movimentos sociais e da sociedade civil. Nesse sentido, o §1º do artigo 1º da lei, assim preceitua: “para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”.

Dentro desse espectro há uma diferença etária significativa – são quatorze anos entre 15-29 anos – um período considerável de distanciamento, já que as percepções de mundo e as vivências geracionais podem afetar o processo de concepção dos jovens, conforme a faixa-etária em que estão inseridos. Atentos a essa preocupação alguns autores dividem o grupo de jovens em: “jovens adolescentes” e “jovens adultos” (POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2006; GAUTHIER, 2005).

Na próxima seção nossa preocupação está em compreender como se constitui o campo de estudos sobre juventude na América Latina.

O campo de estudos sobre juventude

Atualmente, é possível perceber uma preocupação em sistematizar o

conhecimento sobre juventude na América Latina, com a intenção clara de melhorar os aparatos conceituais e metodológicos para formar um campo próprio de investigação. Por exemplo, Pérez Islã (2006) faz o levantamento do estado da arte dos estudos sobre juventude no continente latino americano e separa inicialmente a produção entre regional e local. Em seu artigo, ele seleciona como emblemáticos cinco trabalhos significativos no âmbito regional, pesquisas locais realizadas no México, Chile e Colômbia, além de considerar surveys sobre juventude até o início dos anos 2000. Germán, Muñoz González (2008) procura traçar o Panorama de la Investigación en Juventud en Ibero-América, século XXI, ao mesmo tempo que chama atenção para a revista europeia *Young: Nordic Journal of Youth Research*, dedicada a resgatar o estado da arte sobre juventude na América Latina.

Na Argentina, a tentativa de traçar um estado da arte (BONVILLANI; PALERMO; VAZQUEZ; VOMMNARO, 2008) utiliza como recorte as abordagens sobre a relação da juventude com as práticas políticas, e se debruça sobre o período de 1968 a 2001. No Brasil, a pesquisa coordenada por SPOSITO (2009) procura dar continuidade ao levantamento *Juventude e Escolarização* (2002), e volta-se para programas de pós-graduação em educação, ciências sociais e serviço social para averiguar a produção sobre o tema de 1999 a 2006, onde conclui que as pesquisas sobre juventude no Brasil são ainda bastante tímidas.

Na América Latina, principalmente nas décadas de 1960-1980, o tema da juventude começa a ser examinado por especialistas de forma acanhada (BRASLAVSKY; 1989). Ele se destaca e passa a compor a agenda pública internacional quando as Nações Unidas, em 1985, declaram o Ano Internacional da Juventude, o que provoca um incremento na produção sobre esse público. O tema se vê reforçado quando, em 1986, a Conferência Internacional do Trabalho inclui em sua pauta a juventude, e sugere que a melhoria nas condições de vida dos/as jovens se relaciona com melhorias no desenvolvimento social e econômico. Mediante esse cenário, e aliado ao processo de democratização, o tema da juventude também adquire maior relevância na agenda pública no Brasil, exigindo respostas específicas para essa categoria social.

Até a década de 1980, as políticas públicas para juventude no continente latino-americano são marcadas por forte tendência assistencial, canalizadas e justificadas para os chamados "problemas juvenis", como é o caso dos menores infratores. O processo de democratização pelo qual passou a América Latina trouxe o debate sobre a constituição efetiva de um novo campo de direitos humanos e sociais. Nesse bojo foi possível

reconhecer a extensão da cidadania para crianças e adolescentes, como portadores de necessidades peculiares, de direitos e de deveres próprios, não apenas como extensão de seus familiares.

Como resultante desse cenário os estudos sobre juventude na América Latina ganharam outra roupagem e temas como inclusão/exclusão, emprego/desemprego ganham força perante o avanço de programas neoliberais, que na década de 1990 apontam para crise da ação do Estado. A preocupação se volta para atuação de jovens urbanos e para promoção de políticas públicas que promovam a inclusão social e a capacitação ou qualificação laboral dos/as jovens. Contudo, ainda subjaz o viés marginalizante dos/as jovens delinquentes ou em vias de se tornarem infratores, uma caricatura que deixa de fora a maior parte da juventude seu comportamento, percepção, valores e ações. A perspectiva da juventude enquanto capital humano promovida, sobretudo, por Organismos Internacionais, como Banco Mundial, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a educação (UNESCO), também está presente. Esses organismos contribuem para os estudos sobre juventude através da formação de valiosos bancos de dados e estudos comparados entre os países da América Latina. As ações para juventude passam a ser vista como "investimento" para o desenvolvimento, e são exemplos de ações desse tipo o Programa de Capacitação Trabalhista para Jovens, "Chile Jovem", promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1990, que inspirou iniciativas similares em outros países da América Latina como Argentina, Venezuela, Peru, Colômbia e Uruguai.

Reforçando a concepção de crise do Estado, é possível identificar o estímulo a uma ideologia de iniciativa do indivíduo. Promovida através da valorização dos/as jovens enquanto sujeitos capazes de participarem ativamente da sociedade como empreendedores, voluntários, representantes políticos-sociais e/ou diversas outras formas; tornando-se agentes responsáveis por sua integração social mediante o quadro de globalização que se desenhava. O tônico da participação social da juventude passa a ser veiculado. Entretanto, o conceito de participação política democrática, que se vincula diretamente ao de cidadania participativa implica em cidadãos informados e engajados na comunidade. Cabe lembrar que a juventude foi historicamente alijada desse processo pedagógico de vivência democrática ou de sua herança em consequência das experiências ditatoriais vividas por toda América Latina. Fazendo parte do rol de estudos sobre juventude aqueles voltados para participação política. De acordo com Mônica M. M de Castro (1997), os estudos sobre participação política podem ser classificados em três grupos,

os de orientação sociológica, os de orientação psicológica, e os de orientação institucionalista. No tocante aos estudos de participação política e cidadania juvenil Alvarado, Ospina e Muñoz (2008) classificam quatrotendências:

(...) a explicação e descrição da participação como condutas (Almond e Verba, 1963; Milbrath, 1981; Sabucedo, 1988; Seaone y Rodriguez, 1988); a participação juvenil desde os movimentos e identidades sociais (Sabucedo, 2003; Delgado, 2006; Aguilera 2006); a participação juvenil desde a lente da política pública, compreendida como direito e como processo de formação (Hart, 1997; Hopenhayn, 2004; Rodríguez, 2004; Abad, 2006; UNICEF, 2003; CEPAL/OIJ, 2003, 2004; Funlibre, 2005); e finalmente, a participação juvenil lida desde as rupturas sócio-históricas e as mediações estéticas e culturais (Reguillo, 1998, 2003; Urresti, 2000, Balardini, 2005; Muñoz, 2005) . (ALVARADO; OSPINA E MUÑOZ. 2008; p. 22) do como forma de combater a exclusão social dessa população.

Dessa forma, os anos 2000 chegam com um novo olhar sobre a juventude. A própria juventude se coloca para sociedade e para o Estado de forma mais definida enquanto identidade. Promove o debate sobre a diferença entre adolescência e juventude, reconhecendo uma especificidade dessa última. Isso valoriza os componentes sócio-político da juventude como categoria social, que se afirma contra o “adultocentrismo”, que diz respeito à relação assimétrica de poder entre jovens e adultos (KRAUSKOPF, 2000), e ativa uma agenda pública que faz com que os Estados promovam ações para compor as políticas de juventude.

De forma concomitante, o tema juventude torna-se reconhecido ganhando espaço na academia permitindo a formação de linhas e grupos de pesquisas. Sem pretensão de inventariar as ações e grupos chama atenção algumas trajetórias. Na Argentina os grupos de estudos sobre juventude tem produzido conhecimento contundente sobre o tema. Isso se reflete em uma maior institucionalização do campo de pesquisa e do nível de interlocução com os governos. Atesta o que foi dito o programa de pós-graduação em “Problemáticas Sociales Infanto-Juveniles” da Universidade de Buenos Aires. Assim como, a revista virtual intitulada La Revista Argentina de Estudios de Juventud, que está vinculada ao Observatorio de Jóvenes, Comunicación y Medios da Facultad de Periodismo y Comunicación Social, da Universidad Nacional de La Plata (UNLP). Soma-se a estas iniciativas a Red de Posgrados en Infancia y Juventud (INJU) vinculado ao Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), e

a Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO-Argentina), que também possui um programa juventude de Estudios y Políticas de Juventud en América Latina.

A Colômbia também tem se destacado na consolidação do campo de investigação sobre juventude, principalmente, com as contribuições do doutorado em Ciencias Sociales, Niñez y Juventud vinculado ao Centro de Estudios Avanzados em Niñez e Juventud da Universidad de Manizales y Cinde. Já o México através do Instituto Mexicano de la Juventud, apresenta, talvez os mais antigos registros sistemáticos sobre o tema ao preservar estudos do movimento estudantil desde 1968, sem deixar de atualizar o perfil da juventude mexicana, suas questões e transformações.

Enquanto o Uruguai e o Chile se caracterizam pela participação em estudos e ações junto aos Organismos Internacionais. No Uruguai é possível constatar esse fato através das iniciativas do Centro Latinoamericano sobre Juventud (CELAJU), que trabalha em associação com as Nações Unidas e outros Organismos Internacionais. A instituição não governamental, que existe desde 1986, volta-se para fornecer assistência técnica a governos e a organismos não governamentais que trabalhem com juventude. Na pesquisa sobre a integração da juventude sulamericana realizada em parceria com o Centro de Estudios Socialis (CIDPA), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS). No Chile, os Informes “Juventud población y desarrollo en América Latina y el Caribe” (2000) y “La Juventud en Iberoamérica: tendencias y urgencias” (2004), além de diversas outras publicações realizadas pela CEPAL garantem o incremento constante da produção sobre a temática.

No Brasil, a produção sobre juventude é recente, mas tem avançado em passos rápidos, uma vez que, já produziu um acúmulo promovido pelo próprio governo federal para criação de uma política nacional de juventude, mas também de grupos de pesquisa que se concentravam, sobretudo, na área de Psicologia sobre crianças e adolescentes e se tornam mais interdisciplinares interagindo com áreas como a Educação, a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política, e voltando-se especificamente para juventude. Parte significativa desses grupos de estudos fundaram Observatórios da Juventude, como é caso do Programa de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desde 2002; além do Observatório da Juventude, Ciência e Tecnologia, que desde 2003 está ligado ao Grupo de Estudos Juventude(s) em Debate, da

Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), entre diversos outros.

Destaca-se no contexto anteriormente descrito o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência (NIPIAC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi fundado em 1998, e tem contribuído de forma sistemática para o conhecimento sobre juventude no Brasil. Este núcleo além de incorporar a dinâmica do Observatório, inovou durante a coordenação da professora Dra. Lucia Rabello de Castro quando adota a dinâmica de redes, o que resulta na criação do JUBRA – Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira. Este evento científico que está em 2015 na sua VI edição, se destaca por reunir pesquisadores e professores brasileiros e estrangeiros, estudantes, jovens, gestores públicos e agentes comunitários para a discussão sobre juventude.

A região do Caribe é a grande incógnita no processo de institucionalização de agendas e centros de referências para pesquisa sobre juventude. Nela, se destaca a obra “La Juventud Costarricense ante la Política: percepciones, actitudes y comportamientos, organizado por Manuel Rojas Solaños, onde os investigadores abordam o processo de integração sociocultural e político juvenil, além do posicionamento da juventude de Costa Rica frente a política e ao processo eleitoral. De modo geral as grandes enquetes e análise para região estão a cargo dos Organismos Internacionais.

Considerações Finais

Apesar de já termos tecido algumas considerações conclusivas ao longo do texto iremos retomar alguns pontos chaves do debate. Primeiramente cabe destacar que as juventudes latinoamericanas foram protagonistas no processo de redemocratização dos países da América Latina, apresentando resistência às formas autoritárias de poder. Por isso, consolidaram-se como um grupamento social importante na construção de agendas em seus países.

Entretanto, embora muitos trabalhos tenham se debruçado sobre a juventude enquanto objeto da pesquisa acadêmica, não há, no círculo internacional da produção científica, um diálogo entre os trabalhos de um país e de outro, tornando a produção do conhecimento endógena e localizada – embora tenha havido alguns esforços em elucidar o estado da arte sobre juventude em escala regional

(e os trabalhos de Pérez Islã, 2006 são uma boa referência). O que a literatura vem demonstrando é que ainda estamos longe de apresentarmos uma sólida rede de produção que transcenda as fronteiras nacionais. Com base nessa constatação é que reunimos esforços neste artigo para mapear a produção intelectual sobre participação política juvenil na América Latina, atualizando os trabalhos já realizados, mas informando o leitor sobre as formas institucionais pelas quais os países têm organizado a sua produção.

Dentro do campo foi possível perceber que a Argentina é o país com maior solidez nos estudos sobre juventude e práticas políticas, constituindo, inclusive, programas de pós-graduação em problemas juvenis, como é o caso da Universidade de Buenos Aires. Outros países que vêm se consolidando dentro do campo são Colômbia e México – este último apresentando os mais antigos registros sistemáticos sobre o tema, ao preservar estudos do movimento estudantil desde 1968, atualizando sistematicamente o perfil da sua juventude.

Uruguai, Chile e Peru apresentam em comum a participação em estudos e ações juntos a Organismos Internacionais, entre elas, UNICEF, ONU e CELAJU. Já os estudos no Brasil ainda caminham de forma embrionária, todavia, um levantamento sobre o estado da arte da temática no país tenha sido realizado pela professora da Universidade de São Paulo, Márcia Sposito (2009) demonstrando robustos trabalhos no campo das Ciências Sociais, Educação e Serviço Social no país. É nítido, ainda, o crescimento da constituição de observatórios de juventude formando redes de relações entre pesquisadores.

Os países da região do caribe são incógnita no processo de institucionalização de agendas e centros de referências para pesquisa sobre juventude. Nela, se destaca a obra “La Juventud Costarricense ante la Política: percepciones, actitudes y comportamientos, organizado por Manuel Rojas Solaños, onde os investigadores abordam o processo de integração sociocultural e político juvenil, além do posicionamento da juventude de Costa Rica frente a política e ao processo eleitoral.

Por fim, o que queremos destacar com a concreção deste paper é que existem muitos trabalhos no campo da sociologia da juventude na América Latina, mas na maioria das vezes eles não estão inseridos no campo internacional.

Referências Bibliográficas

- ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: Freitas, Maria Virgínia de & Papa, Fernanda de Carvalho (Org.). Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert. 2003.
- ALVARADO, S. V.; OSPINA, H. F.; BOTERO, P.; MUNÓZ, G. Las tramas de la subjetividad política y los desafíos a la formación ciudadana en jóvenes. In: Revista Argentina de Sociología. Año 6, Nro.11// Noviembre- Diciembre de 2008. p.19-43.
- BALARDINI, S. Políticas de Juventud: conceptos y la experiencia argentina. Última Década, n. 10 Viña del Mar, E. CIDPA, 1999.
- De los Jóvenes, La Juventud y Las Políticas de Juventud. In: ÚLTIMA DÉCADA. N.º 13. CIDPA - Viña Del Mar, septiembre. 2000. p.11-24
- BANGO, J. "Políticas de Juventude na América Latina: identificação de desafios"; In: Freitas, Maria Virgínia de & Papa, Fernanda de Carvalho (Org.) Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert. 2003
- BAQUERO, M. Democracia, juventude e capital social no Brasil. BAQUERO, M. (Org.) - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BONDER, G. La Construcción de las mujeres jóvenes en la investigación social. In: VI Anuario de Investigaciones. Buenos Aires: Facultad de Psicología, Universidad de Buenos Aires. 1999
- BONVILLANI, A.; PALERMO, A. I.; VÁZQUEZ, M.; VOMMNARO, P.; Juventud y Política en la Argentina (1968-2008). Hacia la construcción de un estado del arte. In: REVISTA ARGENTINA DE SOCIOLOGIA. AÑO 6 - N.º 11, Noviembre-Diciembre de 2008, p.44-73.
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação; Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- _____. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASLAVSKY, C. Estudios e investigaciones sobre juventud en América Latina: balance y perspectivas. In: RODRÍGUEZ, E.; OTTONE, E. (comp.). Mitos, certezas y esperanzas: Tendencias de las investigaciones sobre juventud en América Latina. Montevideo: CELAJU-UNESCO, 1989; p.17-48
- CARDOSO, R. Juventude: conceitos e visões. Encontro Estadual de Políticas Públicas de Juventude - SP. MESA 1. 28/07/04. p. 15-21. Disponível na internet em 02/2009.
- CASTRO, L. R. de. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: CASTRO, L. R. de (ORG.). Crianças e jovens na construção da cultura. 1 ed. - Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2001.
- CASTRO, L. & CORREA, J. Juventudes, transformações do contemporâneo e participação social. In: CASTRO, L. & CORREA, J (ORG.) Juventude Contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais. Coleção Infância e Adolescência no Contemporâneo. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2005.
- CASTRO, M. G. O que dizem as pesquisas da UNESCO sobre juventudes no Brasil: leituras singulares. In: NOVAES, Regina Reys; PORTO, Marta, HENRIQUES, Ricardo (Org.) Juventude, Cultura e Cidadania. Comunicações do ISER, ano 21, edição especial, 2002, p.63-90.
- _____. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventude. In: In: NOVAES E VANNUCHI (ORG.) Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____ & ABRAMOYAY, M. Por um Novo Paradigma do Fazer Políticas: Políticas de/para/com juventudes. (Relatório da UNESCO - 2002) e In: REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO, Vol.19, n.º 2, jul./dez. 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n2_2002/vol19_n2_2002_4artigo_p19a446.pdf. Acesso as 18h de ago/2009.
- CASTRO, M. M. M. de. O comportamento eleitoral no Brasil: diagnóstico e interpretações. In: TEORIA E SOCIEDADE. Belo Horizonte, n.1, p. 126-168, 1997.
- CUNHA, Patrícia R. C. Da, O Programa Primeiro emprego e a Cidadania do Jovem no Brasil. In: ESPINOSA, B. Y PRONKO, M. (ORG.) Mundos del trabajo y políticas públicas en América Latina - FLACSO ECUADOR; MINISTERIO DE CULTURA. 2008. p. 111-124.
- ERICKSON, Erik. Sociedade y adolescencia. 11.ed. México: Siglo Veinteuno, 1968.
- GAUTHIER, Madeleine. A participação dos jovens na vida cívica. In: Juventude Contemporânea: Perspectivas nacionais e internacionais. Nau Editora, Rio de Janeiro, 2005, p.57-76.
- GROppo, L. A. Juventude: Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- HOLANDA, A. B., 2002, Dicionário Aurélio Escolar da Língua Portuguesa, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, RJ.
- KRAUSKOPF, D. Dimensiones críticas na participação social de las juventudes. In: BALARDINI, S. (Comp.). La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p.119-134.
- LEI 12.852/2013. Instituiu o Estatuto da Juventude e dispõe sobre o direito dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.
- LEÓN, O. D. Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude. In: FREITAS, M.ª. V. & PAPA, F. C. (ORG.). Políticas Públicas: juventude em pauta. - São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- MARGULIS, Mário; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: Margulis, M. (org.). Buenos Aires, Biblos, 1996.
- MANNHEIM, Karl. "O problema sociológico das gerações"; In Marialice M. Foracchi (org), Karl Mannheim: Sociologia, São Paulo, Ática, 1982. pp.67-95.
- MUÑOZ GONZÁLEZ, Germán. Panorama de la Investigación en Juventud en Ibero-América, siglo XXI. In: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, vol. 6, núm. 2, julio-diciembre, 2008. Disponível dia 13/07/2015 as 20h em: <http://www.redalyc.org/pdf/773/77360201.pdf>
- NOVAES, Regina. Jovens sem religião: sinais de outros tempos. In: TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. (Orgs.). Religiões em Movimento. Petrópolis: Vozes, 2013, capítulo 9, p.175-190
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas ciências sociais. USP, 2007
- PEREZ ISLÁS, J. A. P. Trazos Para Un Mapa De La Investigación Sobre Juventud En América Latina. In: SOCIOLOGIA Papers, 79, 2006 p. 145-170
- POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE (2006). Acessada em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>
- QUAPPER, K. D. Juventud o Juventudes? Acerca De Como Mirar Y Remirar La Juventud De Nuestro Continente. In: ÚLTIMA DÉCADA, N.º13, CIDPA Valparaíso, Septiembre, 2000, p.59-77.
- SAVAGE, JON. A Criação da Juventude: como o conceito de teenage revolucionou o Século XX. Rio de Janeiro. Rocco, 2009.
- SCHMIDT, João Pedro. Juventude e Política no Brasil. A socialização política dos jovens na virada do milênio. Edunisc, Santa Cruz do Sul, 2001.
- SOLAÑOS, Manuel Rojas (ORG.) La Juventud Costarricense ante la Política: percepciones, actitudes y comportamientos. San José, CR: FLACSO, 2003. SOUSA, Janice Tirelli Ponte de; DURAND, Olga Celestina. Experiências educativas da juventude: entre a escola e os grupos culturais. In: Perspectiva, Florianópolis, v.20, n.Especial, jul./dez.2002, p.163-181.
- SPOSITO, M. P. (COORD.) Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), - Belo Horizonte, MG : Argvmentvm, 2009. Volumes 1 e 2.
- _____. Os Jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.
- SPOSITO, M. P. & CARRANO, P. C. R. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: Revista Brasileira de Educação. Set/out/nov/dez. 2003. N.º 24 (p.16-39)

O pensamento complexo e o desafio da interdisciplinaridade

O caso das majorias minorizadas

Richard Santos¹

RESUMO

Como pensar a academia desde uma série de novos discentes, oriundos de grupos minorizados, produtores de conhecimentos tradicionais e com grande construto intelectual baseado numa ecologia de saberes, que com o estabelecimento de políticas de democratização do acesso ao conhecimento, cerram fileiras nos cursos universitários de graduação e pós-graduação? Desde seu aporte teórico metodológico tradicional, estaria a academia preparada para este novo perfil que ora adentra seus espaços buscando sua emancipação pela educação? Como este pensamento complexo (Morin), esta ecologia de saberes (Sousa Santos), pode ser absorvido e ressignificado academicamente? É sobre estas percepções conflitivas que este opúsculo se propõe a tratar, e contribuir no debate para uma academia mais inclusiva e diversificada. Menos eurocêntrica.

Palavras-chave: **Maiorias minorizadas. Interdisciplinaridade. Educação. Emancipação**

Introdução

Ao nos depararmos com a demanda pela abertura das Ciências Sociais (WALLERSTEIN, 1988) e o debate sobre o que seriam estas novas abordagens desde o Sul, brotou a questão orientadora deste opúsculo: De que Sul falamos?

No manuseio de artigos proponentes de abordagens metodológicas transdisciplinares, interdisciplinares ou multidisciplinares (FERNÁNDEZ, 2004), (LIMA e CORTES, 2013), (TRINDADE, 2007), (FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, 2005), aflorou-nos a dú-

¹ Hamilton Richard Alexandrino Ferreira Dos Santos, Richard Santos, é doutorando em Ciências Sociais no CEPPAC-UNB, é mestre em comunicação pela Universidade Católica de Brasília, especialista em História e Cultura no Brasil pela Universidade Gama-Filho, e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Metodista de São Paulo. Membro do Observatório Latino-americano da Indústria de Conteúdos Digitais na Universidade Católica de Brasília, diretor da Nação Hip Hop Brasil, e presidente da Associação de Pós-graduandos da UNB, APG-UNB.



vida sobre o sujeito pesquisador enquadrado nestas perspectivas de caminhos diversos, porém reguladores do processo acadêmico constituído, (cartesiano, fragmentado e mecanicista (MORIN, 1986)) e esta regulação, apesar de propositiva à ação de novos olhares, não deixar de ser um enquadramento teórico-metodológico de viés eurocêntrico e com uma linha imaginária divisória do que é certo e do que é errado, do que pode e do que não pode, conforme (SOUSA SANTOS, 2006). Seriam estes caminhos, eurocentricamente traçados, capazes de emancipar o diversificado número de estudantes que adentram as universidades brasileiras?

A partir do avanço das políticas de inclusão nos anos recentes, vimos um significativo aumento de negros no sistema educacional brasileiro, fica a questão: como incluir sem excluir? Como aproveitar esta gama de saberes e conhecimentos diversos para a ampliação do espaço de conhecimento acadêmico? Não pretendemos prover solução para estes questionamentos abstrativos, porém, consideramos válidos desde a análise dos dados da última PNAD, 2010, e o formato eurocêntrico a qual segue firme a academia brasileira.

Afrodescendentes no sistema educacional

A análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que, apesar de ter aumentado de 27% para 51% a frequência de estudantes entre 18 e 24 anos no ensino superior, essa expansão educacional apresenta disparidades, principalmente se levado em conta o critério racial. De acordo com o IBGE, o percentual de negros no ensino superior passou de 10,2% em 2001 para 35,8% em 2011.

No entanto, esse aumento na frequência entre jovens pardos ou pretos, conforme classificação utilizada pelo Instituto, não foi suficiente para alcançar a mesma proporção apresentada pelos jovens brancos dez anos antes - que era de 39,6%. Hoje, o número de brancos entre 18 e 24 anos que estão na universidade atinge 65,7% do total. O maior percentual de negros nesta faixa etária cursa o ensino médio: 45,2%. Outros 11,8% estão no ensino fundamental. Entre os brancos, 24,1% estão no ensino médio e 4,5% no ensino fundamental.

Os dados divulgados pelo IBGE, também, mostram que passou de 33,7% para 54,1% a proporção de jovens entre 18 e 24 anos de idade que possuem 11 anos ou mais de estudo.

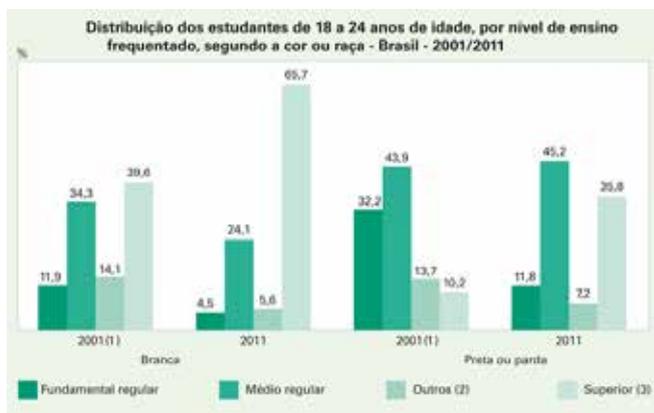


Figura 1PNAD-IBGE

Se levada em conta a população com mais de 25 anos de idade, a escolaridade aumentou lentamente de 2001 para 2011, passando de 6 para 7,4 anos de estudos. Segundo o IBGE, esse dado reflete a tendência de baixa probabilidade de incremento da escolaridade a partir dessa faixa etária.

Juventude negra e acadêmica

De acordo com dados do IBGE obtidos a partir do Censo 2010, o Brasil é o país do mundo com o maior número de afrodescendentes, equivalente a 100 milhões de pessoas, mas ainda enfrenta o racismo e a intolerância herdados de seu passado colonial e atualizados ao longo da história recente do país.

Apesar da inegável e histórica luta do movimento negro em momentos significativos do processo democrático brasileiro, por inclusão, direitos e visibilidade de suas demandas frente ao Estado, as políticas públicas brasileiras caracterizam-se por seu cunho assistencialista, sempre coadunando com a pressão dos movimentos sociais que cobram uma participação mais ativa do Poder Público em relação às questões de nação, gênero, etnia, como também resoluções específicas para efetivar determinadas demandas, como as ações afirmativas², Carvalho (2012), Risério (2007), Fernandes (2008[1964]), Fausto (2010[1994]).

Qual Santos (2006, pg. 56, 57), partimos do princípio de que o conhecimento científico tem limites intrínsecos em relação com os tipos de intervenção do mundo real investigado, e de onde parte o investigador, seu lugar de fala.

Porém, este pode ser usado a partir de uma epistemologia pós-abismal, como uma ecologia de saberes, considerando os construtos e saberes tradicionais apreendidos, no campo não científico, em relação concomitante com os saberes científicos. Estes saberes relacionados e credibilizados por uma produção científica periférica às metrópoles centrais, consiste, por um lado, em explorar a pluralidade interna da ciência, práticas científicas alternativas que têm sido visibilizadas por grupos epistemológicos minoritários, e por outro lado, promover a interação e interdependência entre conhecimentos científicos e não científicos.

Jovens expostos a uma cultura acadêmica inclusiva e aberta para novos aprendizados agregadores à construção de conhecimento, não ficariam sujeitos e fragilizados à moda tão dúbia como apontada por Fernández Fernández (2004)

En las ciencias sociales los equipos interdisciplinarios también están de moda, pero los resultados distan mucho de ser satisfactorios. La falta de consenso sobre un paradigma y la frecuente delimitación descriptiva de los objetos de investigación, que no se construyen científicamente, sino siguiendo la demanda de agentes externos: burocracias estatales, poderes económicos, partidos políticos,

² A expressão ação afirmativa foi usada pela primeira vez na Lei das Relações Trabalhistas nos Estados Unidos, em 1935, por meio da qual se determinava que o empregador que estivesse promovendo a discriminação contra negros deveria parar de promovê-la, além de efetuar "ações afirmativas" para colocar o segregado no cargo que estaria ocupando caso não tivesse sido vítima da discriminação (KAUFMANN, 2007).

etc., hacen frecuentemente estéril para el progreso del conocimiento científico de la sociedad la proliferación «tribus y territorios» prematuramente especializados, cuando no los convierte en meros instrumentos de Dominación simbólica.

Contudo, este processo inclusivo e diversificado, é parte da luta por cidadania, emancipação e garantia de direitos da população negra no Brasil, que ultrapassa os muros universitários e se faz transversal a dinâmica social nacional.

O jovem que adentra o espaço universitário carrega consigo todos os signos atribuídos ao seu grupo identitário fora dele, ou também nele. Talvez a universidade seja reflexo da sociedade que temos, e vice-versa. Fato é que os direitos destas maiorias minorizadas no Brasil ainda não estão garantidos *in facto*.

Os dados de homicídios no país apontam que a juventude negra brasileira está sendo dizimada. A cada três assassinatos ocorridos no Brasil, dois são de negros, estes números evidenciam que ser jovem negro é estar constantemente em risco de morte. A perda de vidas, de talentos, de projetos de vida encerrados precocemente é absurda. Devido à violência letal, ao nascer um jovem negro perde 1,73 ano (20 meses) de expectativa de vida, enquanto um branco perde 0,71 ano (8 meses). Ou seja, a perda de expectativa de vida devido à violência letal é 114% maior para negros.

De acordo com dados da pesquisa “Custo da Juventude Perdida no Brasil”, publicada pelo IPEA em 2013, a mortalidade violenta – entre assassinatos e acidentes automotivos – dos jovens brasileiros prejudica as finanças nacionais em cerca de R\$ 79 bilhões por ano. Este valor, que representa aproximadamente cerca de 1,5% do PIB do país, não se dá apenas pelos gastos públicos empreendidos nos tratamentos médicos dos jovens vitimados pela violência, mas principalmente pela não geração de renda e serviços ocasionada pelo falecimento prematuro destes jovens em idade economicamente ativa.³

Diversos dados históricos e contemporâneos apontam para a não garantia de direitos desta população adentrante a universidade, e sujeitos sígnicos dentro dela. No contexto juvenil, a violência é o maior marcador de diferença entre a juventude negra e a não negra no caminhar da academicidade.

Temos acompanhado à uma série de barbáries cometidas contra a população negra brasilei-

³ A pesquisa encontra-se disponível em: http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/130712_custo_da_juventude_perdida_no_brasil.pdf. Última visualização em 16/04/2016.

ra nos últimos anos. Porém, com um perceptível acirramento destas ações no ano de 2015. Tem-se a impressão que os ganhos sociais, dos últimos anos, vieram acompanhados de uma fortíssima reação de um grupo conservador que atua politicamente na desconstrução das conquistas, e, também no aprisionamento social e mental daqueles que conquistaram, dos que conseguiram dar um passo à frente. Com os direitos sociais fortalecidos na letra da lei, percebe-se uma tentativa da ala conservadora da burguesia de estabelecer um campo de batalha. É como se vivêssemos uma correlação de forças operando surda e mudamente dentro da área da significação, conforme o sociólogo francês Pierre Bourdieu. (SANTOS e REBOUÇAS, 2015, pg.70).

A seletividade racial das instituições públicas e privadas, as construções simbólicas e discursivas diferenciadas elaboradas em torno das mortes de negros e brancos, os diferentes graus de comoção que as mortes de jovens negros e brancos geram, evidenciam a forte presença do racismo institucional na configuração deste triste quadro.

Dentro deste espectro é que se evidencia o crescimento pelo interesse na disciplina sociologia por estes jovens. Talvez, em busca de explicações para suas interrogações pessoais, e compreensão da realidade mais ampla que os cercam, o colonialismo interno, talvez explique o crescimento do acesso à universidade, e a árdua luta para modificação curricular e abertura metodológica.

Esse crescimento vincula-se, principalmente, às políticas federais de expansão das universidades públicas e privadas iniciadas em 2003; a continuada expansão do ensino de graduação privado e o conseqüente crescimento do número de egressos de cursos de graduação em Ciências Sociais. Podemos acrescentar ainda a retomada do papel do estado como agente de desenvolvimento, e do crescimento econômico, a inclusão da Sociologia no ensino médio, assim como a multiplicação de ONGs vinculadas a políticas sociais, favorecendo, em grande medida, a situação de mercado desses profissionais. (LIMA e CORTES, 2013).

Assim, que esta situação da população negra posta pelos dados, nos leva a ideia de que continuamos inseridos dentro de uma realidade colonial, o chamado colonialismo interno, opressor e reproduzidor dos signos trazidos pelos antigos (?) colonizados, é a afirmação e continuidade da reprodução dos valores brancos, ocidentais e excludentes. Importante retomar a Frantz Fanon para ancorar a

percepção: “A violência com a qual se afirmou a supremacia dos valores brancos, a agressividade que impregnou o confronto vitorioso desses valores com os modos de vida ou de pensamento dos colonizados fazem com que, por uma justa contrapartida, o colonizado tenha um riso irônico quando se evocam dele estes valores⁴”, deveríamos afirmar que a população negra brasileira é uma população colonizada internamente?

Enfim, refletir estas realidades impostas, e absorvidas pelos que se querem *outsider* de uma vida dura e excludente, é propiciar a reflexão sobre a situação destes novos acadêmicos no seio do espaço de saber. É alertar aos docentes para a necessidade de reconfiguração do olhar para o outro, assim como, instruir o novo pesquisador para os debates importantes de serem executados, e instigar a reflexões propositivas a partir do ser. Fernandez, ainda que traga a crítica às diversas epistemologias, e tentativas eurocêntricas de inclusão desde a metodologia, reforça sua tinta associativa;

En cualquier caso, siempre es necesaria una construcción científica del objeto de investigación que rompa con las definiciones descriptivas del mundo social. También se requiere una vigilancia epistemológica que objetive el sujeto objetivante, requisito especialmente necesario en las ciencias sociales, más vulnerables a las presiones externas y a las pasiones internas al campo y con mayor riesgo de convertirse en instrumentos de dominación simbólica. (FERNANDEZ, 2004).

Docentes, academia e abstrações

Recente pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, dois de cada seis postos de trabalho ocupados por professores com título de doutor no país em 2014 eram mantidos por empresas ligadas à área da educação. Dados do Ministério da Educação, MEC, apontam que a rede privada, em 2014, tinha 32% do total de contratos com doutores no ensino superior, e que respondem pela educação de 75% dos alunos matriculados em cursos de graduação. A pesquisa aponta ainda que num período de dez anos os postos de trabalhos para doutores na rede privada tiveram alta de 98,6%, e no mesmo período o número de alunos subiu 88%. E se considerado o total de cargos para professores universitários, a rede privada emprega mais da metade desses profissionais: 57%⁵.

4 Fanon, Frantz. Os condenados da terra. Ed. UFJF, 2005, pg.60.
5 Fonte: INEP. <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior> (visualizado em 08/03/2016).

Estas informações, principalmente no que tange a rede privada, a que tem maior lastro e acesso facilitado as classes C e D, pois, são nestes espaços que a maioria destes novos alunos são absorvidos no sistema educacional brasileiro⁶, ainda que consideremos o significativo número de novas universidades e institutos federais abertos na última década.

No que este aumento da oferta de profissionais capacitados e de conteúdo disciplinar e interdisciplinar, reflete a presença de estudantes oriundos das maiorias minorizadas, da chamada “nova classe média”, e da ação de governos populares e progressistas?

O estímulo ao pensamento crítico, a relação histórica com movimentos emancipatórios de classe, raça e gênero, tem feito da sociologia a primeira das disciplinas perseguidas em casos de exceção, ou quando se quer encurralar a atividade educacional emancipatória. Com a redemocratização do país, em 1985, a Sociologia retornou ao ensino médio como disciplina facultativa, sendo que, em 2009, tornou-se disciplina obrigatória. (LIMA e CORTES, 2013).

O acesso destes novos estudantes ao ensino superior, não pode ser configurado como a um aumento quantitativo de alunos, consumidores, e aliado da importância qualitativa da formação oferecida. Discutir a emancipação humana, como um dos constituintes da educação popular, requer explicitar as ideias em torno do projeto de libertação humana, que se inscreve na perspectiva do materialismo histórico e dialético, sendo a liberdade uma luta pela humanização e hominização e contra a coisificação do ser. Investidas teóricas deste porte se apresentam como necessárias, marcada-mente na contemporaneidade, que como expressão filosófica e estética do neoliberalismo, do culto ao individualismo, da apologia pós-estruturalista, vêm buscando desqualificar todas as perspectivas coletivas, através do argumento do subjetivismo e das novas demandas sociais criadas pelo capital e seus gestores, atingindo frontalmente os conceitos clássicos associados as maiorias minorizadas, como o da emancipação pela opção reformista como nova síntese histórica.

6 Em dez anos, o Brasil dobrou o número de matrículas em instituições de educação superior. Em 2002, havia 3,5 milhões de matrículas; em 2012, já eram 7,04 milhões. Fonte: Instituto Lula: <http://obrasilqueconquistamos.com.br/valorizacao-do-ensino-superior/> (visualizado em 08/03/2016)

Bibliografia

- CARVALHO, José Murilo de. CIDADANIA NO BRASIL. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CONCEIÇÃO, Fernando. A GRANDE MÍDIA CONTRA AS AÇÕES AFIRMATIVAS. Observatório da Imprensa, 2009. (http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/a_grande_midia_contra_as_acoes_afirmativas/). Último acesso em 16/11/2015.
- FAUSTO, Boris. HISTÓRIA DO BRASIL. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010 [1994].
- FERNANDES, Florestan. A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES: o legado da raça branca. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. 1 v.[1964].
- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, J.. Interdisciplinarietà en ciencias sociales: perspectivas abiertas por la obra de Pierre Bourdieu. CUADERNOS DE TRABAJO SOCIAL, Norteamérica, 17, nov. 2005.
- IPEA, CUSTO DA JUVENTUDE PERDIDA NO BRASIL, IPEA- BRASIL, 2015. (acesso em 08/03/2016) http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130712_custo_da_juventude_perdida_no_brasil.pdf
- KAUFMANN, Roberta Fragozo Menezes. AÇÕES AFIRMATIVAS À BRASILEIRA: necessidade ou mito? Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- LIMA, Jacob Carlos e CORTES, S.M.V. A SOCIOLOGIA NO BRASIL E A INTERDISCIPLINARIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS, Civitas Porto Alegre v.13 n. 3 p. 416-435 set-dez. 2013.
- MACHADO, Elielma Ayres. DENTRO DA LEI: as políticas de ação afirmativa nas universidades. IN: Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França. Org. Angela Randolpho Paiva. – 1º ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- MOEHLECKE, Sabrina. AÇÃO AFIRMATIVA: história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/ 2002
- MORIN, Edgar. PARA SAIR DO SÉCULO XX. – Rio de Janeiro:- Nova Fronteira, 1986.
- PNAD, IBGE, 2014. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149 (Última visualização em 08/03/2016)
- RIBEIRO, Matilde. POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL (1986-2010). 1ºed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- RISÉRIO, Antonio. A UTOPIA BRASILEIRA E OS MOVIMENTOS NEGROS. – São Paulo: Ed. 34, 2007.
- SANTOS, H. et al. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL. ONU, 1999. [Relatório ONU]
- SANTOS, Richard. REBOUÇAS, Maria. INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E O GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA. Revista Juventude.br- Brasília, 2015.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. Más allá del pensamiento abismal: de las líneas globales a una ecología de saberes. Centro Fernand Braudel, de la Universidad de Nueva York:- Binghamton, 2006
- TRINDADE, Hélgio et all. Ciências Sociais na América Latina em perspectiva comparada: Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai, in As Ciências Sociais na América Latina em perspectiva comparada, 2ª Ed. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2007.
- WALLERSTEIN, Immanuel (Coord). Abrir las ciencias Sociales: Informe de la Comisión Gubenkian para la reestructuración de las ciencias Sociales. México, Siglo XXI Editores, 1988.



VILA ITORORÓ CANTEIRO ABERTO

Por Fábio Zuker

O que acontece detrás dos tapumes de uma obra de restauro? Quando uma obra fica finalmente pronta? Quem define os usos futuros de um lugar sendo restaurado? Quem é o público que passará a frequentar esse lugar? Com quais recursos as obras públicas são financiadas?

Estas são apenas algumas, das diversas questões levantadas pelo projeto Vila Itororó Canteiro Aberto. A abertura do canteiro das obras de restauro da Vila Itororó é uma forma de lidar com essas indagações e de apontar para outras perguntas, tornando visíveis as muitas decisões que dão valor ao lugar sendo restaurado e o validam como patrimônio.

Esse processo ganhou forma em filme homônimo ao projeto, realizado pelo Instituto Pedra em parceria com o Estúdio ZUT, sobre o próprio processo de restauração da Vila Itororó. Este pequeno texto busca apresentar brevemente o projeto cultural de restauro atualmente em curso, e convidar o leitor tanto para visitar o canteiro de obras (Rua Pedroso, 238), quanto assistir ao filme online (disponível no site www.vilaitororo.org.br)

São Paulo era praticamente um vilarejo em meados do século XIX. Mas, na virada para o XX, tudo é sacudido por transformações intensas: de menos de 65 mil habitantes, a cidade em poucos anos passa a ter mais de 250 mil. Surgem bairros operários, bairros povoados por imigrantes e seus pequenos negócios, cortiços... Em vinte anos, o número de prédios triplica. O lampião de gás é substituído pela luz elétrica, o bonde puxado por burros pelo bonde elétrico, e o vapor pela eletricidade. Obras de saneamento, abertura de avenidas, a inauguração do Teatro Municipal marcam o início de um novo século e de uma metrópole, que em poucas décadas se torna cada vez mais cosmopolita: metade de sua população era estrangeira.

No meio desse momento único de transformação urbana, com a demolição da cidade colonial e a construção de uma cidade moderna, o jovem Francisco de Castro, depois de passar anos em Portugal, volta ao Brasil para tentar a sorte nos negócios. Com o capital acumulado por sua atuação na indústria têxtil e no mercado de exportação de café, Francisco começa a adquirir terrenos na capital paulista, onde constrói casas para venda e aluguel. Entre as várias construções que desenvolve em São Paulo, espalhadas pela Aclimação, Mooca, Lapa e ao redor da Avenida Paulista, a Vila Itororó se destaca.

Através da história da Vila Itororó, podemos acompanhar diversos momentos da cidade de São

Paulo. Se a sua construção data dos primeiros anos do século XX, podemos dizer que ela nunca deixou de se transformar. A sua própria arquitetura condensa as marcas dos processos de mudança da cidade. É um espaço constituído em diversas épocas, a partir de diversas técnicas, com diversos usos; onde convivem uma habitação burguesa, uma série de casas de aluguel, uma piscina e um clube; e que conjuga elementos de uma arquitetura colonial, pré-moderna, com elementos já característicos de construções industriais. Por essa diversidade de aspectos e atividades, a Vila Itororó é um lugar único para compreender as abruptas transformações pelas quais a cidade de São Paulo passou e continua passando.

Com a nova lei de zoneamento nos anos 70, que foi o principal instrumento de planejamento em São Paulo, a Vila foi considerada como de interesse cultural. Logo depois, os arquitetos Claudio Tozzi, Décio Tozzi e Benedito Lima de Toledo desenvolveram um estudo de proposta de recuperação urbana da Vila Itororó. A ideia era desenvolver um programa de atividades culturais para ocupar a vila e assim devolvê-la para a população. Surgia, aí, uma polêmica sobre os usos futuros da Vila, colocando em tensão diferentes concepções de cidade, de cultura e de habitar.

Com o processo de tombamento na década de 80, tanto pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (COMPRESA) quanto pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT), tornou-se real a ameaça de desalojar as famílias que viviam ali em nome da implementação do centro cultural. A luta de resistência dos moradores foi marcada, durante anos, pela associação de diferentes coletivos artísticos, jovens arquitetos ativistas e grupos de assistência jurídica. Essa resistência conjunta possibilitou uma vitória significativa: a relocação dos moradores em habitações sociais na área central. Muitos, porém, teriam preferido continuar morando na Vila.

A Vila Itororó, hoje, pode ser pensada a partir de uma perspectiva que compreende o patrimônio não só como algo que deve ser preservado, como se pertencesse apenas a um passado distante, mas também como uma ferramenta de transformação do presente. O projeto do Parque Itororó, assim como o da própria Vila, como tinham sido idealizados por Francisco de Castro, são pedaços de uma cidade que nunca se tornou realidade. Hoje, a Vila é uma mistura de utopia, de sonhos, de impossibilidades e destruições que servem de inspiração e de desafio para novos projetos de transformação da realidade urbana da cidade.

Hoje, no canteiro de obras da Vila Itororó, o trabalho dos arquitetos, engenheiros, operários e marceneiros estão à vista. Qualquer pessoa pode adentrar esse canteiro e, desta maneira, deixar de ser um mero observador para se tornar parte deste processo. Entre os escritórios e as ferramentas de trabalho, o visitante encontra um espaço em construção contínua, que traz à tona as lutas recentes pela permanência dos ex-moradores na Vila Itororó e o seu passado mais distante, junto aos seus futuros possíveis. Esse espaço em construção cresce junto ao seu público no meio dos escombros e das obras de restauro em andamento.

Obras públicas pedem uma construção coletiva, e é a própria ideia de Centro Cultural que está em disputa. Se o local também conta a história das moradias em São Paulo, como seria possível preservá-lo, tirando as pessoas que viviam nele? O modo como elas organizam sua vida no espaço não seria também uma forma de cultura? Se centros culturais possuem lojas, cafés, restaurantes, o morar não poderia ser um fenômeno social legítimo de estar presente em centros culturais?

O canteiro de obras da Vila Itororó está aberto para dar continuidade a esses debates. Não apenas de modo teórico, mas prático, guiando os possíveis usos futuros da Vila. Entendendo que uma obra pública deve passar por um debate também público, com os mais interessados no processo, os moradores do entorno e da cidade como um todo. Quem vier na Vila hoje pode ouvir sua história contada por arquitetos, urbanistas, historiadores, ex-moradores, recém frequentadores e vizinhos; pode encontrar trabalhos de artistas que problematizam o lugar que a Vila ocupa na cidade e o lugar que a arte ocupa na Vila; pode participar de oficinas de marcenaria; usar a horta; brincar no galpão; cozinhar; ensaiar; estudar; descansar; ler ou simplesmente passear; respeitando algumas regras flexíveis de convivência mas sem precisar de nenhuma autorização prévia; porque a cidade é nossa; porque o público é nosso bem comum; porque o patrimônio existe apenas pelo valor de uso que nós lhe conferimos.

Fábio Zuker é antropólogo formado pela FFLCH-USP e EHESS. Trabalha no Instituto Pedra no processo de restauração da Vila Itororó. Esse texto reúne trechos escritos por ele e outros adaptados no formato de narração para o filme “Vila Itororó Canteiro Aberto”, por Leda Cartum. A concepção do filme é de Benjamin Seroussi, Matthieu Rougé, e Fábio Zuker.



A CARAVANA DA UEE-SP ESTA PASSANDO POR VÁRIAS UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO LEVANDO O DEBATE SOBRE A **MANUTENÇÃO E APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA.**



LEVE A CARAVANA PARA A SUA UNIVERSIDADE!

Realização:



União Estadual
dos Estudantes
de São Paulo

[FACEBOOK.COM/UEESP](https://www.facebook.com/UEESP)



O Jovem na Política Municipal

Amanda Machado¹

INTRODUÇÃO

A atuação do jovem tem como palco principal os municípios. São neles que vemos as manifestações estudantis, de oposição e de apoio aos governos, campanhas eleitorais, nas comunidades etc.. É expressão recorrente no discurso político, “a política acontece no município”. Mais que isso a vida cotidiana acontece no âmbito local; a cidadania, pela própria origem do termo, é exercida nas cidades. Por isso as demandas políticas aparecem e são reivindicadas neste nível. Neste sentido, a presente reflexão se volta à inserção do jovem na política municipal. Isso se dá sob dois vieses: 1) pelas características da participação partidárias de jovens no Rio Grande do Sul 2) pelo perfil de vereadores e prefeitos eleitos. Com isso, estima-se contribuir com a atuação

¹ Doutoranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Ciência Política pela mesma instituição. Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela UFRGS.

lização do debate sobre política institucional e juventude e com as reflexões quanto ao futuro das nossas democracias.

Estudos recentes sobre participação política destacam o declínio do engajamento com as instituições tradicionais da política, principalmente do público jovem. Ao passo que observam um acréscimo na participação associativa e outras formas mais informais (NORRIS, 2004; COSTA, 2008; SLOAM, 2011, 2014; ARIAS-CARDONA, 2015). Contudo, sem desconsiderar a importância deste tipo de engajamento, é relevante refletirmos sobre alguns aspectos da participação dos jovens em contextos partidários e eleitorais (BRÜTHER E HARRISON, 2009; ACOSTA, 2011). Primeiro, porque são raros os estudos que se propõem a tratar desta intersecção (HOOGHE, STOLLE E STOUTHUYSEN, 2004). Segundo, porque temos, de fato, jovens que se reúnem em partidos e são, portanto, um grupo que interessa aos estudos de juventude e de elites políticas. Terceiro, diz respeito diretamente a renovação de lideranças em regimes democráticos.

Uma das problemáticas atuais às democracias contemporâneas são justamente os baixos índices de renovação de lideranças políticas. É recorrente o sentimento, a cada eleição, de que estamos diante de cenários limitantes quanto à escolha de candidaturas. Parece que as opções de candidaturas propõem soluções insatisfatórias e repetitivas às demandas deste tempo. Abre-se assim uma agenda de estudos para chegar ao entendimento das raízes deste fenômeno. Neste contexto, sem dúvida, tratar de juventude na política é tratar da sua renovação. Não que necessariamente o jovem na política traga novas práticas e novas pautas, mas certamente a ausência de representantes da nova geração aprofundará o distanciamento das instituições políticas da pluralidade de demandas contemporâneas que constantemente surgem.

A presente reflexão inicia-se com uma contextualização da participação nos municípios na história política brasileira. Em seguida, confrontam-se dados da pesquisa de opinião Recrutamento Partidários de Jovens no Rio Grande do Sul, que traz algumas informações sobre juventude e participação partidária em uma unidade da federação, com dados da Associação Transparência Municipal sobre perfil dos candidatos e dos eleitos às Câmeras e Executivos Municipais do último pleito em 2012. A última parte dedica-se a síntese de alguns traços da participação dos jovens na política institucional no nível local.

O Município na política brasileira

Os municípios vêm ganhando importância a cada período da história política brasileira (ANDRADE, 2004). No nosso passado monárquico, os poderes concentravam-se no governo central, como uma maneira de manter a unidade da extensão continental do território brasileiro, com dificuldades de comunicação entre as localidades, e no qual lideranças regionais poderiam emergir. A Primeira República, cujas oligarquias regionais davam a tônica da política nacional. A dinâmica da política dos governadores produziu a herança das práticas coronelísticas no nível local (LEAL, 2012). A política era conduzida pelos proprietários de terra mais influentes naqueles universos circunscritos, marcadamente rurais, com pequenos centros urbanos. Basicamente, esses garantiam que, dos processos eleitorais, saíssem vitoriosos os candidatos de sua preferência, previamente alinhados ao poder central e aos acordos de alternância no poder vigentes. O instituto do sufrágio já era a fonte de legitimidade dos governos, ainda que não universal. O surgimento das metrópoles, decorrentes da industrialização e urbanização do século XX, necessariamente aumenta a importância dos municípios, já que o poder local tem que dar conta das demandas crescentes da população. Tal momento é marcado por lideranças populistas que vinculam-se às massas urbanas e não mais pequenos aglomerados em vilarejos.

Os fluxos migratórios do campo para as cidades e a conformação dos grandes contingentes populacionais, aglutinados no espaço urbano, acentuam-se nas décadas de 1960 e 1970. Neste período, há um acréscimo de iniciativas no campo das políticas habitacionais, até como forma de legitimar os governos militares e satisfazer a crescente classe média trabalhadora. Contudo, destaca-se que politicamente a dinâmica era fortemente concentrada na União e as políticas pouco originavam das iniciativas das administrações locais. Além disso, a eleição de representantes era limitada ao executivo e ao legislativo em algumas cidades, mas não aos executivos estadual e federal, ou seja, o processo político era restrito. A participação do cidadão também era restrita a dois partidos e os movimentos sociais fortemente reprimidos. A cidadania, por sua vez, tutelada, já que canais de participação e decisão eram rarefeitos.

Ainda que houvesse uma acentuada dependência dos governos locais aos estaduais e

federal, neste período, houve avanços na repartição dos tributos, com incremento das receitas dos municípios. Este processo foi progressivo até o atual o período. A Constituição de 1988 considera os municípios como ente federativo autônomo, equiparado aos Estados e União. Além de aumentar a fatia das cargas tributárias, cria-se dispositivos de repasses de recursos das outras duas esferas para a aplicação em áreas específicas das políticas municipais. E será que tais medidas elevou a autonomia do poder local a um ponto ótimo? Infelizmente não! Ocorre que, na atual configuração, os municípios também assumiram exclusividade ou a maior responsabilidade em diversas áreas. A principal delas é a saúde, com o Sistema Único de Saúde, a assistência social e a educação infantil e fundamental. Assim, é recorrente a organização dos prefeitos para tratativas junto à união, a fim de amenizar seus problemas orçamentários e de implementação de políticas sociais

Em sendo o município um ente federativo, politicamente ele organiza seus poderes em executivo e legislativo, com eleições sistemáticas a cada quatro anos. Sempre é bom recordar que o executivo é o responsável por implementar as políticas relativas ao município e o legislativo fiscaliza os seus atos. Além disso, a constituição cidadã prevê órgãos participativos, consultivos e deliberativos de políticas públicas, os conselhos gestores, para os três níveis de governo. Inclusive, na última década, inúmeros municípios brasileiros passam a contar com conselhos de juventude, justamente para acompanhar a implementação e a execução dos programas vinculados à Política Nacional de Juventude.

Nesta conjuntura, nosso enfoque é tratar especificamente da questão da juventude nos poderes municipais. Já comentamos a linha predominante da literatura de juventude e participação que insiste em desvincular o público jovem das formas tradicionais de engajamento político. Entretanto isso causa até um estranhamento diante do fato reiterado pelos estudos em ciência política de que os partidos políticos seguem a cumprir suas clássicas funções de prover as lideranças para o sistema político, já controlam a seleção de candidatos e protagonizam o fenômeno da profissionalização política² (BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009; MARENCO, 2013; BOLOGNESI, 2015). Se de um lado os partidos seguem fundamentais para as democracias contemporâneas, de outro recente pesquisa de opinião sobre Juventude (Secretaria Nacional de Juventude, 2014) revela que 30% dos jovens entrevistados considera a

² Sobre o debate sobre profissionalização e popularização da classe política ver CODATO (2015).

atuação em partidos importante para melhorar as coisas no Brasil³. Desta forma, compreender a participação do jovem no interior dos principais partidos, de diferentes orientações ideológicas, e a presença deste jovem na política municipal apresenta-se como tema fundamental para o debate sobre democracia, juventude e participação.

Juventude, Partidos e Representação Municipal

Trataremos destas questões, adotando como referência a pesquisa Recrutamento Partidário de Jovens no Rio Grande do Sul, a qual buscou analisar os processos de filiação e formação política e se chegam a ocupar posições partidárias na organização interna, na administração pública ou eletiva no executivo e no legislativo. Para tal a pesquisa contou com dados primários coletados nos estatutos partidários, em entrevistas em profundidade com membros das executivas estaduais de juventude e filiados jovens. No que tange a base de filiados, contou com uma amostra de 100 jovens⁴, de 18 a 34 anos, pertencentes ao DEM, PP, PSDB, PMDB, PDT, PT e PCdoB⁵, principais partidos gaúchos⁶

Como a pesquisa refere-se ao nível estadual, ao tratar com as lideranças de juventude, um dos primeiros elementos observados foi justamente a centralidade dos municípios para a mobilização dos partidos e do segmento de juventude. Seguido o enfoque nas filiações e nas seleções de quadros, detecta-se que esses ocorrem principalmente nos municípios, como preveem os estatutos, afirmam vários entrevistados e mostram as percepções dos jovens. Uma pequena amostra disso consta nas duas declarações de duas lideranças de juventude de partidos diferentes e opostos ideologicamente a seguir,

Geralmente o jovem não se identifica primeiro pelas políticas mais estruturais do partido. Ele se identifica primeiro, por exemplo, na uni-

³ Pesquisa Agenda de Juventude Brasil, realizado pela Secretaria Nacional de Juventude, com jovens de 15 a 29 anos, composta por uma amostra de 3300 entrevistas, representativa do Brasil. A margem de erro é de 2 a 3 pontos percentuais.

⁴ Trata-se de uma amostra por cotas de sexo, faixa etária (18 a 20; 21 a 24; 25 a 34) e partido, e corresponde aos parâmetros da população de filiados jovens aos partidos em questão no RS, fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

⁵ DEM: Partido Democratas; PP: Partido Progressista; PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro; PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira; PDT: Partido Democrata Trabalhista; PT: Partido dos Trabalhadores; PCdoB: partido Comunista do Brasil.

⁶ Os critérios adotados para a seleção dos partidos são: (1) tamanho, (2) importância no quadro político estadual e (3) ideologia

versidade, tem uma questão a ser resolvida e o jovem não concorda com a postura do reitor. Aí tem um pessoal organizado dentro do movimento estudantil que começa a dialogar com esse jovem e ele começa a se reconhecer a partir dos problemas da universidade que é onde ele está. Então ele estabelece uma relação com os membros deste grupo e é convidado a participar de uma reunião aqui, outra ali, e começa a perceber discussões mais estruturais e passa a se organizar (no Partido) (ARIELY DE CASTRO, COORDENADORA DE MOVIMENTOS SOCIAIS da JPTRS, 2014, grifo meu)

[...] normalmente nas cidades menores o Presidente do Partido participa em algum evento de Sindicato e tem aquele *feeling* de ver algum jovem que se destaca e chega nele. Mas, assim, normalmente, é no Município que a aproximação ocorre, mas isso não impede que o Deputado (Onix Lorenzoni, Presidente Estadual e Secretário Nacional do DEM)⁷ numa viagem dele pelo interior, faça esse convite a algum jovem presente (Roberta Faraco, PRESIDENTE DA JDEMRS 2014).

A pesquisa de opinião complementou as entrevistas em profundidade e nos revelou que, na maioria dos casos, os momentos de formação são tocados pela organização estadual em 51% das vezes, mas muitos municípios também as fazem (37%). Nestes debates, segundo a percepção dos entrevistados, as conjunturas municipais estão entre os principais assuntos (58% das vezes). As atividades de formação tocadas pelos níveis estaduais dão-se de maneira articulada aos segmentos organizados nos diretórios municipais e que tem a sua atuação cotidiana neste nível. Daí a centralidade do nível local para o exercício político. A rotina de participação acontece em reuniões partidárias e encontros específicos para discutir política, mais de 60% participa sempre e na maioria das vezes desta forma. A metade da amostra envolve-se sempre e na maioria das vezes com a organização de reuniões locais do partido e 36% eventualmente. Contudo, a atividade que mais engaja os jovens sempre é a distribuição de material no período eleitoral (48%). Por isso, mesmo as campanhas em nível estadual e federal exigem uma organização local para a sua realização.

Outra evidência de que, no município, concentra-se a atuação de jovens partidários está na variável ocupação de posições (Tabela 1). Da parcela de jovens que são quadros do partido (59), a maioria integra a direção municipal do

⁷ Grifo meu.

partido (76%). No âmbito da executiva de juventude, esta tendência se repete. Mais da metade da amostra, 56, já participou da coordenação do segmento de juventude e, destes, 54% foi na organização da sua cidade. Daqueles que já se can-

didataram, 17, todos o fizeram para a função de vereador, sendo a posição mais atrativa para os jovens e que marca o início da carreira política, e 18% para prefeito. 35% destes conseguiram a sua eleição.

TABELA 1 POSIÇÕES OCUPADAS PELOS JOVENS (%)

	Eletivos	Direção partidária	Executiva de Juventude	Administração Pública (Cargo em Comissão)
Sim	6	59	56	47
Não	94	41	44	53
Total (N)	100	100	100	100

A despeito da importante participação do jovem no âmbito partidário, percebe-se uma reduzida chance dos mais jovens de concorrer e elegerem-se às Câmeras Municipais. A tabela a seguir mostra que após atingir a idade madura as possibilidades aumentam. Entre os vereadores eleitos no Brasil, em 2012, a maior parte tem mais de 45 anos, 38,51%. Este percentual aumenta para 44,76% se tomarmos como referência o Estado do Rio Grande do Sul.

TABELA 2 DISTRIBUIÇÃO DA IDADE DOS VEREADORES DO BRASIL PARA O MANDATO DE 2013 A 2016

Idade	NÚMERO DE CANDIDATOS		NÚMERO DE VEREADORES ELEITOS		% CANDIDATOS ELEITOS		RELAÇÃO ELEITOS/ CANDIDATOS	
	Nacional	RS	Nacional	RS	Nacional	RS	Nacional	RS
TOTAL	419.912	25.659	57.377	4.904	100	100,00	13,66	19,11
menos de 18	47	4	6	2	0,01	0,04	12,77	50,00
de 18 a 20	4.205	225	256	17	0,45	0,35	6,09	7,56
de 21 a 24	12.194	672	1.063	74	1,85	1,51	8,72	11,01
de 25 a 34	75.053	3.728	10.664	784	18,59	15,99	14,21	21,03
de 35 a 44	127.534	6.497	19.839	1.461	34,58	29,79	15,56	22,49
de 45 a 59	165.386	11.729	22.100	2.195	38,51	44,76	13,36	18,71
de 60 a 69	29.865	2.382	3.058	331	5,33	6,75	10,24	13,90
de 70 a 79	5.045	402b	354	40	0,62	0,81	7,02	9,95
80 e mais	583	20	37	0	0,06	0,00	6,35	0,00

FONTE: Associação Transparência Municipal (2012) / Tribunal Superior Eleitoral - 2012.

Quando se trata das eleições majoritárias do nível municipal, acentua-se a baixa representação de jovens, como apresenta a Tabela 3. Mais da metade dos candidatos eleitos aos executivos municipais, 55,53%, tem idade acima de 45 anos. Chama atenção, porém, o fato da maior relação entre eleitos e candidatos situar-se na faixa de 35 a 44 anos, intervalo considerado jovem para a política institucional. Ou seja, para os candidatos de meia idade que concorrem aos cargos eletivos, há mais chances de saírem vitoriosos que os candidatos das demais faixas etárias. Isso evidencia que provavelmente os problemas de representação de jovens iniciem ainda no processo de formação de listas partidária. Aqueles que conseguem ultrapassar a barreira de conseguirem lançar candidatura têm chances. O perfil de meia idade pareceu agrandar o eleitorado na última eleição municipal.

TABELA 3 DISTRIBUIÇÃO DA IDADE DOS PREFEITOS PARA O MANDATO DE 2013 DE 2016

Idade	NÚMERO DE CANDIDATOS		NÚMERO DE VERADORES ELEITOS		% CANDIDATOS ELEITOS		RELAÇÃO ELEITOS/CANDIDATOS	
	Nacional	RS	Nacional	RS	Nacional	RS	Nacional	RS
TOTAL	15.103	1.168	5.568	497	100,00	100,0	36,87	42,55
menos de 18	1	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
de 18 a 20	1	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
de 21 a 24	111	3	32	0	0,57	0,00	28,83	0,00
de 25 a 34	1.376	84	536	37	9,63	7,44	38,95	44,05
de 35 a 44	3.887	252	1.470	125	26,40	25,15	37,82	49,60
de 45 a 59	7.582	663	2.819	276	50,62	55,53	37,18	41,63
de 60 a 69	1.799	146	590	54	10,60	10,87	32,80	36,99
de 70 a 79	316	18	104	5	1,87	1,01	32,91	27,78
80 e mais	30	2	7	0	0,13	0,00	23,33	0,00

FONTE: Associação Transparência Municipal (2012) / Tribunal Superior Eleitoral - 2012.

Em síntese, os dados mostram elevados índices de participação partidária de jovens no âmbito municipal, enquanto as proporções de eleitos são mais elevadas entre os candidatos maduros. Há indícios sobre a existência de entraves a candidaturas jovens, na verdade, em todos os níveis (municipal, estadual e federal). Alguns estudos sobre a ocupação da Câmara Federal também revelam composições etárias semelhantes (BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho insere-se no grupo de estudos sobre participação política e juventude. Centrou-se pontualmente no engajamento institucional de jovens, já que é uma modalidade na qual se fundamenta os atuais regimes políticos contemporâneos. Os recorrentes cenários eleitorais de baixa renovação de lideranças, mostram-nos a necessidade de investir em uma agenda

de estudos sobre participação partidária e juventude. Assim buscou contextualizar a participação deste segmento na organização política brasileira, direcionando o enfoque para os níveis municipais. Comentou-se a importância adquirida pela política local no presente desenho institucional e a incidência da participação do jovem neste âmbito.

Este ano é de eleições municipais. Vimos de um período de efervescência no quesito manifestações de juventude, cujo o marco foram as de junho de 2013. É interessante lembrar que, naquela ocasião, as pautas predominantes eram justamente problemas do nível local, segurança, saúde, educação, de uma parte, e, de outra, pautas identitárias. Contudo, foram movimentações autônomas, que fugiram às tradicionais mobilizações organizadas por sindicatos e partidos de esquerda; diferentemente, das observadas em 2016, contrárias e favoráveis ao governo federal, também de abrangência nacional. O ocorrido em 2013 trouxe à tona, pelas vozes da juventude, uma série de problemas crônicos das nossas cidades. E será que, em 2016, a via institucional será o canal desta mesma juventude para avan-

çar naquelas pautas? Teremos mais candidaturas jovens que de fato representem novas soluções no âmbito legislativo e executivo? Ou manteremos o padrão de investir-se em candidaturas jovens que pertençam a famílias tradicionais da política e que representem mais continuidades que rupturas?

Muito se fala em reforma política como a panaceia para os problemas de representação e financiamento, mas ao tratarmos da representação de juventude e tudo que ela pode significar para o regime político como um todo, talvez devemos voltar o olhar para os partidos. Eles falham quando não viabilizam candidaturas jovens e inovadoras. A solução é ocupar a sociedade e ignorar a política institucional, como vem sugerindo a literatura sobre juventude e participação? Não há dúvidas que as consequências disso já se percebe a cada pleito. As mesmas candidaturas de sempre! Parte importante das cadeiras dos legislativos são reeleitas. A renovação de lideranças é baixa e este é um fenômeno mundial. Encontrar formas de pautar aos partidos o investimento nos quadros jovens se faz urgente para o caso brasileiro.



Referências

- ACOSTA, Gladys Lucia. Jóvenes en la política partidaria. Una aproximación a las organizaciones de juventud, vinculadas a los partidos políticos en Colombia. **ANAGRAMAS: Rumbos y sentidos de la comunicación**, v. 9, n. 19, p. 51-68, 2011.
- ANDRADE, Luís Aureliano Gama., O Município na Política Brasileira: Revisitando Coronelismo, Enxada e Voto. In **Avelar, L.; Cintra, A. O.** (eds.), O Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução. Rio de Janeiro/São Paulo, Fundação Konrad Adenauer/Fundação Editora Unesp, pp. 205-221, 2004.
- ARIAS-CARDONA, Ana María; ALVARADO, Sara Victoria. Jóvenes y política: de la participación formal a la movilización informal. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 13, n. 2, p. 581-594, 2015
- BOLOGNESI, Bruno. Determinantes da seleção de candidatos. In: CODATO, A., COSTA, L., MASSINO, L. **Retratos da Classe Política Brasileira: estudos da ciência política**. Novas Edições Acadêmicas. 2015.
- BRAGA, Maria do Socorro S.; VEIGA, Luciana F. e MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à câmara dos deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 123-142, 2009.
- BRASIL, SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **AGENDA DE JUVENTUDE BRASIL**. Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude. 2014.
- BREMAEKER, François E. J. **PERFIL DOS VEREADORES DO BRASIL** (2013 - 2016). Associação Transparência Municipal. 2012.
- BREMAEKER, François E. J. **PERFIL DOS VEREADORES DO RIO GRANDE DO SUL** (2013 - 2016). Associação Transparência Municipal. 2012.
- BREMAEKER, François E. J. **PERFIL DOS PREFEITOS DO BRASIL** (2013 - 2016). Associação Transparência Municipal. 2012.
- BREMAEKER, François E. J. **PERFIL DOS PREFEITOS DO RIO GRANDE DO SUL** (2013 - 2016). Associação Transparência Municipal. 2012.
- BRUTER, Michael e HARRISON, Sarah. **The Future of Our Democracies: Young Party Members in Europe**. London: Palgrave Macmillan, 2009.
- CALIARI, Hingrid. Um ensaio sobre a participação política da juventude brasileira. **Dissertação de mestrado**. 2009. 195f. (Mestre em Política Social) Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2009.
- CASTRO, Lúcia Rabello DE. Participação política e juventude. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 253, 2008.
- CODATO, Adriano, COSTA, Luiz D., MASSINO, Lucas. **Retratos da Classe Política Brasileira: estudos da ciência política**. Novas Edições Acadêmicas. 2015.
- HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind; STOUTHUYSEN, Patrick. Head Start in Politics The Recruitment Function of Youth Organizations of Political Parties in Belgium (Flanders). **PARTY POLITICS**, v. 10, n. 2, p. 193-212, 2004.
- LEAL, Victor Nunes. **CORONELISMO, ENXADA E VOTO**. Editora Companhia das Letras, 2012.
- MARENCO, André. O que podemos explicar estudando carreiras políticas? **MARENCO, A(ORG)**. Os eleitos: representações e carreiras políticas em democracias. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2013.
- NORRIS, P. **YOUNG PEOPLE & POLITICAL ACTIVISM: FROM THE POLITICS OF LOYALTIES TO THE POLITICS OF CHOICE? COUNCIL OF EUROPE**. 2004
- SLOAM, James. 'Rejuvenating democracy?' Young people and the 'Big Society' project. **PARLIAMENTARY AFFAIRS**, 2011.
- SLOAM, James. New voice, less equal the civic and political engagement of young people in the United States and Europe. **COMPARATIVE POLITICAL STUDIES**, v. 47, n. 5, p. 663-688, 2014.

Drogas e juventude: uma breve discussão sobre a atual política de drogas.

“Esta cidade transforma as pessoas em sombras. Vou aprender a voar!”

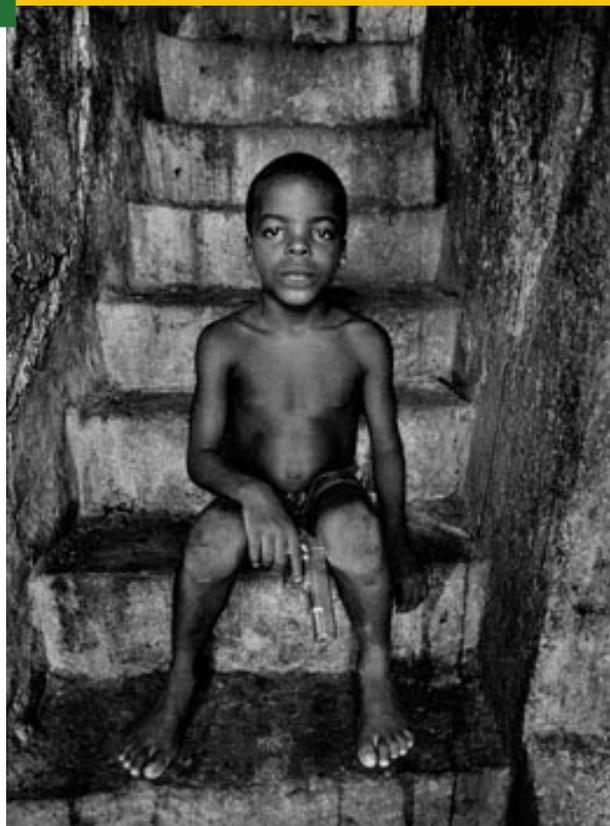
Frase do filme “Diário de um adolescente”.

Taciana Santos de Souza¹

Introdução

Jovens dançando e bebendo álcool em festas, fumando tabaco em pistas de skate, acendendo um “baseado” na praça, inalando “loló” no carnaval de rua ou fumando crack embaixo do viaduto: essas são algumas entre tantas cenas que podem ser retratadas para relacionar as drogas com a juventude. As cidades, especialmente os grandes centros urbanos, engendram espaços diversificados, onde é comum que jovens façam uso de substâncias psicoativas, contemplando histórias de prazer, de dor, de fuga ou de sociabilidade. Nesse palco, diferentes atores² agem de acordo com perspectivas orienta-

1 Economista, mestre e doutoranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp e pesquisadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos – LEIPSI. 2 “[...] os atores são todas as pessoas, grupos ou instituições que, direta ou indiretamente participam da formulação, da implementação



das por interesses peculiares, que geram conflitos de interesse tanto relacionados às condições de acesso a determinados locais das cidades quanto aos banimentos decorrentes da exclusão ou da reclusão.

Muitas dessas imagens de uso de drogas são utilizadas para alertar sobre os “perigos” dessas substâncias aos jovens. Outras são associadas aos discursos que pregam o “amor à vida” e alertam quanto ao poder de decisão do jovem para “dizer não às drogas”. Parte desses discursos estão inseridos na dita “Guerra às Drogas”, forma pela qual é intitulado o movimento de proibição de algumas substâncias psicoativas, acordado pela Organização das Nações Unidas, ao longo do Século XX e XXI³. Nesse sentido, uma série de ações que buscam se agrupar entre a prevenção pela criação do medo, a repressão pelo uso da criminalização e da violência e o tratamento pela prática de internações (muitas vezes, compulsórias) englobam algumas práticas das políticas públicas sobre drogas. Muitas dessas abordagens merecem atenção especial, a fim de que não se mantenha um tabu com relação ao tema, que não pode ser tratado superficial nem simplificada-mente. Afinal, “drogas e juventude” é um assunto demasiadamente complexo e importante para ser negado e omitido⁴.

e dos resultados de uma política.” (GIOVANNI, 2009, s.p).

3 Para ler mais sobre o histórico do proibicionismo, ver Carneiro (2005), Escototado (2002) e Ribeiro (2007).

4 Para saber mais sobre o predomínio das políticas de repressão aos jovens, ler Serra (2007).

Como contrapartida a essas ações que visam impor o medo ao tema, novos horizontes e perspectivas têm reiterado a necessidade de implementar uma reforma na política de drogas do Brasil, especialmente perante as transformações que vem ocorrendo em outras nações, que abrangem desde a descriminalização do uso à legalização de substâncias das mais variadas formas e níveis de regulamentação, dependendo do país ou da região⁵. Essas abordagens mais humanas de cuidados e de enfrentamento à questão das drogas têm emergido entre trabalhadores e pesquisadores do tema, cuja preocupação busca minimizar prejuízos, preservar a vida e manter os direitos humanos dos grupos diretamente envolvidos com a temática. Esse debate, além de polêmico, é carregado de conflitos de interesses pelos diferentes atores que encenam o palco das políticas públicas.

Com relação a essa disputa, Giovanni (2009) desenvolveu uma metodologia para avaliação de políticas públicas, a partir de algumas estruturas elementares. Segundo o autor, é possível classificar os atores dessas políticas em três grupos principais, que podem ser imbricados, compondo a ordem da reprodução social, a ordem econômica e a ordem política. O primeiro age conforme a lógica de acumulação de bem-estar, o segundo é movido pela acumulação de capital, e o último visando a acumulação de poder. A partir dessa constatação, é possível compreender as diferentes realidades, problematizá-las e discutí-las em seus conflitos de interesse.

Assim, o objetivo desse artigo é discutir, brevemente, como a atual política de drogas no Brasil impede as cidades de tornarem-se mais humanas. A finalidade aqui, portanto, é problematizar o tema sem realizar uma avaliação do impacto de programas governamentais específicos, com o propósito de contribuir para o debate sobre o acesso à cidade e sobre as possibilidades de humanizá-la. Para isso, além desta introdução e das considerações finais, o texto está fragmentado em três partes, pelas quais são problematizadas a questão das drogas e da juventude na cidade sob a perspectiva do uso como ordem de reprodução social, do narcotráfico como ordem econômica e da atuação do Estado como ordem política. Com isso, entende-se que a partir do levantamento dos percalços, poder-se-á reunir algumas proposições para se pensar em possíveis soluções e novas formas de superar esses desafios.

A cidade que estigmatiza: uso de drogas e juventude

5 Destaque para as diferentes políticas em vários estados dos EUA.

O uso de substâncias psicoativas é uma prática milenar da humanidade⁶. Ao longo da história, drogas vem sendo utilizadas para fins religiosos, sociais, recreativos, medicinais e terapêuticos, como é o caso, por exemplo, da ayahuasca, da maconha, do álcool e de outras substâncias. Mesmo após um século de políticas de proibição de variados psicoativos, o consumo não foi cessado; muito pelo contrário, cada vez mais, novas drogas são criadas e inseridas no mercado por meio de criativas e ousadas técnicas que burlam os métodos mais modernos de repressão, sendo ofertadas aos usuários que vão experimentando-as e inovando o consumo (SOUZA, 2015). Esses usos também podem ser ocasionais ou regulares, sem necessariamente acarretar prejuízos à vida de quem utiliza esses produtos. Quando isso ocorre, denomina-se que a pessoa faz, então, uso problemático da substância.

De acordo com o Escritório de Drogas e Crimes das Nações Unidas, estima-se que 243 milhões de pessoas entre 15 e 64 anos fizeram uso de substâncias psicoativas ilícitas no ano de 2012, o que representa 5,2% da população mundial dessa faixa etária. Para esse mesmo grupo, apenas 0,6% (27 milhões) fizeram uso problemático ou abusivo de substâncias ilícitas no mesmo período (UNODC, 2014).

Apesar do baixo índice de uso problemático, a formulação das políticas concentra-se em torno, especialmente, desses usuários. Cabe ressaltar que, com relação às políticas de cuidados, os riscos de danos à saúde dos indivíduos que usam drogas extrapolam a condição de uso problemático. Isso decorre da ilegalidade deste mercado: sendo a droga uma substância traficada, não há um controle de qualidade nem transparência com relação à composição da mercadoria que chega ao consumidor final. Por isso, salienta-se que a adulteração das drogas representa um grave dano à saúde de indivíduos que usam substâncias adulteradas⁷. Além disso, os danos do uso das substâncias ilícitas não se limitam aos aspectos químicos e físicos, nem mesmo aos biológicos, mas também ocorrem e, muitas vezes, estão associados aos fatores psicológicos, emocionais, sociais e econômicos, que desenharam o contexto em que as drogas são utilizadas (SOUZA, 2015). Por isso, entende-se que é diferente fazer uso de uma substância em casa, em uma festa ou na Cracolândia, por exemplo; afinal, os espaços ocupados para tais usos refletem a apropriação ou a exclusão, a proteção ou a vulnerabilidade dos territórios urbanos (RUI, 2012 e 2013).

Embora as drogas possam receber diferentes classificações quanto ao efeito que provocam no siste-

6 Para ler mais sobre a história das drogas, recomenda-se Escohotado (2002).

7 Maiores detalhes em "Cocaine adulterants", do World Drug Report de 2011 (UNODC, 2011, p. 95).

ma nervoso central, sendo os grupos mais comuns denominados como estimulantes, perturbadoras e depressoras (LACERDA, 2011), o uso dessas substâncias associado a um dado contexto pode revelar importantes informações sobre as características socioeconômicas desses mercados. Nesse sentido, drogas sintéticas, comercializadas por preços mais altos, são mais consumidas em festivais de música eletrônica por jovens de maior poder aquisitivo. Por outro lado, drogas de valor mais baixo, como o crack, são mais associadas a contextos de rua e de maior vulnerabilidade. Cabe reforçar, inclusive, que algumas substâncias têm uso funcional para determinados contextos (RUI, 2011; SOUZA, 2015). Desse modo, assim como um jovem pode tomar ecstasy numa rave para dançar por horas, outro jovem pode fumar crack para ficar acordado e alerta aos perigos da rua, além de mascarar a fome contemplada pela miséria que o condiciona.

Todas essas diferenças podem reunir-se numa mesma cidade e revelam a perversa lógica que estigmatiza e rotula parte da juventude, cujo direito à cidade não se mostra nada equânime; pelo contrário: salienta a desigualdade social e econômica e o acesso ao espaço e ao uso do território, que, por sua vez, sofre a interferência de outros agentes. Além disso, muitas dessas abordagens culminam no recolhimento de menores, na exposição da violência da polícia e dos narcotraficantes a que ficam expostos. Nesse sentido, a possibilidade de buscar atenção e cuidados terapêuticos pode significar a estreita saída para a busca do bem-estar social atrelado ao uso, ainda que proibido, de algumas drogas.

A cidade que criminaliza: a venda de drogas e a juventude

De modo geral, o narcotráfico engloba diferentes níveis de hierarquia que compõe as cadeias produtivas dessas substâncias. Do cultivo⁸ ao comércio, inúmeros são os contextos de produção desse setor⁹. Sabe-se que, nessas etapas, diferentes tipos de traficantes compõem esse mercado, sendo possível incorporar a participação de agentes públicos e privados, bem como crianças e adolescentes nessa atividade ilegal.

Em muitos países, especialmente naqueles de eco-

8 Não se pode deixar de alertar sobre a criminalização de jovens trabalhadores rurais da região do Polígono da Maconha, situado no nordeste brasileiro. Para ler mais sobre esse tema, ver Fraga (2006).
9 Para compreender com mais detalhes a cadeia produtiva de drogas naturais e semissintéticas, ver Souza (2015).

nomias subdesenvolvidas, o comércio atacadista e varejista ganhou espaço em bairros de periferias e favelas. A grande massa de desempregados, a baixa perspectiva de crescimento profissional e financeiro, aliada à necessidade de reconhecimento e de criação de identidade¹⁰, levou grande parte da juventude pobre ao desempenhar algum tipo de função na venda de drogas. O trabalho informal, ilegal e precário emprega “mulas”, “olheiros”, “vapores”, “aviões”, “esticas” e tantos outros jovens que compõem esse mercado de trabalho violento e perigoso. Diferentes perspectivas abordam a participação dos jovens nessas atividades. Algumas enfatizam a falta de oportunidades e a viabilidade dos ganhos do narcotráfico como fonte de renda. Nesse sentido, políticas de emprego e de renda¹¹, bem como de acesso às universidades e à formação profissional, contribuem para a redução da criminalidade. Outras abordagens apontam a ausência do Estado na contemplação do “status de cidadania”. Outras, ainda, associam a identificação dessa realidade como fonte de prestígio e de status social (ZALUAR, 2004).

Nas favelas, é crescente a valorização de jovens que encontram no criminoso uma espécie de espelho. O dinheiro fácil, a conquista de mulheres, o consumo de bebidas e de drogas caras (uísque e “pó”), o domínio do território, a figura do líder, o manuseio de armas, o risco da morte e o respeito obtido pelo medo social, brilham aos olhos do jovem favelado, que não mais vê no narcotráfico apenas uma fonte de renda ou uma possibilidade de satisfazer os mais fúteis desejos de consumo, mas passa a enxergar a personificação da virilidade e a sentir orgulho de pertencer ao crime organizado e de integrar determinada facção. (SOUZA, 2011, p. 34)

A própria composição da lei de drogas (BRASIL, 2006) que rege atualmente a política brasileira cria instrumentos para a criminalização da pobreza. Conforme aponta Orlando Zaccone (2008), a falta de clareza na distinção do que separa um traficante de um usuário de drogas garante à polícia o poder de decisão para levar adiante as provas que serão julgadas. Assim, é comum policiais identificarem jovens brancos e de classe média como usuários, ao passo que jovens negros, pobres e residentes em favela, mesmo quando abordados com quantidades moderadas de substância, são facilmente identificados como traficantes, pois a lei deixa brechas a subjetividades. Nesse sentido, é evidente que a política de drogas vigente contribui para a descri-

10 Huguet (2005) retrata, a partir de entrevistas, essa relação de identidade associada a cultura de comando nos jovens do narcotráfico do Rio de Janeiro.

11 Para mais informações sobre a taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho brasileiro formal, ver Vasquez (2016).

minação social e racial nas cidades (ZALUAR, 2004; ZACCONE, 2008).

Por outro lado, alguns jovens de classe média ou alta traficam substâncias em baladas luxuosas, obtendo lucros a partir da venda a amigos e conhecidos. Esses narcotraficantes reforçam a separação socioeconômica, que também inclui o narcotráfico, bem como a diferença na ocupação dos espaços das cidades que excluem parte dessa juventude, via criminalização das drogas. Nesse sentido, cabe destacar a percepção de um agente da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, Luiz Eduardo Soares (2004), que relata que:

[...] quem trabalha nos morros dificilmente desce à cidade. Há muitos que nascem e morrem, de forma precoce e cruel, antes dos 24 anos, sem jamais ter saído da favela, sem jamais ter ido à praia, ao Maracanã, aos pontos turísticos da cidade, por exemplo. Não têm nem mesmo meios de gastar o dinheiro que acumulam ou de fruir do rendimento de seus negócios escusos. (apud OLIVEIRA, 2008, p.156).

Por isso, parte desse aprisionamento que retira o direito à cidade reitera a lógica desumana da proibição de drogas, que viabiliza grandes acumulações de capital, ao mesmo tempo que, nas cidades subdesenvolvidas, retratadas por cenários de pobreza e desigualdade, financia o custeio de armas e de propinas, onde a disputa por capital acaba simbolizando uma disputa por armas, por poder, por território.

A cidade que proíbe: as políticas públicas sobre drogas e a juventude

A participação do Estado na política de drogas pode ser observada de modo contraditório, tendo em vista que o mesmo Estado que se esforça para viabilizar uma ampla rede de cuidados e de atenção à saúde do usuário, é também o Estado que pune, oprime, reprime e criminaliza. De fato, a autonomia do Estado brasileiro está limitada aos acordos assinados em tratados e convenções internacionais, que englobam questões de fronteiras e de acordos diplomáticos. Porém, nas cidades, as políticas públicas sobre drogas representam diversificadas atuações (humanas e desumanas), orientadas por diferentes esferas do governo (municipal, distrital, estadual ou federal) que, inclusive, disputam espa-

ço e poder entre si¹².

Dentre os principais serviços da rede de saúde, a internação compulsória pode representar uma das práticas mais desumanas, ao retirar forçadamente, um jovem do seu espaço, por lhe retirar o direito à cidade, além de poder associá-la ao retrocesso dos serviços de saúde mental sob a perspectiva manicomial. Nesse cenário, é comum o Estado se associar com entidades religiosas, especialmente por meio de serviços de comunidades terapêuticas, que também desenvolvem trabalhos variados com os usuários. Esses programas que visam a abstinência podem convir à ação disciplinadora do Estado, inclusive como forma de manutenção do poder. Por outro lado, outras abordagens, como os serviços de CAPS-AD, ambulatórios de rua e redução de danos, simbolizam atuações mais humanas, sem forçar a abstinência, respeitando os direitos humanos, sem roubar-lhes o direito à cidadania, pois busca auxiliar e cuidar o usuário de drogas dentro do seu espaço, a partir do seu contexto.

Independentemente do programa governamental implementado, é importante ressaltar que, apesar dos custos dispendidos no financiamento de tais atividades, a proibição das drogas se revela um importante instrumento de manutenção do poder do Estado; afinal, as drogas comumente servem como justificativa para uma série de problemas sociais que os governos de países subdesenvolvidos geralmente não conseguem suprir. Por isso, nas cidades que refletem a desigualdade socioeconômica, uma política de proibição de drogas não se restringe à prevenção, à repressão ou aos cuidados, mas incorpora, muitas vezes de forma mascarada, práticas de higienização social e de criminalização da pobreza, que visam atender expectativas de parte do eleitorado e, especialmente, de parte dos interesses especulativos imobiliários (RUI, 2012 e 2014). É cidade proibida comandada pelo jogo da política: promove bem-estar quando possível, organiza e viabiliza o processo de acumulação de capital aos agentes econômicos, e mantém, sendo assim, seu poder.

Considerações finais

A problematização dos três grupos de atores que encenam o palco da atual política de proibição de drogas revelam a degradante violência e trazem luz à compreensão dos aspectos desumanos da cidade, que não são decorrentes da venda ou do uso de

¹² Como exemplo, vale destacar a oferta de serviços públicos na Cracolândia, em São Paulo, por meio do programa municipal “De Braços Abertos”, do estadual “Recomeço” e do federal “Crack, é possível vencer”.



drogas, mas, sim, da violenta repressão pela qual é configurada a proibição desses mercados. No contexto proibicionista, a cidade vira um espetáculo de horror para os que morrem e de drama para os vivos, dada a imensidão da violência gerada pela “Guerra às Drogas”, associada aos conflitos de interesse de cada grupo de atores.

Frente a todo contexto de desigualdade e de exclusão, a juventude sofre perante a política de drogas brasileira, predominantemente repressora e excludente. Entretanto, não é possível afirmar com convicção que as causas das mazelas sofridas por esses jovens é a proibição das drogas, pois essa realidade também está associada aos contextos de não pertencimento das cidades ou aos cenários de pobreza. Por isso, entende-se que a política de drogas vigente torna-se um instrumento, um meio, às mais violentas formas de punição e de segregação social entre os jovens.

Formas alternativas de políticas sobre drogas, que

descriminalizem, regulem e legalizem podem significar importantes melhorias com relação ao bem-estar e à saúde dos usuários, bem como a práticas menos violentas de comercialização desse mercado. Do ponto de vista ao acesso, a forma como essas abordagens mais pacíficas devem ser implementadas precisa ser discutida com cautela, a fim de que se postergue, sempre que possível, o acesso e o uso de drogas pela juventude, como forma de guardar sua saúde.

Contudo, é claro que uma política que busque simplesmente legalizar as drogas não proporcione uma humanização declarada das cidades. A proibição das drogas é uma parte do problema, que o agrava. Para que a juventude tenha direito à cidade e para que as cidades sejam mais humanas, faz-se necessário discutir a violência, muitas vezes mascaradas pelas drogas, que esconde os rostos do preconceito, do racismo, da pobreza, da exclusão e da desigualdade.

Bibliografia

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.** 2006.

CARNEIRO, Henrique. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique (Org.). *Álcool e drogas na história do Brasil.* São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005. p. 11-27.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia General de Las Drogas** – incluyendo El apêndice “Fenomenologia de las Drogas”. 5. ed. Madrid: Espasa Calpe, 2002.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. Plantios ilícitos no Brasil: notas sobre a violência e o cultivo de cannabis no polígono da maconha. **Cadernos de Ciências Humanas – Especiais.** V. 9, n. 15, jan-jun, 2006, p. 95-118

GIOVANNI, Geraldo Di. **As Estruturas Elementares das Políticas Públicas.** NEPP, Unicamp, Campinas, Caderno 83, 2009.

HUGUET, Cláudio Ribeiro. **Adolescentes pobres e o tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro:** aproximação sociológica e psicanalítica ao problema. 2005. Tese (Doutorado em Saúde Pública) Departamento de Ciências Sociais da ENSP – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, RJ.

LACERDA, Roseli Boerngen de. (Coord.). Módulo 2 – Efeito de Substâncias Psicoativas no Organismo. In: **SUPERA - Sistema para detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas:** encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento

to. 4. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.

MOREIRA, Esdras Cabus. O crack, o psiquiatra e a sociedade. **Debates – Psiquiatria Hoje.** 2010; n. 3, ano 2: p. 39-43

OLIVEIRA, Adriano. **Tráfico de drogas e crime organizado – peças e mecanismos.** Curitiba: Juruá, 2008.

RIBEIRO, Maurides de Melo. **Políticas Públicas e a questão das drogas:** o impacto da política de redução de danos na legislação brasileira de drogas. 2007. Dissertação. (Mestrado em Direito). Departamento de Direito Penal, Medicina Legal e Criminologia. Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo.

RUI, Taniele C. **Corpos abjetos:** etnografia em cenários de uso e comércio de crack. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

_____. RUI, T. Depois da ‘Operação Sufoço’: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na ‘cracolândia paulistana’. Dossiê Fronteiras Urbanas, org. por Gabriel Feltran e Neiva Vieira. Contemporânea: **Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 3, p. 287- 310, 2013

_____. Usos da Luz e da cracolândia: etnografia de práticas espaciais. **Saúde e Sociedade** (USP. Impresso), v. 23, p. 91-104, 2014.

SERRA, Artemis Soares Viot. **“Esqueceram de mim”:** Políticas Públicas de Atenção em Saúde em Relação ao Uso, Abuso e Dependência de Álcool e outras Drogas para Crianças e Adolescentes no Rio de Janeiro. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais,

Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ.

SOUZA, Taciana Santos de. **A economia da droga:** o mercado de crack e as políticas públicas no Rio Grande do Sul. 2011. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia – FACE. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Monografia premiada no XXV Prêmio CORECON / RS de Monografias ou Trabalho de Conclusão de Curso.

_____. **A economia das drogas em uma abordagem heterodoxa.** 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

UNODC - UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2011.** Viena: United Nations Publication, 2011.

_____. UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2014.** Viena: United Nations Publication, 2014.

VASQUEZ, Luciana Bernardes. **Participação no mercado de trabalho e nível socioeconômico da população no período 2004-2013.** 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

ZACCONE, Orlando. **Acionistas do nada:** quem são os traficantes de drogas. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa:** pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Juventude espoliada, juventude revoltada, juventude organizada.

Por Vitor Hugo Tonin¹

Isabela Alline Oliveira²

Ao jovem iracundo Darcy Ribeiro

Antes de tudo...

No papo reto que o assunto é sério e o tempo é curto. O proceder não é neutro, mas interessado. Não vamos divagar sobre a cidade e moradia em geral. Tampouco sobre o que define a juventude. Nossos problemas reais não nos permitem perder tempo. O nosso problema é o da moradia em cidades muito específicas: cidades de países dependentes e subdesenvolvidos. O problema da moradia no Brasil se parece com a moradia na Argentina, na Bolívia e no México. Mas é muito diferente do problema na França, na Holanda e nos EUA.

Da mesma forma nos debruçamos sobre o tema da juventude brasileira. Jovens criados para viver em um país cujo mundo de trabalho formal

1 Doutorando em Desenvolvimento Econômico na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Secretário Executivo de Movimentos Urbanos da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora e militante das Brigadas Populares. Contato: vitorht@gmail.com

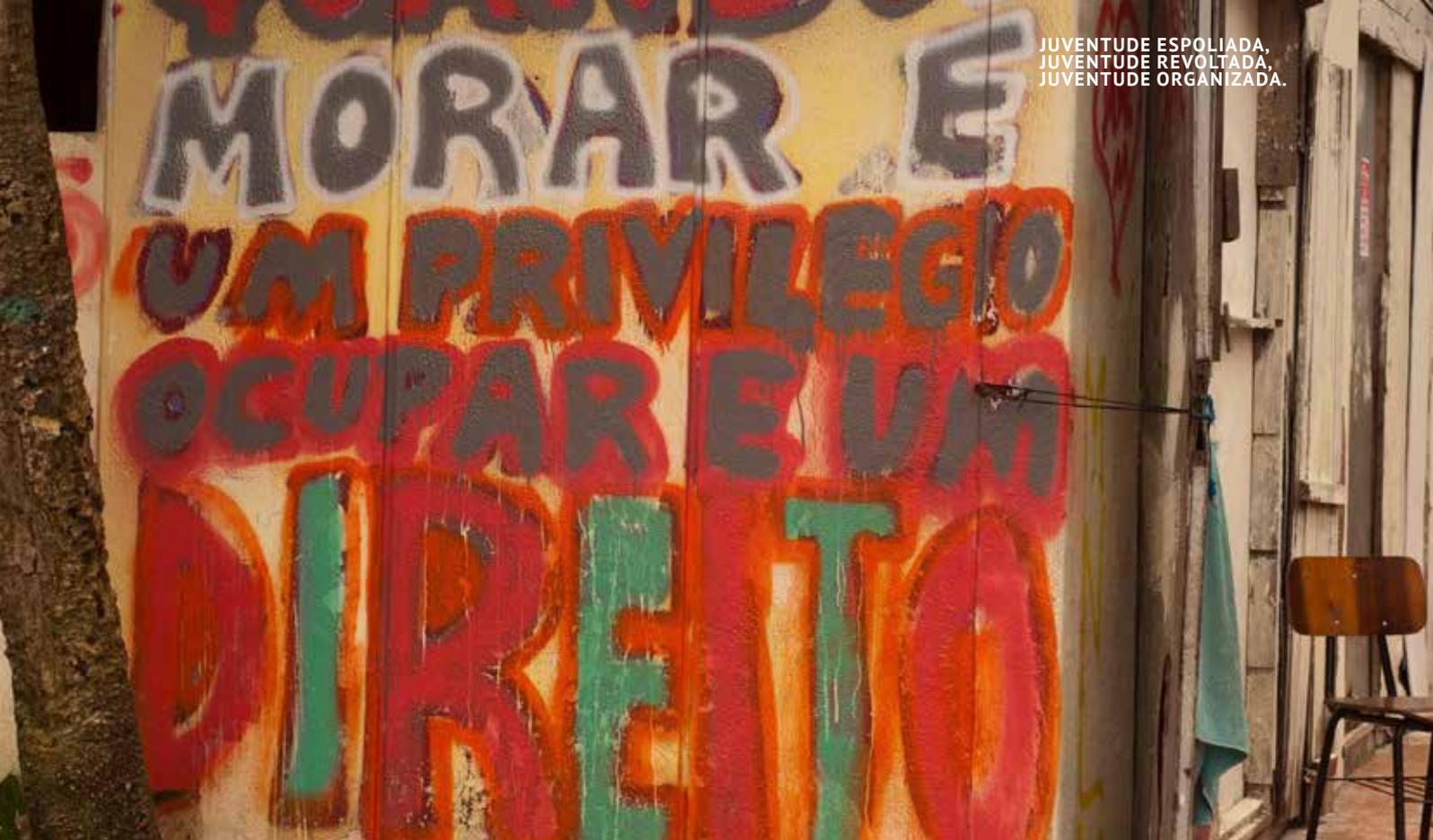
2 Mestranda em Filosofia na Universidade Federal de São Carlos e militantes das Brigadas Populares. Contato: isabela.alline@yahoo.com

já é péssimo e apresenta escassas perspectivas. Ainda assim grande parte dessa juventude sequer tem como horizonte a formalidade, mas sim integrar as grandes massas estruturalmente marginalizadas da sociedade brasileira. Não apenas como um setor da população brasileira compreendida entre a idade X e Y, mas como um setor historicamente espoliado pela falta de expectativa em ter um emprego de qualidade, sofredora de uma educação que ofende, que é parte majoritária da população trancafiada em presídios em que os direitos humanos não existem, que é alvo preponderante de um verdadeiro genocídio nas periferias. Mas mais importante ainda é debater a juventude no atual momento do país. Nos importa discutir esse setor justamente no momento em que vêm se conformando novamente como um importante ator político da conjuntura nacional. Desde as manifestações de 2013, passando pelos rolésinhos, pelo funk e pelo rap, pelas marchas contra a violência policial nas favelas do RJ, pelas lutas em prol das ações afirmativas, pela presença massiva nas ocupações por moradia, na luta pela preservação dos espaços públicos como o cais Estelita do Recife, a Ponta do Coral em Florianópolis, na defesa do ensino superior público e de qualidade com as recentes greves das universidades paulistas e principalmente na defesa da educação através de ocupações das escolas em SP, GO, RJ, CE, RS entre outros. Entender porque esse ator político reaparece na cena política nacional é também o nosso desafio.

Espoliação urbana

Conceito que ilumina o nosso tema. O problema da habitação é diferente no Brasil e na França justamente porque fomos construídos enquanto povo para fornecer riqueza para os países centrais. De colônia ao formalmente independente, fomos moldados para ser subordinados aos países imperialistas. Isso nos coloca sob uma superexploração: além de satisfazer o apetite da classe dominante internamente, como ocorre em todos os países capitalistas, temos que satisfazer os interesses das classes dominantes gringas. Isto é, na nossa história, em vez das classes dominantes nativas enfrentarem a exploração promovida pelas classes dominantes colonialistas e imperialistas preferiram se unir a elas e voltar-se contra o povo de seu próprio país.

Consequência dessa articulação é que a estrutura salarial e creditícia do Brasil é insuficiente para que o povo possa comprar todos os bens necessários para sua reprodução. Os salários estão abaixo do valor da nossa força de trabalho. É impossível, por exemplo, com um salário de trabalhador com-



prar uma casa, ter acesso a saúde e educação privadas de qualidade, acessar o ensino universitário, o lazer, a cultura e a maioria dos aparatos tecnológicos que a moderna civilização capitalista produz.

Condição para manter a superexploração do nosso povo é necessário que em nossa estrutura social o desemprego e o subemprego ou informalidade atinja estruturalmente grandes parcelas da sociedade. Essa massa de desempregados e subempregados pressionam os que tem a chance de conseguir um emprego formal a aceitar salários estruturalmente menores. Resumindo: a aliança das classes dominantes nativas com suas parceiras dos países imperialistas cria um sistema social baseado na superexploração da força de trabalho, isto é, em média o salário no Brasil é insuficiente para reproduzir a vida dos trabalhadores formalmente empregados. Isto é garantido através de um gigantesco exército industrial de reserva que sobrevive estruturalmente no desemprego e no subemprego que tampouco tem acesso as condições gerais de reprodução da vida.

É isto que faz com que as lutas por direitos: serviços necessários à reprodução da vida, se torne central em nosso país. E tudo que em outros países pode ser mercantilizado, aqui foi disputado como direito: transporte, habitação, saúde, educação, etc. Pois se o salário não dá, o Estado deve dar. Só que

não! Pois o Estado também está envolvido nessa lógica e a maior parte do seu excedente não pode ser destinado a garantir os direitos da classe trabalhadora, uma vez que encarece a mão de obra e vai de encontro à superexploração. De tal forma que além de não conseguir acessar os bens necessários para sua reprodução através do salário, a classe trabalhadora brasileira também não consegue acessar seus direitos através do Estado, ficando refém de outras formas para conseguir acessar ou não acessar as condições necessárias para se reproduzir.

Na busca de conseguir essas condições na cidade que aparece a espolição urbana. Se não tem carro, há de ir a pé ou no sistema coletivo precarizado, lento e desgastante; se não tem casa, toca invadir e construir nos finais de semana; ou superlotar uma casa ou ainda adensar um terreno. Enfim todas formas que, fora da jornada de trabalho, elevam o desgaste físico e mental do nosso povo. A isso chamamos de espolição urbana.

A juventude em geral se depara antes com a espolição. Quando não tem transporte para o colégio ou para o lazer, quando não tem acesso à saúde básica. Quando começa a constituir família e é obrigada a morar com os parentes. Quando sua inserção laboral se faz, via de regra, através do subemprego.

Ao mesmo tempo, porém, é nesse momento

da vida que as expectativas ainda são encaradas seriamente. Que a resignação se faz menos sentir. Que a busca para não ser “como os nossos pais”, mas sim um pouquinho melhores é levada a sério, através do espírito jovem, mais livre. E justamente quando essa perspectiva se choca com o caráter estrutural da espoliação urbana que a rebeldia irrompe no asfalto. Assim foi nas jornadas de junho de 2013: em pleno período de melhoria salarial, milhões foram as ruas exigir mais direitos dizendo na feliz expressão de um candidato à prefeito de São Paulo “que se a vida havia melhorado da porta para dentro de casa, da porta para fora piorou”. É por isso que a juventude é protagonista na luta por transporte, na luta por educação e também na luta por moradia.

A maior parte de famílias em ocupações urbanas organizadas são chefiadas por jovens chefes de família que resolvem encarar o desafio de construir uma moradia própria. Sem possibilidade de conviver na mesma habitação dos pais esses jovens em geral aventuram-se na locação de cômodos ou barracos em áreas periféricas, na ocupação de terrenos abandonados e, no melhor dos casos, na construção de ocupações urbanas coletivas em terrenos ou edifícios ociosos. Assim, em todos esses casos há espacialmente uma elevação do gasto de energia física e mental do trabalhador: além daquele tempo de trabalho despendido para obtenção de uma renda é somada o tempo de trabalho gasto na obtenção de uma moradia que em tese deveria ser obtida através daquela renda. O desgaste promovido pela espoliação urbana em um povo historicamente superexplorado é incomensurável. Alguns depoimentos destes trabalhadores ajudam a dimensionar o problema.

Pra fazê casa o nego tem de se esforçá, trabalhá muito...fazê economia...Olha, quando chegá aos 40 ano e já num posso mais trabalhá porque eu num vô aguentá pegar serviço pesado (...); tenho logo de apanhá a minha folhinha do INPS pra me encostá porque vô tá meio ruim...Mas aí já fiz a casa, tô sossegado...Eu penso que tem valença o sujeito se esforça enquanto é moço pra consegui sua casinha mesmo que às vez se sinta acabado. Tem os que num pensa isso, se guarda mais...num se gasta tanto..., que ninguém é obrigado, né... (carpinteiro)

Pobre só pode morá aqui em cima, aqui pra dentro mesmo, pra esses cantão. Lá embaixo é só pra gente de posse, pobre num tem condição...é muito caro. Antes cabia mais pobre lá embaixo, né. Era aquelas favela, aquelas cabeças-de-porco...inda tem, mas é pouco agora...os tempo hoje é outro, num tem mais lugar barato...é tudo caro lá embaixo. Pode vê, pobre agora vem tudo aqui pra cima

fazê suas casinha pra tê um pouco de sossego. Chega um dia num vai tê mais pobre nenhum lá embaixo...num tem condições...num cabe, né.

O salário que tá na carteira se a gente num fizê serão num dá nem pra comê. Tem de fazê senão o cara num vai morá...é que no serão eles paga 20% em cima da hora normal. (...) Pra podê ir tocando a obra e a situação, ter condição de construí, pelo menos duas dobra por semana nós somo obrigado de fazê. (...) A gente pega no trabalho hoje às 7h do dia, trabalho e dia e trabalha na noite até 4h30min. Então o pessoal vai dormir, das 4 e meia às 7h, quer dizer nem três hora de sono, né. Dorme aquelas três hora pra pegá no serviço às 7h outra vez, pra ir até às 5h...até 5 da tarde. (...) Agora a gente faz duas dobra, mas teve tempo de tá impensado e fazê até três dobra numa semana pra podê compra um pouco de material...dobrava na segunda, na quarta e na sexta...chegava no fim da semana mais morto do que vivo. (armador).

Eu tenho envelope de até novecentos cruzero por semana, mas pra eu tirá isso...se eu falar pra senhora a senhora vai se benzê toda; vai dizê: esse cara tá se matando. Sabe por quê? Duas dobra. Sem dormir. Eu vivo fazendo isso porque tenho necessidade, muita coisa pra fazê aqui, num é só comer, tem a casa. Então tem de dobrá. Bom...tê num tem, né, a pessoa dobra por livre e espontânea vontade; tá me entendendo? Ninguém força. (...) É que o meu objetivo é construir...enquanto eu não fizer a minha casa sinceramente a minha cuca num refresca mesmo... (pedreiro). (LIMA, 1980)

Fica evidente nos depoimentos como o sobre-esforço necessário para conseguir uma moradia é exercido no período da vida em que mais há energia: a juventude. Na compreensão de que não haverá condições de realizar o mesmo sacrifício depois, o que muitas vezes não se vê imediatamente é que este sacrifício provoca sequelas irremediáveis como a redução da expectativa de vida, o adoecimento precoce, aleijamentos e invalidez prematuros.

Por uma revolução urbana

A juventude de hoje está sofrendo uma mudança de época. Da expectativa de que com fé e paciência

tudo poderia melhorar passamos para um cenário em que tudo está desabando: educação sendo fortemente atacada por processos de reestruturação que visam abrir o setor para o predomínio de organizações capitalistas; forte e rápida deterioração dos empregos existentes e elevação acelerada do desemprego que afeta principalmente a juventude; o ataque a direitos trabalhistas e previdenciários; além de assistir com espanto as riquezas nacionais sendo descaradamente entregues para as multinacionais, incluindo aí o pré-sal que estava atrelado a um projeto de fortalecimento dos direitos sociais.

Foi como reação a essa quebra e mudança de perspectivas que iniciaram as jornadas de junho de 2013 que reabriu a conjuntura política brasileira para o avanço tanto de forças de direita como de esquerda. Despontam novos movimentos. Novas organizações surgem a cada momento. Lideranças jovens de novas ou históricas organizações sociais e políticas entram em cena. E ainda, novas formas de fazer a

política com um elemento de ousadia característico desse sujeito político. As velhas estruturas já não são suficientes para abarcar seus anseios, há de se deixar o novo surgir. O conteúdo da política, no entanto, permanece em aberto. Há necessidade de identificar o elemento unificador de todas essas lutas imediatas, a causa central, o busílis da questão. Nosso objetivo aqui foi lançar luz a categoria de espoliação como forma espacial da superexploração em nosso país e, portanto, como elemento central das novas lutas a surgir. A partir desse entendimento o caráter urbano da unificação fica evidente. Trata-se de reconstruir relações sociais na cidade que coloquem essa gigante acumulação de capital concentrada no espaço que é a cidade a disposição de seus moradores. Da moradia às praças, da saúde à educação, da segurança à cultura, tudo será apropriado pela juventude, especialmente pela juventude negra e das quebradas numa grande rebelião urbana. Esse é o desafio da juventude brasileira atual.

Referências

AIRES MAGALHÃES, Luís Felipe; TONIN, Vitor Hugo. **Segregação socioespacial e luta por moradia na grande Florianópolis: raízes e características da Ocupação Contestado**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 49, n. 2, p. 224-255, nov. 2015. ISSN 2178-4582. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2015v49n2p224>>. Acesso em: 13 jul. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2015v49n2p224>.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, (1979) 1993.

KOWARICK, Lucio. **Capitalismo e marginalidade na America Lati-**

na. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1975.

LIMA, M. H. B. Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In: VALLADARES, Licia do Prado (org.); SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (Coaut. de). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1980.

MARINI, Ruy Mauro. **Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PINTO, Alvaro Vieira. **A questão da universidade**. São Paulo, SP: Cortez: Autores Associados, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 5. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da America Latina: estruturas de poder e**

forças insurgentes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979,

TONIN, Vitor Hugo; PERES, Lino F. B. **Espoliação urbana: forma espacial da superexploração da força de trabalho**. Disponível em: <https://mega.nz/#!udcAEIDZ!9g-2jlyNF-sNOUIBvHcvF13UEQIB-5TMMbc9Jzene8xs>

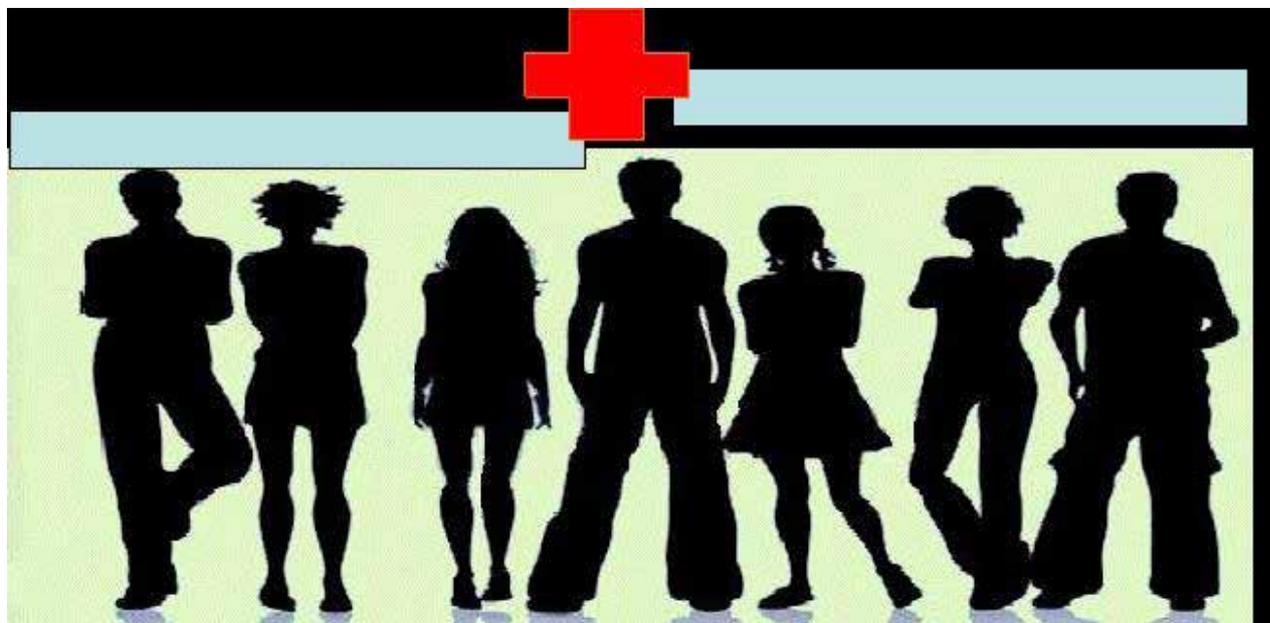
TONIN, Vitor Hugo. **Muita gente sem casa, muita casa gente. Entre superlucros e superexploração: a dialética da habitação em país dependente**. 2015. 266 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PGAU0085-D.pdf>>

VOCÊ FAZ PARTE DESSA CONSTRUÇÃO.



**Central dos Trabalhadores
e Trabalhadoras do Brasil**

A CENTRAL SINDICAL QUE MAIS CRESCE NO BRASIL



Direito à saúde e à vida para a juventude

Ellen Machado Rodrigues

A saúde é uma das condições necessárias à vida digna e, portanto, se impõe como direito humano fundamental. O reconhecimento dos direitos à saúde e à vida no Brasil cava raízes nos movimentos sociais que tiveram lugar na cena social e política do país durante as décadas de 1970 e 80. Aquele foi um período “divisor de águas” em nossa história, caracterizado pela participação inusitada do povo e pela inédita conquista do direito a ter direitos firmada na Constituição Federal de 1988, apelidada Constituição Cidadã.

Para dar concretude ao direito à saúde, são necessárias ações voltadas para as diversas

dimensões que compõem a vida e os ambientes onde ela acontece. O Sistema Único de Saúde (SUS) reúne parte destas ações, aquelas destinadas à proteção e manutenção da vida. O SUS é um projeto social único no conjunto dos países considerados subdesenvolvidos, e seus princípios de universalidade, integralidade e equidade dão sentido às ações executadas. Em que pesem as dificuldades estruturais de implementação de um projeto de tal envergadura, alcançamos um nível de acesso a saúde através da operação deste sistema que vai muito além da retórica e do terreno das intenções. Atualmente, 64% da população brasileira têm acesso a Saúde da Família e somente em 2014 foram realizadas mais de 1 bilhão de consultas médicas e 11 milhões de internações pelo SUS. São números gigantes que refletem o tamanho do Brasil e das necessidades de sua população.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece a proteção integral para as crianças e os adolescentes que, sem distinção de raça, cor, ou classe social, devem ser reconhecidos como sujeitos de

direitos. Em seu artigo 11, após reformulação, o ECA passou a assegurar a assistência integral à saúde pelo SUS, garantindo o acesso universal e igualitário à todas as ações voltadas para proteção e recuperação da saúde de crianças e adolescentes.

Apesar dos inegáveis avanços, numerosos desafios ainda se impõe. Em contraste com uma situação de amplo acesso aos equipamentos de saúde, há um vazio de políticas de prevenção para as questões específicas que afetam a saúde de jovens na atualidade. Por ser considerada uma população predominantemente saudável, acabam carecendo de atenção necessária à saúde. É surpreendentemente elevado o número de adoecimentos, danos irreversíveis e mesmo mortes nesta faixa etária o que revela a vulnerabilidade a que estão expostos e a necessidade premente de políticas voltadas para sua proteção. A juventude é exatamente o momento da vida em que se consolidam identidades e se constroem estratégias pessoais de autonomia e emancipação. Buscar a preservação da saúde e a defesa da vida desta população deve ser encarado, portanto,

como um dos objetivos da mais alta relevância – é a garantia de permanência do potencial inventivo de novas realidades, um rico manancial capaz de inundar de forma positiva a realidade para nossa sociedade como um todo.

Violência abreviando vidas

A violência é uma das grandes causas de mortes no Brasil, mas é espantoso o modo como ela se concentra sobre a população jovem, particularmente negra e com baixa escolaridade. De acordo com dados de mortalidade obtidos no DATASUS do Ministério da Saúde, enquanto a mortalidade geral da população cai progressivamente a cada ano, o número de mortes na faixa etária de 15 a 29 anos apresenta crescimento de cerca de 7% ao ano desde 2004, sendo que entre 15 e 19 anos esta taxa chega a 15%. Mais de 70% das mortes entre jovens são decorrentes de causas externas o que inclui acidentes de trânsito, homicídios, suicídios e intoxicações graves por drogas entre outras.

Os homicídios são de longe a principal causa, atingindo especialmente a faixa etária de 13 a 21 anos, jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias de grandes centros urbanos. Entre os mais de 56 mil mortos por homicídios em 2012, mais da metade eram jovens e destes, 77% negros e mais de 90% do sexo masculino.

Em vista disto, os homicídios de jovens representam uma questão nacional de saúde pública, que se reflete em centenas de anos de vida perdidos. Some-se a isto a geração de dor e sofrimento a milhares de famílias e comunidades, marcando com a experiência negativa da perda violenta de alguém toda uma

geração de jovens brasileiros: pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Juventude observou que 51% dos jovens ouvidos, em todos os estados, em cidades de pequeno, médio e grande porte, e em todos os estratos sociais, já perderam uma pessoa próxima de forma violenta. O enfrentamento a esta questão exige uma grande mobilização de poder público e da sociedade para garantir o direito do jovem a viver.

Saúde sexual e direitos reprodutivos

A sexualidade é um componente intrínseco do ser humano e é fundamental na saúde, que transcende o aspecto meramente biológico, envolvendo dimensões também psíquicas e subjetivas bem como aspectos sociais e fortemente influenciada pela moral e pela cultura. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde de 2006 (PNDS) evidenciou que o início da vida sexual entre as mulheres ocorre em torno dos 12 anos, com pico aos 16, sendo que até os 15 anos 33% das mulheres pesquisadas já haviam tido relações sexuais. Entre os homens, o início é mais frequente entre 15 e 17 anos.

Embora estejamos em pleno século XXI, o tema da sexualidade é envolvido por uma série de preconceitos e estigmas que dificultam a adoção de medidas para promoção de uma vida sexual segura e saudável. O conjunto hegemônico de valores amalgama uma cultura sexista, onde o masculino representa a virilidade e o poder, enquanto o feminino é associado à fraqueza e dependência. A sexualidade feminina fica submissa à reprodução, como decorrência da natureza da mulher, e o campo mais amplo da sexualidade seria essencialmente masculino, relacionado à natureza do

homem. Nesse contexto, jovens de ambos os sexos encontram baixo reconhecimento social como pessoas sexuadas, livres e autônomas, estando submetidas a situações de vulnerabilidade no plano pessoal, social, e institucional e a interdições pessoais diversas que repercutem em sua saúde sexual e reprodutiva.

Reemergência da AIDS entre jovens

O Brasil é considerado referência mundial em políticas de combate à AIDS, doença causada pela infecção pelo vírus HIV cuja transmissão ocorre predominantemente por via sexual. A situação da doença no Brasil está estabilizada, embora cerca de 40 mil novos casos sejam descobertos ao ano. O que vem sendo motivo de maior preocupação é o crescimento de casos entre a população jovem. Em 2004, a taxa de detecção entre pessoas com idade entre 15 a 24 anos era de 9,5 casos a cada 100 mil habitantes, o que equivale a cerca de 3,4 mil casos naquele ano. Já em 2014, esse número foi de 4,6 mil casos, representando um aumento de 41% na taxa de detecção nessa população.

O crescimento no número de casos de infecção por HIV acontece apesar de os jovens demonstrarem um elevado conhecimento sobre formas de prevenção. Acredita-se que com o controle da epidemia e com o advento do tratamento, pelo qual se tornou possível a redução da mortalidade pela infecção, emergiu especialmente entre as pessoas mais jovens e que não conviveram com as situações dramáticas durante o auge da epidemia, a sensação de que a doença não exige preocupação ou até mesmo que ela não existe. Muito longe disto, a AIDS segue sendo uma das doenças mais

graves existentes e para a qual não existe cura até o momento. O tratamento, embora tenha proporcionado avanços quanto ao curso da doença, é acompanhado por importantes efeitos colaterais de difícil tolerância. Por mais que tenha

Além deste grau de elevação no número de casos, chama atenção a comparação entre os sexos para os jovens com idade entre 13 a 19 anos: esta é a única faixa etária em que o número de casos de AIDS é maior entre as mulheres do que entre os homens. Os dados revelam, ainda, que mais de metade dos casos em mulheres são entre aquelas que não têm nenhuma escolaridade e entre aquelas que não concluíram o ensino fundamental. Numerosos fatores são elencados para explicar a chamada feminização da infecção por HIV, mas merece especial destaque o papel exercido pela desigualdade de gênero no aumento da vulnerabilidade das mulheres a esta doença.

A prática heterossexual parece ser o principal meio de contaminação feminina por doenças sexualmente transmissíveis (DST), entre as quais figura a AIDS. A assimetria existente entre homens e mulheres no que se refere aos próprios corpos e a sexualidade impõe a elas obstáculos até mesmo para o simples uso de preservativos. Sabe-se que a exigência por camisinha durante o sexo é muitas vezes abandonada pelas mulheres em função do risco de violência a que estão submetidas caso o façam. Os entraves postos na negociação do sexo protegido, independentemente do grau de instrução, poder aquisitivo ou autonomia financeira. Adicionalmente, o uso de preservativos, sejam masculinos ou femininos, pode ser inviabilizado por preconceitos e tabus referentes a seu porte e oferta por parte das mulheres.

Gravidez precoce e mortalidade materna

No Brasil, a taxa de fecundidade específica, na faixa etária de 15 a 19, vem diminuindo progressivamente nos últimos anos. Entretanto, continua preocupante a gravidez em adolescentes, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. Conforme dados do IBGE/PINAD/IPEA na série histórica 1992 a 2006, a taxa de fecundidade adolescente, em 2006, cresceu em 0,14 no quintil mais baixo economicamente, contrastando com o comportamento geral de queda. A análise sobre partos realizados em serviços de saúde no SUS, aproximadamente 56% do total daqueles entre mulheres de 10 a 24 anos, 42% foram de jovens de 15 a 19 anos. Esse panorama aponta para a necessidade de que as políticas públicas, notadamente as de saúde, dirijam um olhar especial para as necessidades e as demandas específicas em saúde reprodutiva dessa população, que atuem na redução da vulnerabilidade ocasionada por situações onde as variáveis de garantia de direitos e de inserção social podem ser desfavoráveis para a sua qualidade de vida.

Um aspecto que deve ser analisado frente a gestação durante a adolescência e que inexoravelmente irá atingir estas mulheres é a mortalidade materna. Em torno de 16% do total de mortes por causas relacionadas a gravidez, parto ou pós-parto acometem adolescentes, sendo mais frequente entre negras (mais de 60% dos casos). Além das causas diretamente decorrentes da gestação ou parto, o aborto inseguro é uma causa importante relacionada aos

índices de mortalidade materna entre jovens, sobretudo, as pobres que sofrem mais dramaticamente as consequências das deficiências no cuidado a saúde reprodutiva e do impacto das condições de vida no estado de saúde. É inadiável a integração entre políticas sociais que propiciem às mulheres jovens, condições para escolha do melhor momento para a maternidade e para viver com segurança a gestação e o parto, antes que óbitos por causas evitáveis firmem irremediavelmente seu direito à saúde.

Em defesa da vida da juventude brasileira

A população jovem tem deparado com incontáveis barreiras à condições de vida digna com interferências intensas sobre seu desenvolvimento, físico, psíquico e social. O processo de saúde-adoecimento está intimamente relacionado a múltiplos determinantes sociais e a modos de vida envolvidos na gênese, no desenvolvimento e na perpetuação dos problemas que afetam a saúde. Para a defesa da vida e do pleno direito de bem viver é necessário que haja forte articulação entre diversos setores e políticas públicas, integrando estratégias voltadas para a prevenção de danos e promoção da saúde, individual e coletiva. O envolvimento de sujeitos e coletivos, desenvolvendo a autonomia e a participação conjunta na construção de ambientes mais humanos, eleva o potencial para redução de adoecimentos e mortes precoces bem como é uma forma de favorecer a sustentabilidade e a efetividade das ações.

Ellen Machado Rodrigues



PROGRAMA
JOVEM
MONITOR/A
CULTURAL

CENTRO DE ESTUDOS E MEMÓRIA DA JUVENTUDE

Revista Juventude.br
“Jovens por Cidades mais Humanas”

*Uma experiência
de autonomia e
protagonismo juvenil
na cidade de
São Paulo*

Isabela Tramansoli Resende
Ricardo Ponzio Scardoelli
Shayanny Kassia de Sá
São Paulo, Abril de 2016

Resumo

Este artigo busca elucidar sobre a importância do Programa Jovem Monitor Cultural na promoção da emancipação dos jovens¹, na valorização da participação social e política, na promoção do bem-estar, experimentação e do desenvolvimento integral do jovem, no reconhecimento deste como sujeito de direitos universais e na valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações, reconhecendo a cultura não só como um setor do mercado no qual os jovens podem se inserir economicamente, mas também como um campo de atuação social e política.

Palavras-chave: Programa Jovem Monitor Cultural; Prefeitura Municipal de São Paulo; Secretaria Municipal de Cultura; cultura, juventudes; direitos; formação; experimentação; participação.

Introdução

Nos últimos dez anos têm surgido uma série de políticas públicas voltadas para a juventude especialmente no que diz respeito à proteção so-

cial e inserção profissional, e ao combate à violência e à participação cidadã. Esse movimento demonstra que há um reconhecimento do jovem enquanto ator de direitos, com papel especial de transformação tanto da sua própria realidade, quanto da sociedade. Nessa visão, a juventude é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, por onde passam a ser considerados como sujeitos de direitos e deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios. E isso se consolida legalmente com a instituição do Estatuto da Juventude em 2013 que consolida os direitos da juventude que devem ser promovidos pelo Estado brasileiro.

Nesse cenário surge o Programa Jovem Monitor Cultural, na Prefeitura Municipal de São Paulo, cujo objetivo é promover formação cidadã de jovens no campo da cultura a partir do desenvolvimento de processos educativos, de experimentação e de vivências direcionadas à ampliação de repertório, e da sua inserção como agente cultural reconhecendo as diversidades das juventudes, bem como a sua capacidade de protagonismo e atuação. Além disso, o PJMC também busca promover um processo formativo baseado na articulação entre vivência no campo da cultura e nos conteúdos relativos às condições juvenis, cidadania, políticas públicas de cultura e de juventude, a gestão cultural e as relações entre cultura e a cidade. Ainda promove a experimentação profissional e o aprendizado sobre o papel, a gestão, as práticas e o funcionamento de equipamentos públicos culturais, tendo em vista o desenvolvimento de habilidades e possibilidades de dinamização destes.

O Programa reconhece e valoriza a existência de um processo cultural nas regiões periféricas de São Paulo com características e proposições estéticas próprias, influenciando o repertório cultural de segmentos mais amplos e transversos da população. Esse processo auxilia no reconhecimento de uma visão materialista da cultura, que percebe os processos da produção simbólica por dentro das relações, e nessa dinâmica emite os sinais dos conflitos existentes na sociedade. Ou seja, nessa concepção a cultura é um espaço de disputa, e não apenas um mero objeto de produção, mas, sobretudo, um espaço de práticas sociais, onde refletindo o meio em que se insere uma visão da cultura conectada com a realidade. A proposta do PJMC propõe espaços para interação e trocas entre juventudes e públicos diversos, promovendo questionamentos pautados nas vivências e realidades diárias do cenário cultural e da cidade, transformando os processos e a pro-

dução cultural e construindo o protagonismo e a autonomia juvenil, pautando a cultura não só como um setor do mercado no qual os jovens podem se inserir economicamente, mas também como um campo de atuação social e política.

Histórico do Programa Jovem Monitor Cultural

O Programa Jovem Monitor Cultural - PJMC foi criado junto com o Programa Jovem Monitor de Turismo por meio da Lei 14968 de 30 de julho de 2009² com base no Projeto de Lei 316/08 de autoria do Vereador Donato (PT).

O Programa visa estimular a inserção socioeconômica de jovens, mediante o oferecimento de formação direcionada e experimentação profissional no campo da cultura. Aprovadas as Leis em 2009, foi atribuído as Secretarias Municipais de Cultura e do Trabalho, sua implantação com a participação da São Paulo Turismo S/A. Essas instâncias governamentais foram responsáveis pelo teor da regulamentação definida pelo Decreto 51.121 de 17 de dezembro de 2009. No entanto, apenas quatro anos depois de sua promulgação, o decreto foi regulamentado, já na gestão do Prefeito Fernando Haddad (PT) sob a responsabilidade do Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso - CCJ no âmbito exclusivo da Secretaria Municipal de Cultura - SMC.

O objetivo da Lei era o de “promover, constantemente, cursos de capacitação para jovens destinados às áreas de recepção, apoio ao turista e difusão cultural”. É citada ainda a Copa do Mundo da FIFA 2014³, recomendando especial atenção a este evento, e para isso define prioridade na formação tendo em vista um “tratamento diferenciado ao turista que visita a Cidade de São Paulo”. O Decreto, por sua vez, tira toda a ênfase dada ao turismo e apresenta uma definição mais precisa para o Programa enquanto uma política pública em uma perspectiva de formação profissional voltada à cultura e a juventude. Essa visão justifica a integração que o decreto estabelece com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho definindo, inclusive, como uma das fontes de recursos para pagamento da bolsa (auxílio pecuniário), recursos desta Secretaria (Artigo 5º, I) cuja utilização deverá obedecer aos critérios do Programa Bolsa Trabalho. Atualmente o programa vem sendo realizado de acordo com o Artigo 5º, II, por convênios e parcerias. Concebendo o PJMC como uma ação que visa

“a interação entre comunidade e os equipamentos culturais administrados pela Secretaria Municipal de Cultura”, o decreto objetiva estimular, por meio de atividades culturais, a inserção socioeconômica e desenvolver a formação e a experimentação profissional, bem como facilitar a continuidade dos estudos dos jovens beneficiados pelo Programa. O Decreto também define os conteúdos básicos das formações teóricas e práticas, cujo cumprimento é de responsabilidade da SMC, e carga horária (30 horas). O documento ainda endossa a prioridade para pessoas de baixa renda, define a faixa etária entre 18 e 29 anos e determina que 5% dos selecionados sejam destinadas, prioritariamente, a pessoas com “mobilidade reduzida”.

Direcionado à cultura, o PJMC na sua regulamentação aposta numa estratégia de formação profissional que não se restringe às demandas de um mercado de trabalho que é bastante reduzido. A ideia central do Decreto é a formação em gestão e produção cultural do jovem na sua relação com o equipamento e a comunidade que lhe cerca. O sentido “inserção socioeconômica” que apregoa está menos relacionado à empregabilidade, e mais a uma estratégia de trabalho e renda. Ou seja, por meio da formação adquirida com a atuação nos equipamentos culturais este jovem amplia suas possibilidades de criar alternativas, e de viabilizar seus projetos individuais e coletivos e não (apenas) o de viabilizar a si próprio. O Programa Jovem Monitor Cultural, tal qual foi regulamentado, não pode ser considerado ou visto ou avaliado isoladamente e sim como uma etapa de formação. Para isso ele deve ser implantado em articulação com outras políticas de juventude e cultura que lhe complemente.

Apesar de existir a experiência do PJMC desde 2008, ela não era executada de acordo com a legislação existente. Com o intuito de implementar o Programa de acordo com a legislação vigente, o PJMC teve seu primeiro convênio celebrado, em novembro de 2013 atendendo 30 jovens selecionados para atuarem no equipamento cultural Centro Cultural da Juventude, o CCJ.

A partir de 2013, Fernando Haddad sinaliza ênfase à política cultural em sua gestão. Essa prioridade se traduziu, entre outras iniciativas, na ampliação das políticas de acesso à cultura por meio de ações diversas na Secretaria, como os Pontos de Cultura, a expansão do Programa VAI⁴ com o aumento do orçamento da política e aprovação do VAI II, criação do Agente Comunitário de Cultura, reforma e melhoria de equipamentos, a volta da gestão compartilhada dos CEUs e do retorno das Casas de Cultura para a gestão da Secretaria Municipal de Cultura. Completa esse conjunto de ações com a expansão do Programa Jovem Monitor Cultural, para além de atividades relacionadas ao Centro Cultural da Juventude - CCJ, considerando a iniciativa como política pública e não mais como uma ação pontual.

Essa ação amplia as possibilidades de inserção do equipamento junto à comunidade articulando outras políticas no território, dinamiza a programação cultural nos equipamentos públicos da cidade, o atendimento e a realização de espetáculos e demais ações artísticas e culturais.

Essa expansão alcança em 2015, a inserção de 237 jovens nos mais diversos equipamentos municipais de cultura, sendo bibliotecas municipais, centros culturais, teatros, casas de cultura, museu da cidade, arquivo histórico, e também em programas culturais como fomentos ao teatro, a dança e a nova linguagem, gabinete da SMC e cidadania cultural. Considerando que a presença do jovem monitor amplia as possibilidades de inserção do equipamento junto à comunidade, e vice-versa, possibilita também a articulação com outras políticas no território, dinamizando a programação, o atendimento ao público diverso e a realização de diversas ações culturais na cidade. Ou seja, uma conjugação de interesses, cuja realização resulta num benefício extraordinário para a Cidade de São Paulo e sua política cultural e de juventude.

O Estatuto da Juventude e as políticas voltadas aos jovens em São Paulo

Nos últimos dez anos surgem uma série de políticas públicas voltadas para a juventude especialmente no que diz respeito à proteção social, à inserção profissional, ao combate à violência e à participação cidadã. Essas políticas vêm sendo construídas de maneira consistente, à medida que o entendimento da importância de se olhar para o jovem enquanto sujeito de direitos, ocupa cada vez mais lugar na agenda pública do Brasil⁵.

O poder público olha pra juventude, esse é só um olhar. Mas a juventude tem o ponto de vista dela, a juventude sabe das suas necessidades e quer dizer essas necessidades, não quer que alguém de fora olhe e diga o que tem que ser feito. (MC Fino, em fala no Seminário Cultura e Juventude⁶).

O Programa Jovem Monitor Cultural corrobora diretamente com a implementação do Estatuto da Juventude⁷, em especial destaque à promoção da autonomia e emancipação dos jovens, a valorização da participação social e política, a promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem, o reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais e a valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações. No aspecto dos direitos, o direito à profissionalização, ao trabalho e renda⁸ e a consequente adoção de políticas públicas voltadas para a promoção do estágio, aprendizagem e trabalho para a juventude,

além do direito à cultura são destacados no Programa Jovem Monitor Cultural. O jovem tem direito à cultura, incluindo livre criação, acesso aos bens e serviços culturais e a participação nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social. Compete, portanto, ao Poder Público, a garantia da participação do jovem no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais, acesso aos locais e eventos culturais, incentivo a desenvolver atividades artístico-culturais e ações voltadas à preservação do patrimônio histórico, valorização da capacidade criativa do jovem, mediante o desenvolvimento de programas e projetos culturais e a inclusão digital.



Dessa forma, efetivar os direitos estabelecidos no Estatuto da Juventude é fundamental para garantir que o jovem consiga estabelecer caminhos futuros, e ao mesmo tempo elevar os indicadores sociais da juventude na Cidade de São Paulo, sobretudo aqueles que combinam educação e trabalho. São 2.908.498 jovens vivendo na cidade o que representa 25,8% da população, segundo dados do mais recente levantamento do IBGE (a maioria, 48,3 é composta de negros e pardos). Desses, menos de 200.000 completaram o ensino superior. Por outro lado, 43% concluíram o Ensino Médio (acima da média nacional que é de 35%), ao passo que 35% não completaram essa fase dos estudos. Se somarmos

os 11,7% que também não completaram o Ensino Superior, fica evidente uma situação de dificuldade de conciliar trabalho e estudo.

De acordo com a autora Maria Corrochano⁹, existem diferentes formas de entrada no mercado de trabalho que se relacionam com os estudos e ingresso no ensino superior. Ela expõe as dificuldades daqueles que têm poucos recursos, econômicos e de tempo, para organizar um projeto de vida de mais longo prazo. Há tanto quem tem de começar a trabalhar cedo e possuem poucas expectativas de melhora de vida, em relação àqueles que apesar de estar em um trabalho precário, ainda estimam outras oportunidades. Nessa diversidade de perspectivas apresentadas, em estudos sobre juventudes, a autora apresenta que, aqueles que conseguiram efetivamente construir e estabelecer uma trajetória com maiores potencialidades de sucesso são justamente os jovens que transcendem o interesse no trabalho como instrumento utilitário para obtenção de recursos, entendendo a formação como algo fundamentalmente para um preparo para a vida.

A inserção da juventude na construção de soluções para seus problemas é um imperativo não apenas de afirmação efetiva da democracia, mas também uma questão social, na medida em que são os jovens que mais sofrem diretamente com as consequências negativas produzidas pelas dinâmicas sociais existentes, pois são eles a faixa da população que mais sofre com a pobreza no Brasil. Segundo Sander¹⁰, o Brasil é o quinto país do mundo com maior porcentagem de jovens na sua população, portanto, “a participação dessa grande parte da sociedade na definição dos rumos, das prioridades e das ações coletivas, políticas sociais é, portanto, um requisito indispensável para a efetiva afirmação do caráter democrático desta”.

Inúmeras pesquisas apontam a relação do acesso à cultura ao nível de escolaridade. Quanto mais anos de estudo, mais o jovem lê, vai ao teatro, cinema entre outras ofertas culturais. Por outro lado, o envolvimento com projetos culturais motivam os jovens e mesmo pessoas adultas com baixo letramento a se dedicarem aos estudos e desenvolvimento formativo pessoal.

O jovem e o direito à experimentação e a produção cultural

Dentre diversas conceituações quanto à noção de cultura, seja ela relacional, humanista, ou outras, em uma visão mais genérica, pode-se dizer que envolve hábitos e relações de troca na sociedade. Os processos de desenvolvimento intelectual e estético, a referência aos modos de viver e pensar de uma comu-

nidade e as práticas artísticas no geral. Refere-se a um produto da ação e relações de trocas, e que não pode ser tratado como um dado estático e padronizado. O que amplia e ao mesmo tempo dificulta as discussões sobre o cenário, mas que diretamente se configura como um conjunto de direitos, humanos por natureza.

De acordo com o Protocolo sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais¹¹, a diversidade cultural é essencial para humanidade. Ciente de que a diversidade cultural constitui patrimônio comum da humanidade, a ser valorizado e cultivado em benefício de todos, tem-se que facilitar e garantir o acesso à promoção das diversas expressões culturais e linguagens artísticas, torna-se um fator importante e indispensável à possibilidade dos indivíduos e povos expressarem e compartilharem as suas ideias e valores, com respeito e promoção de desenvolvimento.

Permeando as atribuições culturais em um contexto de políticas públicas, esta pode ser entendida, de acordo com Teixeira Coelho¹² como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. A política seria a ciência da organização das estruturas, neste caso, culturais, que propõe reflexões, condições e parâmetro para ações estatais, sendo função do Estado, conceituar e formular a atuação dos governos no setor cultural, através de programas de intervenção, cujo objetivo seria de satisfazer as necessidades culturais da população, e assim, colaborar com o desenvolvimento social. Teixeira Coelho ainda coloca que o Estado é um aparato, que precisa estar ligado a uma instituição, assumindo-se como um corpo legalizado, e sendo mediador, das necessidades das comunidades em relação as questões culturais; Embora existam diversas iniciativas e programas que de uma certa forma integram juventude e cultura, ainda no campo cultural, destacam-se iniciativas de estímulo à fruição artística e de entretenimento e ocupação do tempo livre, ou também do uso de atividades culturais como um recurso ao combate à violência. Até mesmo, para além do público jovem, a formação para o mercado de trabalho no campo da área cultural, tem sido uma demanda negligenciada, sendo mais constantes as ações focadas no acesso a bens e serviços de cultura e fomento à produção artística. Menos recorrentes ainda têm sido as intervenções do âmbito dos direitos juvenis ou dos direitos culturais que tomam a cultura como um eixo da relação dos jovens com o mundo do trabalho. De acordo com Alexandre Barbosa¹³ em seu artigo Dilemas da Educação e Do Trabalho em Tem-

pos de Incerteza para Le Monde Diplomatique, os processos educativos e de formação ainda são pensados em diversos contextos e espaços, apenas como acúmulo irrefletido de conhecimentos. De acordo com Guilherme de Cerqueira, a ideia de que todo mundo é portador de cultura, que é capaz de produzir cultura, ainda não é um dado consolidado.

Porque a gente entra na estruturação econômica da cultura: o acesso aos meios de produção, formação e comercialização. E aí se percebe que a cultura vai reproduzir aquilo que estrutura



outros setores, como a concentração de renda, a violência, o racismo e as desigualdades. Mas a gente precisa levar a sério esse desejo legítimo de se viver da cultura, de ser um profissional da cultura, entendendo a cultura como setor produtivo e como setor amplo. (Guilherme de Cerqueira¹⁴. Seminário de Cultura e Juventude, São Paulo, 2014).

O Programa Jovem Monitor inova o quadro e programas de formação da Prefeitura Municipal de São Paulo, quando oferece um formato único e inovador, que combina formação teórica e prá-

tica¹⁵. A formação teórica ocupa seis horas/aula (20% da carga horária) e é oferecida pelas instituições conveniadas e a formação prática (80%) é desenvolvida da experimentação no trabalho no equipamento no qual o jovem está inserido sob a responsabilidade do respectivo gestor. Esse modelo promove uma formação que faz com que o jovem desenvolva autonomia quebrar com uma lógica da cultura vista pela ótica das “belas artes” e do espaço público cultural enquanto lugar de entretenimento, no qual o público é somente receptor da cultura, sobretudo a juventude; mas o como espaço enquanto local de produção e de surgimento das várias estéticas e linguagens. Em modos gerais, a proposta de formação teórica no programa, abrange um variado conjunto de temáticas que vão desde as áreas e frentes de políticas culturais, diversidade e cidadania até situações como interculturalidade, linguagens artísticas, arte-educação, comunicação, diversidade sexual e gênero e a própria condição juvenil contemporânea. Pode-se dizer que uma ação como essa, se pensada de uma perspectiva transversal, que ultrapassa a inserção dos jovens como “força tarefa” nas organizações e equipamentos em que atuam torna-se bastante produtiva, principalmente quando é capaz de, ao mesmo tempo, formar os jovens e ser formada por eles. Trata-se de compreender melhor a realidade das juventudes existentes para se pensar uma ampliação das próprias políticas públicas de cultura na cidade. A formação procura se diferenciar do ensino técnico, uma vez que há o entendimento de que o jovem não é mero receptor da formação, todavia enquanto atores com papel especial de transformação, como fonte de crítica, contestação com capacidade de promover utopias e de dedicação à dimensão social¹⁶.

Quando se preparam os jovens apenas sobre a concepção de ensino e acúmulo de informação, sem considerar a importância de uma ampliação de repertório que lhes possibilite a construção de um projeto por si e para si, a formação é reduzida a uma dimensão meramente instrumental, que pode inclusive gerar culpas individuais e sofrimentos por eventuais fracassos, não garantindo a necessária autonomia.

O Programa Jovem Monitor busca promover aos jovens o acesso ao conhecimento de dados e referências sobre a região onde está instalado o equipamento cultural onde atua; ampliar o repertório e o conhecimento formal de cultura geral dos jovens; abarcar o conhecimento sobre a história e conteúdo das áreas artísticas e culturais de trabalho do equipamento cultural onde atua; facilitar o conhecimento sobre a forma de organização dos grupos juvenis e seus movimentos

culturais, assim como do conteúdo produzido sobre políticas de juventude; possibilitar interfaces da cultura com as demais áreas de conhecimento e atuação, como trabalho, educação, turismo, segurança pública, meio ambiente e assistência social; e incentivar o protagonismo e à participação dos jovens na ampliação de seu universo cultural e seus conhecimentos do mundo.

Além disso, o Programa busca que o jovem atue nos diferentes espaços e atividades de atendimento do equipamento cultural, tais como: Internet, biblioteca, recepção, exposição, sala de projetos, multimídia, teatro, cinema, visitação do equipamento, apoio aos projetos desenvolvidos, apoio a oficinas e atividades da programação mensal; realize o recebimento e acompanhamento das demandas, sugestões e críticas dos frequentadores do equipamento cultural; participe da montagem de exposição e intervenção em espaços de convivência; reúna-se com grupos de jovens e núcleos temáticos do equipamento cultural; desenvolva a capacidade de comunicação e expressão do jovem monitor perante seus pares e outras gerações; e tenha vivência de situações de conflito, de dificuldades de produção e de adversidades do cotidiano.

Como colocado anteriormente, quanto a dimensão simbólica do termo em seus aspectos antropológicos enquanto o conjunto de modos de viver que variam de tal forma que só é possível falar em culturas, no plural. É importante refletir também a possibilidade de diálogos entre as culturas e juventudes, através das vivências práticas e na formação teórica do PJMC. O Programa, neste formato permite que as trocas sejam trabalhadas cada vez mais, para que as ideias, e “culturas” se relacionem com respeito e reconhecimento de múltiplas fontes e das próprias identidades existentes. Esses diálogos entre as diversas culturas e juventudes, só podem ser fomentados através de práticas (convenções, instrumentos normativos e programas culturais), como o programa Jovem Monitor Cultural, pois envolve trocas e experiências e vivências que tratam de diálogos o tempo todo, dado situações do próprio desenvolvimento político-social ao qual se insere e se dá. Esses diálogos e trocas desenvolvidos no programa, corrobora com a própria ideia de Diversidade Cultural, como algo que esta o tempo todo se transformando, e por isso, formando a cada novo contato, debate, vivência e aprendizados, agregando na maneira de se comportar e somar do outro como uma contribuição mais desenvolvimentista, pautada na partilha de valores, e construções a partir de objetivos comuns, em caráter de “filiações plurais”, onde se possa pensar em intercâmbios em condições de igualdades, dando

origem a novas produções simbólicas.

Ou seja, a proposta de formação do PJMC, propõe espaço para interação e trocas entre juventudes e públicos diversos, questionamentos pautados nas vivência e realidades diárias do cenário cultural da cidade, transformação dos processos e relação das políticas públicas culturais com a sociedade, e a construção da atuação e protagonismo jovem. Permitindo dessa forma, não somente a garantia de direitos e acessos a produção e experimentação cultural, mas também a participação e construção de cidadania, e cidadão político.

Vemos a cultura como um ativo essencial para a liberdade, para a igualdade e para o diálogo. Ela é subjetiva, porém está entrelaçadas nas nossas dinâmicas sociais, tanto como um alimento da alma, quanto como um elemento gregário e político que liga e significa as relações humanas (Guia do Espaço Público. Conexão Cultural. São Paulo, 2015, pag. 56)

Inclusão e garantia a participação juvenil

Pela ótica analítica de experiência de participação social enquanto experiência democrática como eixo norteador da busca pela ampliação e aprimoramento de democracia através da criação e ampliação de espaços públicos nos quais se possa exercer vida política e cidadania, pode-se dizer que o PJMC configura-se para além de um programa de formação e política pública cultural, mas também enquanto política de inclusão jovem que possibilita, e legitimado, garante a participação direta deste público. Desta forma, o PJMC, configura-se também enquanto experiência de participação associado a um conceito de projeto político¹⁷ em que as instâncias representativas tradicionais de participação, devem ser complementadas por outros espaços públicos que venham ampliar os sujeitos, temas e processos de participação política.

Segundo Eleonora Cunha e Eduardo Moreira¹⁸, por mais que a democracia seja um conceito contestado por diferentes teorias, tem sido referência para ações coletivas que propõem ampliação dos espaços de participação política. Os autores ainda colocam que o desejo de ampliação e aprofundamento democrático é muitas vezes complementado por outro: de que as novas democracias possam responder de forma efetiva às expectativas de maior justiça social, ao passo que direitos de cidadania sejam assegurados a todos que integram suas comunidades políticas. E embora, as instâncias públicas tenham papel relevante para a implementação e continuidade das práticas participativas, não é possível que sejam feitas sem o efetivo envolvimento da sociedade civil, e sem que as características dessa sociedade, bem como das relações estabelecidas entre ambos, produzam formatos específicos em cada contexto, gerando maior complexidade para a

democracia contemporânea.

Ja o autor Ernesto Ganuza Fernandez apresenta¹⁹ uma preocupação com a participação cidadã observada a partir da dimensão social. E destaca como progressivo incremento a importância que adquire socialmente a autonomia individual, tendo em vista a radical secularização experimentada e o auge que atinge nos indivíduos o poder de decidir por si mesmos. O que reflete um cenário onde faz sentido as relações contingentes que abraçam o problema do público a partir do envolvimento dos cidadãos no próprio espaço público. O autor ainda afirma que a população demanda novas formas de participação mediante as quais possa ter uma relação mais direta com a gestão dos assuntos públicos. Segundo o informe do Comitê de Ministros do Conselho da Europa (2011), essas mudanças teriam que refletir nos seguintes pontos:

Instrumentos que vinculem a participação a processo de tomada de decisões. E para isso no PJMC em 2015 foi criado o Conselho Participativo, construído diretamente com a participação dos jovens, inclusive em espaços de pressão e reivindicação. O Conselho Participativo do PJMC se constitui como instância interna de partilha dos processos de acompanhamento, avaliação, decisão e encaminhamentos do Programa, composto por representantes da Equipe de Gestão, da Coordenação Político Pedagógica, das conveniadas dos Jovens Monitores Culturais. Os representantes dos jovens são escolhidos diretamente por eles, em um processo de auto-organização, os representantes da gestão e das conveniadas são indicados. Cabe destacar que o conselho respeita a paridade de gênero e é proporcional nas áreas de representação da gestão. Instrumentos que implementem formas mais flexíveis de participação e que incluam a população não organizada. No caso do PJMC, o jovem participante do programa, não precisa ser ou estar vinculado diretamente a um grupo ou movimento social organizado. De forma inclusiva e flexível, o jovem, mesmo que participe de um processo seletivo para ingresso no programa, assume um papel formativo na participação, tendo como responsabilidades diretas apenas garantir a presença e participação nas formações propostas, não abarcando alguma responsabilidade quanto a administração do programa ou do equipamento cultural. Além de receber um auxílio pecuniário para exercer e compor as práticas nos espaços públicos relacionados.

Pode-se dizer que a participação do cidadão qualifica os processos decisórios, tornando-os mais legítimos, e principalmente, aumenta a eficiência administrativa do próprio Estado. Em outras palavras, o que se traz em discussão, é o fato de que talvez apenas a promoção de espaços onde seja possível participar não garante e assegura a participação caso não haja uma relação direta entre o indivíduo participante e as ações propostas. O jovem monitor cultural que atua no programa assume diretamente esta relação. Ao mesmo tempo em que consegue ser "cliente" (beneficiário) das políticas públicas culturais e de (para) juventude, con-

segue ser também proponente e construtor do próprio programa. E não somente pelo aspecto da atuação prática e representação na construção política através do Conselho Participativo do programa, mas, principalmente, pelo processo formativo que permite a opinião e tomadas de decisão a partir de uma ótica reflexiva que contrapõe vivências, atuação e teorias.

Conclusão

De acordo com Gerson Almeida²⁰ é possível abranger o conceito de democracia em duas visões, uma mais restrita e outra mais abrangente. Em relação ao conceito restrito, a democracia é compreendida como a realização regular e dentro de padrões reconhecidos e legitimados dos procedimentos eleitorais regularmente praticados, sendo então entendida como uma maneira de se constituir os governos, e sendo praticada por meio do exercício regular e legítimo do voto. Já para uma abordagem mais abrangente, a democracia é, além de um processo político, um processo social, no qual a participação dos cidadãos passa a ser o parâmetro para definir o grau de realização da prática democrática, e é praticada por meio da participação efetiva na vida pública. Ele ainda ressalta que, embora os procedimentos eleitorais e regulares são imprescindíveis para o campo

da visão abrangente, as esferas públicas e social precisam construir espaços comuns, “lugares” nos quais seja possível realizar interações necessárias entre a sociedade civil e o Estado (sociedade política), possibilitando as trocas entre um e outro. Dessa forma, a participação social na discussão e decisão das políticas públicas, é uma maneira de ampliar o “mundo da política”, incorporando outras formas de mediação e representação social. E para que isso possa ser efetivo, é preciso que sejam constituídos espaços permanentes, legítimos e reconhecidos, pelo governo e pelas organizações sociais.

Portanto, corroborando com Gerson Almeida e com todos os levantamentos abordados neste artigo, percebe-se que o PJMC reflete-se como uma importante ferramenta de construção política e garantia de direitos, e implica a participação social como condição indispensável para a democracia.

A democracia só se fortalece radicalizando a participação e com maior participação fomenta-se mais espaços de diálogo, o que intensifica a convivência, a troca, o debate, o entendimento e respeito entre opiniões. E embora haja divergências entre as opiniões, a construção colaborativa a partir desse espaço de participação no PJMC, qualifica os jovens como eleitores, candidatos e cidadãos.

Referências Bibliográficas

ABRAMO H; LEON; OSCAR. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. Organizado por Ação Educativa. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>

COELHO, T.R (1997) Dicionário Crítico de Política Cultural. Iluminuras. São Paulo

SILVA, E. M. ; CUNHA, E. S. M. Experiências internacionais de participação. São Paulo: Cortez, 2010. V.2: Coleção Pensando a Democracia Participativa.

IPEA - Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas

Link para consultas

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=990952917655544&id=297632290320947

<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1966>
<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27571&Itemid=406

<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>

1 A fim de garantir igualdade entre os gêneros na linguagem, onde se lê “o/o jovens”, leia-se também “a/as jovens” assim como outro substantivo de variação feminino e masculino. Secretaria Estadual de Comunicação e Inclusão Digital do RS. Manual para uso não sexista da linguagem. Rio Grande do Sul, 2014.

2 O documento, porém, não faz mais menção ao Jovem Monitor de Turismo que, de acordo com o artigo 8º do mesmo decreto, “será objeto de regulamentação específica”.

3 O Decreto 51.121/2009 aperfeiçoa uma Lei limitada e casuística elaborada sob a égide da empolgação com a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo e São Paulo como uma das cidades que receberiam jogos, no entanto, o Programa nunca chegou a ser, de fato, utilizado no evento mundial.

4 Programa de Valorização de Iniciativas Culturais. Lei 15.897, de 08 de novembro de 2013.

5 IPEA - Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas - pág. 8.

6 Seminário Cultura e Juventude, realizado pela Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação e pelo Centro Cultural da Juventude (CCJ) no dia 12 de agosto de 2014, por meio do convênio do Programa Jovem Monitor Cultural.

7 Lei n. 12.852 de 5 de agosto de 2013.

8 Lei n. 12.852 de 5 de agosto de 2013 - seção III.

9 Maria Corrochano em Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. Avaliação, v.18, n.1, mar. 2013.

10 Sander. Juventude e participação: um processo pedagógico.

11 Decreto Legislativo 485 de 21 de dezembro de 2006.

12 Teixeira Coelho, Dicionário Crítico de Política Cultural. Iluminuras. São Paulo, 1997 pag.43

13 Alexandre Barbosa, Dilemas da Educação do Trabalho em Tempos de Incerteza. Jovens, qual será o futuro? Le Monde Diplomatique, 15 de outubro de 2015.

14 Diretor do Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, em fala no Seminário Cultura e Juventude. São Paulo, 12 de outubro de 2014.

15 Artigo 3º do Decreto 51.121 de 17 de dezembro de 2009.

16 Abramo, León. Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais.

17 Conceito de Projeto Político referenciado na obra A disputa pela construção democrática da América Latina, de Evelina Dagmito, Alberto Olvera e Aldo Panfichi. São Paulo: Paz e Terra, 2006. Citado em Experiências internacionais de participação. Eduardo Moreira da Silva e Eleonora Schettini Martins Cunha. Cortez. São Paulo, 2010.

18 Eduardo Moreira da Silva e Eleonora Schettini Martins Cunha. Experiências internacionais de participação. Cortez. São Paulo, 2010. pág.10

19 Pesquisador do Instituto de Estudios Sociales Avanzados da Espanha (IESA-CSIC) em “Nuevos instrumentos de participación: entre la participación y la deliberación”. Tradução do original em espanhol de Daniela Mateus de Vasconcelos. Citado em: Experiências internacionais de participação. Cortez. São Paulo, 2010. pág.19 a 39.

20 Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República em “Experiências internacionais de participação”. Cortez. São Paulo, 2010. pág.134.

AS CIDADES SÃO TERRITÓRIOS LIVRES PARA A LGBTfobia



Leonardo Lima Rousseff

A LGBTfobia no Brasil, não diferente de muitos outros países, foi reproduzida e institucionalizada pelo Estado, por ferramentas importantes do Sistema Patriarcal como as Igrejas e por um modelo de educação não emancipadora, estes fatores têm relação direta com a opressão contra a população LGBT no âmbito privado das famílias e das casas, mas principalmente nos espaços públicos de todas as cidades do nosso país.

Nas décadas de 80 e 90, com a tomada e crescimento das políticas neoliberais no país, o sistema capitalista busca uma conformação mercadológica para aquelas e aqueles que foram historicamente caçados e que resistiram à todas os ataques, “contribuírem” com o sistema, ou simplesmente, gerarem lucro. A criação de Nichos Mercadológicos é estrategicamente incentivada nesse período; as “Baladas GLS” (Simpatizantes para ampliar o horizonte consumidor) geraram um sentimento muito particular acortinado por uma barreira densa que ilude a comunidade LGBT, estes ambientes destinados às pessoas de determinada orientação sexual ou identidade de gênero geram o sentimento liberdade, exatamente o que buscamos todos os dias.

No início da década estes estabelecimentos eram afastados dos grandes centros e tinham suas entradas disfarçadas para não sofrerem

ataques e para não constranger a moral estabelecida. Digo nichos, por que estamos separados de toda a sociedade e por que a liberdade para demonstrar afetos, ser quem nós realmente somos e vestir o que queremos vestir, se restringe somente ao ambiente noturno e é resumida a alguns metros quadrados. Ao sair das baladas entramos conseqüentemente em um ambiente violento e opressor; somos violentados nas ruas, nos ônibus, nas escolas, no trabalho, na universidade. Estes espaços passam a garantir uma sensação de conforto e “ilusão de liberdade”, a contribuição com o sistema de arrecadação de mercado é real. E o que faremos até alcançar a liberdade plena, real, concreta? Sim, vamos às baladas, mas precisamos ir às ruas.

14 de dezembro de 2014. Claudio Eising, gay, 22 anos, cabeleireiro, é brutalmente atacado por dois homens que enquanto gritam “viado tem que morrer!”, desferem socos, chutes e facadas no jovem dentro de um ônibus em Curitiba.

Só faltaram aplaudir. Ninguém ajudou, ninguém fez nada além de olhar. Diante dos ferimentos e da indignação com essa sociedade com a qual vivemos... vim dizer que já estou bem, em casa me cuidando

20 de junho de 2015. Laura Vermont, travesti, 18 anos é espancada por 3 homens e alvejada por um dos dois policiais que vieram “prestar socorro”, Laura morreu no hospital.

Estes são casos exemplificativos sobre o cunho das mortes que acontecem a cada 28 horas contra a população LGBT no Brasil. Sem deixar de lado o caso da Boate Pulse, nos Estados Unidos, que vitimou 50 pessoas e deixou outras dezenas gravemente feridas.

Para além desta liberdade hiper-restrita, coloca-se um mercado de trabalho formulado nos moldes dos ideais burgueses de exploração, que determinam para diversas funções a necessidade da “masculinidade e virilidade” do homem e a “delicadeza e feminilidade” da mulher, onde as pessoas que não se encaixam em nenhum desses dois perfis de personalidade devem se submeter a campos onde a exploração é maior.

Espelho desta realidade é a composição de um Congresso Nacional extremamente conservador, que barra avanços e impulsiona políticas agressivas e fundamentalistas. A campanha dos evangélicos pela participação na política surtiu grande efeito, passou de dois deputados em 1982, para 78 em 2010. Hoje, legislam como se estivessem nas eras medievais. Devemos estar atentos também à representação política, tanto ao elaborar políticas públicas quanto ao nos inserirmos nas esferas de representação do sistema político eleitoral, afinal, quem paga a banda escolhe a música, e nós estamos cansados de ouvir o hino da violência e da morte.

Tendo pensar que a maior referência do movimento LGBT mundial seja a Revolta de Stonewall, 1969, Nova Iorque. Foram seis dias de resistência contra a polícia que além das frequentes extorsões, criminalizavam as e os frequentadores do bar The Stonewall In, batalha que inspirou as 10 mil pessoas que compareceram no ano seguinte para comemorar a vitória, e outras milhões de pessoas LGBT pelo mundo a aderirem à luta em seus países na busca por mais direitos e também pelo acesso à cidade.

As lutas travadas pelo movimento LGBT desde o século XX pela conquista destes Direitos Cíveis e políticos, não devem ser vistas como o “fim”, mas como o meio para conseguir a paridade formal de direitos na ordem jurídica desse sistema democrático. É urgente a questão da criminalização da LGBTfobia, para dialogar amplamente com a sociedade sobre a necessidade de desconstruir estes padrões de normalidade que nos jogam à margem das relações humanas, prestar amparo às vítimas de qualquer tipo de violência motivada contra a identidade

de gênero e orientação sexual, desenvolver políticas públicas em diversos campos para a população LGBT e não perpetuar o costume de permitir que os agressores sejam deixados impune, a aprovação da Lei de Identidade de Gênero, a mudança da grade curricular por meio do Ministério da Educação nos colocando em outro patamar cultural e educacional no sentido da emancipação, a discussão profunda sobre a inserção das travestis e transexuais no mercado formal de trabalho, sobre a representatividade dentro das esferas político eleitorais, dentre tantas outras bandeiras de luta que representam um projeto de Brasil mais Humano que considere e respeite as lésbicas, com os gays, bissexuais, as travestis e pessoas trans.

A luta pela conquista de mais direitos cíveis e políticos está situada o campo da emancipação política, da luta para galgar a igualdade formal de direitos que pode ser alcançada ainda nesse sistema democrático capitalista, mas que não garante a liberdade plena.

A emancipação política de fato representa um grande

progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática (MARX, 2010, p. 41).

Mesmo quando chegarmos a este modelo de igualdade estará presentes ainda as opressões e as contradições, pois o arranjo econômico excludente que está colocado como pano de fundo será o mesmo, estaremos apenas mais preparados para atenuá-las ou para confrontá-las, mas não para não mais senti-las. Cabe salientar ainda que os direitos são produtos do movimento promovido por nós.

Assim como a religião não cria o homem, mas é o homem quem cria a religião, não é também a Constituição que cria o povo, mas o povo que cria a Constituição. (Crítica da Filosofia do Estado de Hegel)

Mais do que ter o conhecimento de que é necessária a

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.
(MARX, K)

união do conjunto dos movimentos LGBT e das suas bases, é central entender o principal caráter da sociedade em que vivemos. Enxergo o mundo sob o prisma do Estado de Classes e da Luta de Classes, a tarefa que está colocada é situar estas lutas no sentido do pertencimento a uma classe trabalhadora e a consciência de que fazemos também parte desta classe que é oprimida e explorada.

Se a emancipação política não pode ser o ponto de encerramento das batalhas que travamos é legítimo considerá-las como uma preparação à transição, o que são as reivindicações que fazemos sobre reformas democráticas que envolvam as estruturas de dominação como a da Comunicação, a Política, a Tributária se não a preparação para um momento ainda maior. Reivindicamos a Democracia como o bem mais valioso a todo povo brasileiro por que é neste ambiente que temos a possibilidade de nos organizamos, que temos a possibilidade de denunciar e

desconstruir o sistema.

Por isso, devemos conhecer uma forma mais avançada de emancipação, a humana, que se faz exatamente no campo da consciência de classe. O reconhecimento de que as opressões machistas, LGTBFóbicas, racistas são apenas para nos dividir e nos enfraquecer, e para não deixar desnudo esse sistema cruel da exploração do homem pelo homem, da fome, da pobreza intelectual.

Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forças propres” (forças próprias) como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (MARX, 2010, p. 54).

Antes de poder emancipar os outros, precisamos emancipar-nos (MARX, A questão judaica, p.15)

É para que neste período de transição, o Socialismo, nós tenhamos condições reais de dialogar com as massas através desses mecanismos popularizados frutos das lutas democráticas, para que todo o povo brasileiro tenha consciência de que a homofobia, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia são produtos de um sistema que precisa ser destruído, não cabe somente emancipar-nos e não emancipar a sociedade.

Nossas batalhas devem ter rumo, e o rumo é a construção desse novo modelo de sociedade solidária, igualitária e livre de quaisquer tipos de opressões. Em suma livre deste sistema econômico-patriarcal e com outra perspectiva sobre o trabalho que não a mais valia e o moralismo.

“As revoluções são as festas dos oprimidos e explorados”.
(LENIN, V)

Gênero e sexualidade: uma reflexão teórica/conceitual a partir da oficina itinerante do pibidgeo.

Pedro Henrique de Souza Rafael¹
Andressa Amaral dos Santos²
Prof.^a Dr.^a Liz Cristiane Dias³

Resumo: O presente artigo tem por objetivo trazer uma reflexão teórica e conceitual sobre gênero e sexualidade, tendo como referência a oficina itinerante de Gênero e Sexualidade do Pibid Geografia da UFPel. Através dela abordamos conceitos e problemáticas das questões de gênero e movimentos sociais como, por exemplo, o feminismo. E a partir dessa experiência, notamos que, primeiramente ainda existe um longo caminho a percorrer com relação ao esclarecimento, a tolerância e produções literárias e acadêmicas que possam embasar a discussão do tema de forma não estereotipada e cheia de achismos sobre a temática. Também detectamos com base na oficina e nas reflexões geradas, que ainda há mui-

ta resistência tanto da sociedade em geral, mas principalmente, de licenciandos/as, professores/as e da sociedade que acabam por negligenciar. Dessa forma, concluímos que ainda é muito difícil abordar esses temas, pois os mesmos ainda geram polêmica e desconforto para alunos/as e familiares, principalmente porque os alunos/as são ainda muito jovens e em processo de autoconhecimento e por que ainda é expressiva as concepções conservadoras na nossa sociedade, que por sua vez ignoram as diversidades.

Palavras-chave: Gênero; sexualidade; escola; sociedade.

INTRODUÇÃO

A Geografia enquanto ciência tem entre seus conceitos basilares o espaço geográfico. “O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros” (SANTOS, 1978), nessa perspectiva percebe-se o caráter excludente do espaço.

Desse modo, trabalhar questões de gênero e sexualidade, que por diversas vezes são características para exclusão, é uma tarefa também dessa ciência. Sabe-se que de modo geral é complicado abordar essas questões dentro da escola, por conta da construção histórica e cultural do preconceito.

Sendo assim, busca-se por meio do projeto oficinas itinerantes do Pibid Geografia abordar e problematizar as questões de gênero e sexualidade, com o intuito de desmistificar e contribuir para a discussão. A oficina itinerante de gênero e sexualidade tem como objetivo trazer para alunos, alunas, professores e professoras as discussões de temas de emergência social no âmbito de gênero e sexualidade e discutir conceitos e temas que por diversas vezes são permeados por discussões superficiais.

Para este artigo tem-se como objetivo trazer a discussão



teórica e conceitual gerada por essa oficina, que por sua vez contribuiu para a reflexão sobre as questões de gênero e sexualidade nos dias atuais. Foram realizados estudos mais aprofundados nessa temática, buscando autores e referenciais que pudessem ajudar a sanar dúvidas e problematizar informações muitas vezes obtidas pelo senso comum.

O artigo busca se pautar em autores e autoras como Rogério Junqueira, Chimamanda Ngozi, Guacira Louro, entre outros e trazer uma discussão diversificada do tema, proporcionando assim diferentes perspectivas da discussão.

Iniciam-se as discussões a partir do conceito de Machismo, com uma breve discussão para contextualizar e entender o padrão machista colocado na sociedade, posteriormente traz-se o feminismo e seus conceitos, buscando-se discutir essas temáticas.

No texto também se aborda a homofobia, discussão que se faz necessária em ambientes escolares onde, muitas vezes, ser homossexual (gay ou lésbica) é motivo de bullying e discrimina-



ção. Além da homofobia, temos a transfobia que necessita de debate urgente, porque diariamente pessoas trans estão morrendo no Brasil, e isso é pouco colocado em pauta.

Posteriormente, faz-se uma discussão com base em Cláudio Picazio sobre os Pilares da Sexualidade. Em que o autor vai ponderar que a sexualidade é composta de quatro pontos: Identidade de Gênero, Orientação Sexual, Expressão de Gênero e Sexo Biológico.

A urgência dessa demanda fica clara quando trazemos esse assunto para discussões e observa-se uma relutância por abordar essas questões e certa necessidade de distanciamento do assunto por grande parte das pessoas.

Quando falamos nesses temas por si só parecem simples e esquecíveis, porém quando pensamos em vidas e constatamos que diariamente pessoas morrem porque diversas vezes essas discussões não ocorrerem dentro de casa ou dentro das salas de aula, fica clara a necessi-

dade de pensar as questões de gênero e sexualidade.

Justificativas e objetivos

A justificativa do presente artigo baseia-se em uma citação de Guacira Louro (2011), segundo a autora:

Estar atenta ao intolerável – critério significativo para alguém reconhecer o que vale a pena colocar em primeiro plano em sua vida, em suas reflexões e ações. Essa ideia, que não é minha, tomei emprestada de uma estudiosa espanhola chamada Maite Larrauri.

Onde vemos claramente a necessidade de se entender as questões de gênero e sexualidade e perceber o que é intolerável, assim como dito por Louro (2011) é preciso perceber os conceitos para saber o momento de intervir onde vemos o limite da tolerância sendo ultrapassado.

Nessa mesma perspectiva, mas com ênfase na escola Booth & Ainscow (2002) sinaliza que:

Esta dimensão cria uma comunidade segura, receptiva, colaboradora, estimulante, na qual todos são valorizados como a fundação para os mais altos sucessos de todos. Ela desenvolve valores inclusivos compartilhados que são passados a todo novo membro do Pessoal, estudantes, gestores e pais e responsáveis.

Sabendo desses fatores, devemos perceber a necessidade de o corpo escolar participar e trazer esses diálogos para diminuirmos os casos de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. A partir do momento que os alunos, alunas, gestores, gestoras, pais, mães e responsáveis entendem a dimensão dessa problematização (Gênero e Sexualidade) as discussões ficam mais fáceis e claras.

Devemos sempre ressaltar que como esse artigo foi pro-

duzido por um futuro professor e uma futura professora, certamente levamos em conta os PCNs e principalmente os temas transversais de Pluralidade cultural e Orientação Sexual e eles conduzem que: “a sexualidade no espaço escolar não se inscreve apenas em portas de banheiros, muros e paredes. Ela ‘invade’ a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles” (BRASIL, 1997).

Como expostos é de extrema importância que essas temáticas e discussões sejam realizadas nas escolas e dentro da sala de aula se faz clara, pois é sabido que os alunos estão diariamente expostos a essas questões, e o espaço escolar precisa refletir o que está lá fora, o professor e a professora precisam trazer a realidade do aluno para dentro do espaço escolar, principalmente para a sala de aula.

Sendo assim, o objetivo desse artigo é elucidar, a partir de uma reflexão teórica, a necessidade da abordagem do tema de gênero e sexualidade na educação e no cotidiano escolar, assim problematizando essas questões no dia-a-dia da escola. Bem como, discutir teoricamente as temáticas envolvidas na oficina de gênero e sexualidade do PIBIDGeo, que muitas vezes surgem tendo como escopo o senso comum.

METODOLOGIA

A metodologia deste artigo tem como base a revisão bibliográfica da discussão aqui enfatizada, verificando textos que problematizam essa temática e que questionam as diferentes perspectivas de gênero e sexualidade.

Fundamentando-se em autores brasileiros como Guacira Louro, Rogério Junqueira e Milton Santos. E com base em autores internacionais, Booth e Ainscow e Chimamanda Ngozi, visando-se trazer diferentes ângulos destas problemáticas.

Com um aporte teórico variado e com um tema com muitas influências de senso comum, busca-se fazer uma reflexão diante des-

sas discussões, enfatizando assim os conceitos e as discussões que o permeiam.

REFERENCIAL TEÓRICO

Desde os primórdios da sociedade hominídea podemos constatar que havia dois sexos: o masculino e o feminino. Mesmo assim, não existia uma obrigatoriedade de relações amorosas ou sexuais entre esses dois sexos. Podemos dizer que, o que fez com que o ser humano realizasse intercursos com o sexo oposto, foi a dimensão cultural e a questão da reprodução.

MACHISMO

O machismo nasce da sociedade patriarcal que valorizava o homem demonstrando sua falsa superioridade e fazendo com que o papel da mulher na sociedade fosse cada vez mais desvalorizado e as mesmas cada vez mais oprimidas.

Contudo, foi somente a partir das sociedades consideradas basilares da civilização ocidental como as da Grécia e Roma que o papel da mulher na sociedade já havia sido fortemente reduzido frente ao do homem, de forma que o indivíduo do sexo feminino tivera sua esfera de atuação limitada ao campo doméstico e familiar, jamais alcançando pleno exercício de direitos sociais e políticos permitidos ao sexo masculino, que assumiam as responsabilidades ligadas ao trabalho e chefia.

Na Roma Antiga a mulher vivia sob tutela perpétua, jamais gozando de autonomia patrimonial ou política, ficando sob o gerenciamento do *pater familias* (termo que significa o mais elevado estatuto familiar na época: o marido ou um tutor; homens que, em seu papel familiar, tinham poder absoluto sob sua mulher, como um chefe).

Existem relatos históricos que contam que na Grécia antiga, a dita superioridade masculina era tanta que os homens só tinham relações amorosas com outros homens, pois as mulheres eram inferiores e impuras, e só serviam para a reprodução. Pensamento esse que se assemelha a ideia de objeto que serve apenas para

um propósito e não de que a mulher era um ser humano.

Vejamos então o conceito de machismo segundo Caplan (1990, p. 171),

Machismo ou chauvinismo masculino⁴ é o conceito que se baseia na supervalorização das características físicas e culturais associadas com o sexo masculino, em detrimento daquelas associadas ao sexo feminino, pela crença de que homens são superiores às mulheres. Em um termo mais amplo, o machismo, por ser um conceito filosófico e social que crê na inferioridade da mulher, é a ideia de que o homem, em uma relação, é o líder superior, na qual protege e é a autoridade em uma família.

Para Drumont (1980, p. 81), “em Termos da colocação adotada, o machismo é definido como um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher”.

Na sociedade atual podemos observar diariamente nas casas, na rua, nas escolas etc., situações que demonstram esse machismo em diversos momentos cotidianos e que passam muitas vezes despercebidos aos olhos da sociedade por estarem acostumados com esse comportamento e pensamento patriarcal.

Um exemplo disso dentro das escolas que não possuem uniformes é a questão da vestimenta feminina. O que podem ou não podem usar para ir à escola. Certamente que o calor não justificaria ir pelado ou de biquíni ou sunga para a aula. Mas o que entra em debate aqui é: por que a roupa dos meninos não é sinônimo de erotização?

Muitos meninos vão à escola com bermudas, calças e camisetas bem apertadas, mostrando o contorno de sua silhueta. Porém o que não se vê é alguém reclamando disso ou meninas estuprando esses rapazes com a desculpa que eles “provocaram isso usando esse tipo de roupa”. Mas o que se vê são inúmeros tipos de assédio com meninas que vão com shorts ou saias para a aula.

Esses assédios vão desde xingamentos e tortura psicológica até estupro. Tudo por conta desse pensamento de que o homem possui o corpo da mulher e em razão disso pode fazer com ele o que bem entender e quando quiser.

Por conta dessa violência e de muitas outras que o sexo feminino vem enfrentando há milhares de anos é que surge o movimento feminista.

FEMINISMO

Antes de qualquer coisa, vejamos uma simples definição do que é o feminismo, segundo Marques (2015), “feminismo é um movimento social e político que tem como objetivo conquistar o acesso a direitos iguais entre homens e mulheres e que existe desde o século XIX”.

Podemos precisar que o feminismo tem origem no ano de 1848, na convenção dos direitos da mulher em Nova Iorque. Este movimento adquire cunho reivindicatório por ocasião das grandes revoluções. Participaram ativamente da Revolução Francesa e um exemplo de conquistas adquiridas nessa reivindicação é o direito ao divórcio, porém ainda com muitos preconceitos e discriminações acerca de mulheres que se divorciavam.

Em 1960, com a publicação do livro, *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, houve uma influência no movimento feminista, de forma que ilustra que a hierarquização dos sexos é uma construção social e não uma questão biológica, que a condição da mulher na sociedade é uma construção da sociedade patriarcal. Assim, a luta do movimento feminista vai além da busca pela igualdade de direitos e incorpora a discussão acerca das raízes culturais da desigualdade entre os sexos.

Por conta da oposição a essas normas hegemônicas de atuação dos homens na sociedade, e pela ignorância acerca dos objetivos do movimento, este recebe diversas críticas. Muitas pessoas acreditam que as feministas pregam o ódio contra o sexo masculino ou tentam vê-los como inferiores.

É importante ressaltar aqui

a diferença entre o feminismo e o femismo. O feminismo busca igualdade de direitos entre homem e mulher na sociedade. “Feminista, é a pessoa que acredita na igualdade social política e econômica entre os sexos” (CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE, 2013)⁵

Já o femismo acredita que, [...] a libertação da mulher só virá quando a mulher inverter a lógica do patriarcado, construindo uma espécie de sociedade matriarcal, aonde as mulheres detenham o poder, para com isso pagar a dívida histórica que a sociedade patriarcal deixou, criando condições para as mulheres manifestarem sua identidade (ROSSI, 2011.)

Os grupos feministas podem ser vistos, ainda, como destruidores dos papéis tradicionais assumidos por homens e mulheres ou como destruidores da família.

As feministas afirmam que sua luta não tem por objetivo destruir tradições ou a família, mas alterar a concepção de que o lugar da mulher é em casa, cuidando dos filhos. O compromisso dos movimentos feministas é pôr fim à dominação masculina e à estrutura patriarcal. Com isso, acreditam que garantirão a igualdade de direitos.

É imprescindível ressaltar também que o movimento feminista como um todo, não prega que a mulher não pode estar em casa cuidando dos filhos, mas sim que exista o direito à escolha do que realmente a mulher deseja fazer sem que haja uma repressão social ou familiar.

São graças às conquistas do movimento feminista que hoje se tem leis, como a Maria da Penha que criminalizam a violência contra mulher. Mas ainda existe um longo caminho a percorrer para se ter igualdade de gêneros e, por isso é muito importante que este assunto esteja sendo debatido em toda a sociedade, inclusive na escola.

HOMOFOBIA

Quando se fala em Homofobia, a primeira relação que fazemos em nossa cabeça é a de agressões físicas e

verbais, porém ela ultrapassa esses fatores como diz Rogério Junqueira (2009, p.9):

A Homofobia transcende tanto aspectos de ordem psicológica quanto a hostilidade e a violência contra pessoas homossexuais (gays e Lésbicas), bissexuais, Transgêneros (especialmente travestis e transexuais). Ela, inclusive, diz respeito a valores, mecanismos de exclusão, disposições e estruturas hierarquizantes, relações de poder, sistemas de crenças e de representação, padrões relacionais e identitário, todos eles voltados a naturalizar, impor, sancionar e legitimar uma única sequência sexo-gênero-sexualidade, centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero.

Como descrito na citação, a Homofobia também está ligada com o fato de tentar colocar os e as homossexuais em um padrão que não é o deles e delas, colocá-los em caixas que destoam de tudo aquilo que foi construído política e culturalmente pelos mesmos.

Porém, quando trazemos para discussão a homofobia, temos que lembrar do papel e carga social que ser gay carrega e, como isso é importante para quebrar o padrão heteronormativo patriarcal que vem imperando na sociedade. A partir do momento que mulheres não tem que necessariamente se relacionarem com homens e homens podem se relacionar com outros homens, essa orientação sexual vem para quebrar essa produção machista da sociedade.

TRANSFOBIA

Transfobia, conhecida como aversão, como atitudes ou sentimentos negativos as pessoas trans, sejam elas Transexuais, Travestis ou Transgêneros.

A transfobia aparece na sociedade de várias formas muitas vezes imperceptíveis pela maioria das pessoas, como arrumar emprego, ou até mesmo conseguir ficar na escola

sem sofrer uma série de discriminações.

Esse preconceito permeia nossa sociedade diariamente, onde mulheres trans que se identificam enquanto mulheres são tratadas por pronomes masculinos. Trans são mortas diariamente apenas por serem trans. Na escola, elas e eles acabam desistindo, pois não conseguem aguentar a carga de preconceitos que são submetidos diariamente. Com isso a única escapatória para muitas e muitos é a prostituição, que não deve ser entendida como uma opção, mas sim como a única maneira de sobrevivência.

PILARES DA SEXUALIDADE

Quando falamos em Sexualidade temos que pensar em vários fatores que influenciam na mesma, como a pessoa se identifica enquanto pessoa, como ela se orienta sexualmente falando, como ela expressa seu papel para a sociedade e os fatores biológicos. E quando falamos nesses quatro fatores, temos quatro nomes para eles: Identidade de Gênero, Orientação Sexual, Expressão de Gênero e Sexo biológico.

Todos esses vetores levam consigo também os papéis sociais e cargas sociais envolvidos, e as consequências diárias dessas funções políticas, sabendo que isso acarreta vários “problemas” e retaliações, como o papel de um ou uma homossexual na sociedade, ou de uma mulher trans., de uma travesti. E mesmo com tanto impedimentos eles e elas continuam a luta diariamente, tanto por sobrevivência como por visibilidade, e sinteticamente eles e elas não estão pedindo muito, apenas aquilo que é diariamente negado pela sociedade.

IDENTIDADE DE GÊNERO

O termo identidade de gênero se refere ao gênero que a pessoa se identifica independentemente do sexo biológico, de orientação sexual ou expressão de gênero. Ou seja, alguém pode ter nascido com órgão genital feminino, mas se identificar com brincadeiras, roupas dentre outras formas de manifestações pessoais ditas masculinas.

Portanto, essa pessoa pode mesmo sendo mulher de nascimento, se identificar como homem. Mas isso não necessariamente significa que ela irá se vestir como tal ou se interessará por mulheres para ter relações amorosas ou sexuais.

A identidade de gênero é então, em suma, como nos sentimos, com o que nos identificamos e o que gostamos, é quem somos, independente de como nascemos.

Orientação Sexual

A orientação sexual também independe totalmente de questões de identidade de gênero, de sexo biológico ou de expressão de gênero. Logo, a orientação sexual de uma pessoa indica por quais gêneros ela se sente atraída, seja física, romântica e/ou emocionalmente.

O termo orientação sexual é considerado mais apropriado do que opção sexual ou preferência sexual, porque opção indica que uma pessoa teria escolhido a sua forma de desejo. O que não é o caso, mesmo que o indivíduo seja assexual (nenhuma - ou raros, ou específicos momentos de - atração sexual), bissexual (atração por mais de um gênero - ou, por dois gêneros e outros gêneros), heterossexual (atração pelo gênero oposto), homossexual (atração pelo mesmo gênero) ou pansexual (atração por todos os gêneros).

Mesmo hoje com tantas pesquisas acerca de como se define a orientação sexual de uma pessoa, não se tem uma resposta que explique essa questão. Porém independentemente disso, podemos fazer uma relação simples entre escolha e algo que não podemos evitar.

Pensando em uma sociedade qualquer, seja a real ou uma sociedade alternativa, onde só existisse uma forma de relações amorosas e sexuais aceitas e todas as outras fossem abominações, você escolheria, frisando que seria por livre e espontânea vontade, ser diferente dos demais, sabendo que as consequências disso trariam sofrimento, dor, preconceito, medo, depressão, espancamento, morte, dentre outras?

Trazendo o filme Orações

para Bobby, de 2009, nós temos uma resposta para essa pergunta. Ninguém gostaria de ser morto por intolerância, desprezo e violência pelo simples fato de amar ou se sentir atraído sexualmente por outra pessoa, de forma que para a sociedade isso seja errado.

Mas ainda que a pessoa houvesse escolhido, a questão indefere do fato de ser uma escolha ou não. A preocupação principal deve ser com o respeito, com todas as orientações sexuais, respeito com todas as pessoas desligando-se do fato de sua orientação sexual. Quando o respeito imperar, tanto irá fazer se foi uma escolha ou algo biológico.

EXPRESSÃO DE GÊNERO

Expressão de Gênero é o conjunto de informações que você expressa socialmente, essas informações envolvem vestimentas, piercings, tatuagens, cabelo, maquiagem, readequações corporais, que levam em conta o papel sociedade que isso tudo acarreta. Sabendo que a expressão de Gênero não tem nada a ver com a sua orientação sexual, ou sua identidade de gênero.

É necessário entender que Expressão de Gênero é como a pessoa se comporta na sociedade, e por mais que o marketing e a mídia imponham que existem roupas e objetos de homem ou de mulher, temos que ter em mente que os objetos não têm gênero, quem faz o gênero das coisas somos nós, a partir do momento que usamos.

Devemos levar em conta as expressões de Gênero não-Binárias, que não levam em conta essa dualidade Homem/Mulher, baseiam-se em expressões ambíguas, neutras, agêneras, múltiplas e parciais. Considerando a expressão de Gênero como algo que não precisa estar ligada a uma coisa só, mas a qualquer função que a pessoa que expressa quiser.

Sexo Biológico

O sexo biológico é uma classificação das gônadas, genitálias, gametas ou composição cromossômica de alguém. Ou seja, é a forma como a pessoa nasce anatomicamen-

te falando, de acordo com suas genitálias, principalmente.

Se o indivíduo nasce com uma vagina e aparelho reprodutor uterino, se denomina aquele ser de menina e se o indivíduo nasce com um pênis e testículo, se denomina aquele ser de menino.

Essa classificação não considera aspectos psicológicos daquele ser e é totalmente separada das questões de orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero. É uma classificação utilizada desde os primórdios da humanidade e é utilizada para designar o sexo de qualquer animal.

Há seres que são intersexuais, que significa que há alguma diferença nos órgãos genitais que dificulta e/ou impossibilita a classificação citada acima. Para “solucionar” o problema, existe um procedimento cirúrgico, que pode ser aconselhado por médicos e decidido pela família, que define o sexo do indivíduo. Normalmente se escolhe pelo sexo feminino, pois o mesmo terá maior utilidade do que um pênis não funcional, o que seria mais difícil de aceitar socialmente.

O problema é que essa prática não leva em conta as questões de identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual, portanto aquele indivíduo pode nunca se identificar consigo mesmo e ter grandes dificuldades em compreender sua sexualidade.

A medicina não é a grande vilã da história, antes, é parte da ordem social que exige que as pessoas tenham um sexo verdadeiro – homem-masculino e mulher-feminina – e que essa verdade esteja sinalizada no corpo. A anatomia ainda funciona como o lugar primário para anunciar a verdade dos sujeitos (PINO, 2007, p. 171).

CONSIDERAÇÕES

Ao longo da construção desse artigo, ficou clara a necessidade de trazer esses questionamentos e discussões para a sala de aula, sendo assim é reiterada aqui a impres-

cindibilidade dos professores e professoras serem preparados em suas formações para problematizar essas questões.

Também é primordial a participação ativa dos pais, mães e responsáveis, na construção coletiva desse diálogo voltado a gênero e sexualidade, pautado claramente no respeito às diversidades, sejam elas de gênero, sexualidade, religiosa etc.

Com esse entendimento, temos como grande objetivo a sistematização de conceitos, buscando assim a desmistificação de tabus presentes na educação e na sociedade como um todo, na sala de aula e fora dela, assim refletindo positiva-

mente na realidade do aluno.

Compreendemos que este artigo é um ato mínimo, mas que faz parte de um movimento de respeito ao próximo, não importando aspectos de gênero e sexualidade, para que as pessoas se aceitem como são e parem de enxergar os outros com desdém e inferioridade.

É muito importante que passos assim sejam dados, para que a sociedade possa entender que não é expondo as diferenças dos outros e as negatando que uma suposta superioridade será alcançada. Quando for possível a compreensão de que realmente o que importa é a igualdade, aí teremos alcançado um

avanço incrível, mas para isso é realmente necessário que essas temáticas sejam abordadas em sala de aula e em casa.

Também é indispensável dizer que entendemos claramente as dificuldades que as escolas enfrentam, ainda hoje, na abordagem desses assuntos. Por conta disso é tão significativo atos como este da oficina itinerante do PIBIDGeo sobre Gênero e Sexualidade ao desmitificar conceitos e estereótipos até então construídos na nossa sociedade, priorizando dessa forma a conscientização das pessoas, em prol da vida e do respeito mútuo.

Referências

- ALVES, R. A. **Alegria de ensinar**. Campinas: Papirus, 2003.
- ADICHIE, C.N. **Sejamos todos feministas**. Traduzido por: Cristina Baum. São Paulo: Cia das Letras, 2015. Pág. 64.
- BRASIL, **Parâmetros curriculares nacionais**. Pluralidade cultural e orientação sexual. Temas transversais. V.10. MEC. Brasília. 1997.
- BOOTH, T.; AINSLOW, M. **Índice Para a Inclusão: Desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola**. Traduzido por: Mônica Pereira dos Santos. Produzido pelo Lapide, 2002.
- BORTOLINI, A. **Diversidade sexual e de gênero na escola**. Revista espaço Geográfico, Brasília, v.123, p. 27-37, agosto 2011.
- CAPLAN, Paula. **Delusional Dominating Personality Disorder**. (Em inglês). *Activist Men's Journal* (Volume 17) (Número 1): 171-174. 1990.
- DRUMONT, M.P. **Elementos para uma análise do Machis-**
- mo. *Perspectivas*, São Paulo, 3: 81-85, 1980
- FURLANI, J. **Mitos e Tabus da sexualidade Humana**. Florianópolis: CEPEC Editora, 1998.
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática de libertação – uma introdução ao Pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.
- JUNQUEIRA, R. D., **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas**. Bagoas n. 04 2009 p. 171-189. Disponível em <www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art09_junqueira.pdf>
- LOURO, G. L. **Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade**. *Form. Doc.*, Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan./jul. 2011. Disponível em <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>
- MARQUES, R. **O que é feminismo?** Disponível em: <<http://meexplica.com/2015/11/o-que-e-feminismo/>>. Acesso em: 24 de abril de 2016.
- PINO, N.P. **A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos**. *Cadernos Pagu* (28), janeiro-junho de 2007:149-174,
- RENA, L. C.C.B. **Sexualidade e Adolescência: As oficinas como prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- ROSSI, C. F. **Feminismo ou Femismo? São coisas completamente diferentes**. 2011. Disponível em: <<https://feminismosempre.wordpress.com/2011/07/10/feminismo-ou-femismo-sao-coisas-completamente-diferentes/>>. Acesso em: 24 de abril de 2016.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978
- SILVA, D. M. **Relações de gênero no espaço escolarizado: o desafio de integrar polaridades**. In: FRAZÃO, Lillian Meyer; ROCHA, Sergio Lizias C.de. O. (Orgs) *Gestalt e Gênero*. [S.L.]: livro pleno, 2005.
- TAGLIAMENTO, G.; BEIRAS, A.; TONELI, M.J.F. **Revisitando seus próprios valores: trabalhando sobre sexualidade e gênero**. Extensão: Florianópolis, 2005.
- WEEKS, J.. **O corpo e a sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes, (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001¹

1 Licenciando em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel e bolsista do PIBID Geografia UFPel. E-mail: pheniquerfael@gmail.com;

2 Licencianda em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel e bolsista do PIBID Geografia UFPel. E-mail: dessapel95@gmail.com;

3 Doutora em Ensino de Geografia (UNESP 2008), Mestre em Ensino de Geografia (UNESP 2003) e graduada em Geografia (UNESP 2000). Atualmente é professora adjunta III do Instituto de Ciências Humanas/Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas/UFPel. É Gestora Educacional do PIBID/UFPel. E-mail: liz.dias@yahoo.com.br;

4 A palavra "chauvinista" foi originalmente usada para descrever alguém fanaticamente leal ao seu país, mas a partir do movimento de libertação da mulher, nos anos 60, passou a ser usada para descrever os homens que mantêm a crença na inferioridade da mulher, especialmente nos países de língua inglesa. A expressão, "chauvinista masculino", é proveniente do nome de Nicolas Chauvin, soldado francês que foi considerado o melhor exemplo de como um homem deve ser, era corajoso, honrado e perseverante. No espaço lusófono, o termo chauvinista é utilizado, mas "machista" é muito mais comum.

5 Fala da escritora Chimamanda Ngozi Adichie, no discurso "We Should all be Feminist", no ano de 2013.

Entrevista com Jandira Feghali



A **Juventude.br** bateu um papo com a deputada federal e pré-candidata a prefeita do Rio de Janeiro Jandira Feghali. Militante dos movimentos feminista e de saúde, Jandira é uma referência também nos temas comunicação e cultura, tendo sido secretária de cultura do município entre 2009 e 2010. Na entrevista, gentilmente cedida no trajeto entre um compromisso e outro, ela fala sobre o conceito de cidades mais humanas, traduzida em sua pré-campanha como “Rio em Comum” e sobre os desafios a serem enfrentados pela gestão de grandes cidades.

Entrevista realizada por Luana Bonone*

Juventude.br: Jandira, o Rio é uma metrópole de grandes proporções, visualmente marcada pela desigualdade, que afeta o próprio cotidiano da cidade. De que maneira a gestão pública municipal pode promover políticas que enfrentem os problemas gerados por um nível tão grande de desigualdade?

Jandira: Em primeiro lugar, é importante falar da nossa concepção de tratamento da cidade, que a gente tem chamado de “Rio em Comum”. Pensamos a cidade como um corpo

único, reconhecendo que a desigualdade aumentou no Rio de Janeiro – todos os dados nos demonstram isso. Por incrível que pareça, ela aumentou mesmo com todo o investimento que o governo federal fez no estado e na cidade, pois o aproveitamento dos gestores locais foi alguém do que poderia ter sido. Então a desigualdade se aprofundou, porque no confronto entre privilégios e direitos, infelizmente os privilégios tiveram maior peso nos processos de gestão locais. Basta olhar a própria questão da mobilidade urbana, que é algo que salta aos olhos quando você conversa com qualquer jovem nessa cidade: foi feita uma política que interrompeu linhas que ligavam a cidade de uma região à outra, o Rio é uma cidade que tem uma tarifa altíssima, com ônibus que não circulam durante todo o tempo, os trens também possuem limite de horários, entre outras dificuldades, e há ainda o problema do metrô: a prioridade dada foi para a Barra da Tijuca, o que não favorece a maioria dos trabalhadores, cujos postos de trabalho estão concentrados no centro, e os locais de moradia pesadamente na Zona Oeste. A mobilidade é a expressão clara de que não há transparência, de que o comando continua na mão das empresas de transporte, fatores que fazem com que o povo sofra. O BRT¹, por exemplo, já nasce saturado, o VLT² tem um limite no centro... Só estou exemplificando pela mobilidade para mostrar que a preocupação não é com o povo mais pobre da cidade, ou com jovens que moram distante do centro, com a juventude que precisa estudar. O passe livre é limitadíssimo – só nos dias de semana – o RioCard (cartão de integração do transporte) não funciona bem, ele não é distribuído, ou seja, é uma imensa dificuldade o direito de ir e vir. E essa cidade não tem vários centros, as pessoas não tem arte, lazer e cultura, a não ser que elas criem, mas sem a ajuda do poder público. Então a criação das pessoas e a criatividade delas faz com que a arte entre em suas comunidades, mas não há apoio, fomento e sustentação do poder público para isso. E há um outro aspecto: o Rio de Janeiro não tem um líder político, ou uma líder política, que lidere a questão metropolitana. Não há a dimensão metropolitana na gestão do Rio de Janeiro, assim como

1 Bus Rapid Transit: Transporte Rápido por Ônibus

2 VLT: Veículo Leve Sobre Trilhos

não há a dimensão democrática, de transparência, de interatividade, de consulta. Não há, por parte do gestor do Rio de Janeiro, uma preocupação com a indução de cadeias de produção, geração de emprego, geração de oportunidade. Desigualdade reduz quando você tem renda, quando você tem acesso a bens e serviços, quando você pode trabalhar, e essa não é a preocupação. O braço de acumulação no Rio de Janeiro é a especulação imobiliária: é o metro quadrado mais caro do Brasil; os empregos são transitórios na construção civil em função de obras para o grande evento, que são as Olimpíadas, mas não há uma indução da cadeia de produção. A maior parte da indústria do estado está na capital, você tem polo farmacêutico, a cultura do conhecimento, a economia da cultura, a área do audiovisual, a área da indústria fonográfica... entretanto não há nenhuma preocupação da gestão de induzir cadeias de produção permanentes, o que faz com que tenhamos um base produtiva oca, sem indução de cadeias produtivas que permitam a geração de empregos, que deem oportunidade de forma permanente, com consequente redução da desigualdade.

Juventude.br: Vários problemas que você pautou são comuns a diversas outras grandes cidades, ou até cidades médias do país, como a questão da mobilidade, que de fato afeta bastante a juventude. Qual deve ser o centro da política de transportes ou, de maneira mais ampla, das políticas de mobilidade urbana?

Jandira: Em primeiro lugar, é preciso fazer a integração dos modais: aquaviário, trilho e rodoviário. Tem que aumentar o transporte sobre trilhos na cidade, tem que auditar a planilha de custos, realinhar as linhas de ônibus que mais favorecem a maioria da população, é preciso o prefeito se articular com o governo do estado no sentido de olhar as concessões das linhas de trem e readequar este processo para servir à sociedade toda. E há uma outra questão importante: adensar a habitação mais próxima do trabalho e colocar trabalho onde a população está intensamente concentrada. Há que se mudar a ló-

gica: nem todos que moram no Rio precisam trabalhar no centro ou na Barra. É preciso gerar trabalho onde as pessoas moram e adensar a habitação onde há mais oportunidade de trabalho, onde há infraestrutura, porque isso reduz muito a necessidade de largos trechos de mobilidade. A mobilidade não é um fim em si mesmo: você pega um ônibus, um trem, um metrô, uma barca, para algum objetivo; então, se eu aproximo os objetivos, se eu desenvolvo o conjunto da cidade, a mobilidade servirá a este objetivo. Por isso a mobilidade tem que estar articulada com o planejamento urbano e com o desenvolvimento econômico, afinal o Rio é uma cidade grande, não está ao alcance de uma caminhada. E há o aspecto do preço, do valor... já fizemos um estudo e vamos lançar o compromisso da tarifa zero para alguns segmentos sociais. Seria uma ampliação do passe livre, mas para além da semana e para outros segmentos. A tarifa zero será para os desempregados, para o trabalhador informal, para todo mundo que tem bolsa família, para os estudantes de todos os níveis de ensino da área pública, e para os estudantes do FIES, ProUnistas e cotistas do ensino privado. Isso beneficiará em torno de 700 mil pessoas na cidade, dos setores mais populares, obviamente, e estudantes. O custo disso chega a R\$ 900 milhões por ano, é um valor que, auditando tudo que está se fazendo no Rio de Janeiro hoje, é possível de bancar. E nós vamos assumir o compromisso da tarifa zero para esses setores.

Juventude.br: Você traz algo que me parece muito contemporâneo no debate sobre política urbana: ao falar de mobilidade, falou também sobre a importância de descentralizar os lugares de geração de emprego, descentralizar o que faz as pessoas saírem de casa, os objetivos. Da mesma forma, quando se fala em combate à violência, há que se pensar em revitalização de espaços, em iluminação pública, ou seja, políticas integradas. Eu queria que você falasse um pouco qual é a sua visão a respeito dessa concepção de gestão integrada e que explicasse o que seria o conceito de Cidades Mais Humanas, que aqui você chama de Rio em Comum.

Jandira: Nós temos algumas linhas

que costumam toda a proposta. A primeira é o fio condutor democrático. A cidade hoje não tem nenhum ponto de toque, nenhuma tangência com a sociedade. Tudo que é feito, é sem nenhuma consulta, sem que a sociedade opine sobre as prioridades. Nós achamos que esse lugar de opinar é a escola, que está em todos os bairros. São 1.493 escolas no Rio, elas devem ser o lugar, o lócus de um fórum de bairro, reunindo a associação de moradores, o comércio, a comunidade: pais, alunos, etc. Esse conselho de bairro deve se reunir regularmente, e o prefeito, ou a prefeita, deve ir até lá – olhando para esse conjunto e vendo a frequência, obviamente. Ao mesmo tempo que você ouve as prioridades, você presta contas do seu gasto; nós precisamos criar fóruns comunitários para discussão, e eu acho que a escola é o lugar para fazer isso. Tem um outro fio que costura todo o programa, que é a transversalidade de gênero. A questão da mulher deve estar posta, sob a ótica de uma feminista como eu, e do programa que estamos construindo, de forma que em todas as políticas públicas haja um foco na especificidade da mulher: seja na segurança, no trabalho, na saúde (mulher nenhuma pode morrer de parto), na educação, e tal. Terceiro, nós vamos partir da centralidade da cultura. A cultura não apenas como arte, mas a cultura da convivência, da solidariedade, da integração, essa centralidade é importante para esse programa. E uma quarta questão é a territorialização das políticas integradas. O que se precisa em Madureira não é igual a Copacabana, que não é igual a Rocha Miranda, que não é igual a Campo Grande. Então você precisa territorializar as políticas de acordo com as demandas e especificidades locais, as prioridades de cada lugar. Há lugares em que cabe indústria, há lugares onde não cabe, lugares em que vai caber teatro, outros já tem. Então há que se territorializar as políticas, dando todo esse conjunto de dimensões, com visão participativa da sociedade. É preciso criar mecanismos de participação direta, de integração gestão-sociedade. Essa é a forma que a gente vê de embasar um programa que pense o bem comum e pense uma cidade integrada e democrática.

Juventude.br: Além de ser uma mulher de muita expressão na política,

você sempre participou desse debate, dessa luta, foi relatora da Lei Maria da Penha, então, além das políticas transversais, imagino que seja necessário promover políticas públicas específicas voltadas para esse público: tanto para o empoderamento quanto para o combate à violência. O que é possível fazer no âmbito do município?

Jandira: Eu acho que a primeira questão é ter mais mulher na gestão, colocar as mulheres realmente em espaços de poder e de decisão. Segundo, é pensar as políticas no campo do trabalho, da educação. Dentro da escola é preciso promover a discussão de valores desse tipo, de debate de gênero. Essa história de Escola Sem Partido impede que as pessoas sejam transformadas em cidadãos plenos, com valores da solidariedade, da não-discriminação, do não-preconceito. Há uma TV na cidade do Rio de Janeiro, que ainda é um espaço alugado de canal, mas precisamos fazê-la uma TV pública de fato. Usar a comunicação comunitária, a comunicação pública para trabalhar valores, trabalhar a cultura da não-violência, a cultura da prevenção. E destacadamente nessa questão da violência contra a mulher – que é gravíssima: a cultura do estupro, a cultura do assassinato, do feminicídio, da agressão – temos que fazer o município cumprir o seu papel definido na Lei Maria da Penha, que eu conheço bem, porque escrevi a lei. Então é muito importante que, numa gestão como a nossa, essa ótica de gênero esteja presente em tudo. Nós queremos a cidade segura, agora, é muito importante pensar que ela tem que ser segura olhando para a mulher, porque as mulheres são mais facilmente agredidas e violentadas do que os homens em uma cidade sem iluminação, sem estrutura, sem prevenção e sem acompanhamento do que significa a valorização da mulher na sociedade hoje, na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil.

Juventude.br: Essas desigualdades, a respeito das quais falamos no início, que são característica da maior parte das cidades brasileiras, se não de todas, atingem de maneira mais direta, mais profunda e mais violenta as mulheres – que aqui já falamos –, a juventude, os negros e negras, e a população LGBT, em especial se tais fatores são combi-

nados. Que tipo de recorte pode ser feito nas políticas públicas para enfrentar esta realidade?

Jandira: Do ponto de vista nacional, você tem hoje a lei que acaba com os autos de resistência, que precisa ser aprovada, e a proposta de redução da maioria penal, que precisa ser barrada. Porque nós precisamos, a partir de leis nacionais, impedir que os jovens negros sejam assassinados pela polícia, e a forma de enfrentar o problema do domínio do tráfico, da milícia, da violência contra a sociedade, do ponto de vista do município, muitas vezes é você gerar o contraponto, na verdade. Quer dizer, quando eu falo da cultura da não-violência, ao invés de você mandar uma bala, manda um teatro, manda um cinema, manda uma escola, manda um esporte, manda a cultura e manda a oportunidade. A escola em tempo integral não existe no Rio de Janeiro, ou são exemplos absolutamente singulares – porque os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), naquele formato que havia, acabaram, o tempo integral aqui vai até duas da tarde. A escola deve ser um espaço com horário de fato integral, as creches devem ter horário estendido, por causa das mulheres e homens que trabalham até tarde, mas nós precisamos fazer da escola um espaço realmente de integração da comunidade. O que nós precisamos gerar, no combate ao tráfico, à milícia, à violência, são exatamente políticas públicas integradas, de todos os tipos, que gerem integração comunitária, oportunidade de trabalho, cultura, educação e cidadania para todo mundo.

Juventude.br: Você já falou sobre cultura algumas vezes. Como a cultura pode ser um elemento de promoção da cidadania, de combate à desigualdade?

Jandira: Eu tenho uma frase que diz: “a arte salva”. É fato. Quer dizer, a arte e a cultura possibilitam uma mudança de relações humanas, de relações de afeto. Essa campanha eleitoral, esse momento que vai se viver das eleições municipais, para mim não é apenas uma disputa pragmática do voto, é uma disputa de perspectiva, de vida mesmo. Que vida nós vamos defender? Como vamos defender? Com que perspectiva de futuro? Que cidade de fato a gente precisa construir para que as pessoas se agridam menos e

se solidarizem mais? Então a cultura, nesse sentido de valores, e ao mesmo tempo, de ter espaços de cultura, de integração, de formação, de produção, isso tudo é oportunidade, é integração, é mudança de afeto, é mudança de relações entre as pessoas.

Juventude.br: Por fim, estamos na Cidade Olímpica. O que significa para o Brasil e para o Rio de Janeiro receber as Olimpíadas? E, quanto ao legado, eu gostaria que você comentasse os equipamentos criados para os jogos: como será o acesso dos jovens e da população em geral a eles?



Jandira: Nós temos discutido muito isso. Primeiro, uma crítica que a gente faz ao processo de construção da Cidade Olímpica, é que foi o período de maior remoção de comunidades, mesmo se juntar todos os prefeitos. Algumas das famílias não tiveram nenhuma alternativa, outras tiveram alternativas muito frágeis, do ponto de vista da sua história, da sua vida. É muito ruim o que aconteceu, muito grave também. Segundo, foi uma construção que se fez sem olhar para um planejamento urbano real. Há PEUs (Projeto de Estruturação Urbana), que são áreas de preservação, sendo liberadas para especulação

imobiliária. Foi uma construção feita sem observar o Estatuto da Cidade. O Plano Diretor da cidade do Rio é muito ruim, mas a questão da construção da Cidade Olímpica não tem nenhum vínculo com aquilo que se precisa para uma cidade democrática, comum. Ninguém pode ser contra o BRT, o VLT, a mudança da Praça Mauá, derrubar a perimetral, não é isso. O problema é discutir se é suficiente, se o que se gastou está dentro do parâmetro correto; e é preciso auditar, pois não há nenhuma transparência. Acho que o legado não é suficiente, é para alguns. E a sustentabilidade dos equipamentos, pelo que parece, também não foi pensada. Porque nenhum equipamento esportivo tem sustentabilidade apenas com esporte, tem que haver outras atividades para dar sustentabilidade a esses equipamentos. Então, qual é o planejamento disso que fica depois? Quem gere, com que atividades? Foram feitas obras no Rio de Janeiro que favorecem uma parte apenas da cidade, não são suficientes para o conjunto, com um gasto absolutamente oneroso e sem transparência. Mesmo o BRT, que todo mundo tem que ser a favor, já nasce saturado, porque a mobilidade não pode ser pensada apenas em vias expressas de ônibus. Então eu acho que o legado para a cidade não vai ser visível para a maioria da população.

Juventude.br: E o legado poderia ser outro? Quer dizer, as Olimpíadas poderiam ser uma oportunidade? É bom para o Brasil, para o Rio de Janeiro receber os jogos?

Jandira: Não tenha dúvida. É bom para o Brasil, é bom para o Rio, é bom para a imagem da cidade, para as divisas que você constrói, porque todo mundo gasta aqui... isso tudo é muito importante. No entanto, o mais importante para a cidade é o que fica, não é o evento em si. O evento em si é apenas o argumento para que você viabilize a cidade, e se você olhar para Barcelona e para o Rio de Janeiro você vai ver a diferença de institucionalidade, de planejamento e o que ficou lá, que atingiu a população inteira, e não apenas uma parte privilegiada dela.

*Luana Bonone é jornalista, mestra em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, e integrante do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé.

Universitários paulistas entre Congressos e gestões

Nota para a história da UEE-SP, da fundação à campanha da legalidade (1949-61)

Fernando Garcia

Após o fim do Estado Novo (1937-45), a necessidade de desenvolver a industrialização brasileira e o novo papel que o Brasil poderia desempenhar naquele pós-guerra, fez com que as forças progressistas, democráticas e nacionalistas encampassem a luta pela nacionalização do petróleo em torno da bandeira “O Petróleo é Nosso!” em 1948. Militares, intelectuais, estudantes, trabalhadores e amplas parcelas de brasileiros se uniram numa das maiores campanhas cívicas já realizadas no país. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi uma das principais entidades a mobilizar pesados esforços na campanha que lutava contra aqueles que acreditavam que a ‘natureza’ do Brasil era agrária e defendiam que empresas estrangeiras poderiam participar da extração e industrialização do nosso petróleo.

Decorrente desse embate, iniciaram-se os esforços, no segundo semestre de 1948, para fundar a União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP). Foram três os principais fatores: 1) a necessidade das entidades estudantis paulistas organizarem campanhas comuns; 2) a complexificação do movimento estudantil nacional, que exigia um desenvolvimento maior nos principais estados; e 3) a conjuntura política, que confluía campanhas democráticas que mobilizaram setores progressistas de São Paulo e do Brasil. Tais elementos possibilitaram o amadurecimento do movimento estudantil paulista e fizeram acirrar a disputa entre projetos opostos. Em outras palavras, a UEE-SP é resultado direto do encontro da juventude paulista com a luta pela nacionalização do petróleo.

Entre os dias 21 e 25 de janeiro de 1949, realizou-se o 1º Congresso Estadual de Estudantes, que tinha como pauta principal a fundação da UEE-SP. Também foram eleitas uma plataforma político-estudantil e uma direção, cujo presidente foi o estudante da então Faculdade de Direito de São Paulo (hoje Faculdade de Direito da PUC-SP) e presidente do Centro Acadêmico 11 de Agosto, Rogê Ferreira, um dos principais líderes estudantis naquele momento.

Rogê destacou-se ao investir esforços políticos em prol da nacionalização do petróleo brasileiro. A participação de Rogê havia sido tão importante para o movimento estudantil em São Paulo e no Brasil que logo depois ele foi eleito presidente da UNE, no 10º congresso da entidade, naquele mesmo ano. Dessa forma, a UEE-SP passou a presidência interina ao 1º Vice-Presidente, o estudante de medicina Walter Belda, que levou a gestão até o próximo congresso da UEE-SP, no ano seguinte.

Em 1950, a pauta política girava em torno das eleições presidenciais que levaram Getúlio Vargas, agora pelo voto, ao Palácio do Catete. O 2º Congresso da UEE-SP, em maio, elegeu José Colagrossi Filho. Porém essa gestão não empolgou a base do movimento estudantil. Duas razões se fizeram presentes: por um lado, não havia ainda uma tradição de organização estadual de estudantes universitários – o que levou à fragilidade política estrutural da UEE-SP –, e por outro, a condução de Olavo Jardim à presidência da UNE arrastou a entidade nacional à política da União Democrática Nacional (UDN), desagradando larga parcela dos estudantes. A gestão de Jardim alterou em grande medida a toada progressista do movimento estudantil em nível nacional e em muitos estados. O que não implicou que, nas bases, os estudantes deixassem de desenvolver pautas e ações de lutas progressistas.

Passaram-se alguns meses até que os centros acadêmicos do estado se rearticulassem e reerguessem a UEE-SP, sob uma gestão de transição levada à frente pelo estudante de direito Agostinho Batarello, eleito no 3º Congresso da UEE-SP. Dessa forma foi possível revolver grupos e instituições estudantis para um novo conclave em 1952. Neste 4º Congresso foi eleito o estudante de engenharia da Faculdade Presbiteriana Mackenzie e presidente do Centro Acadêmico Horácio Lane, Fernando Gasparian. Tanto o congresso quanto a gestão de Gasparian foram marcadas pela luta intransigente contra as tramas imperialistas de comprometer a soberania do Brasil e pela intensa luta em defesa da nacionalização do petróleo.

Fundação da "União Estadual de Estudantes", é o principal objetivo da instalação do 1.º Congresso

Fala, no JORNAL DE NOTÍCIAS, o estudante Nelson Borsari, 3.º secretário da Comissão de Organização — Uma prova de que não hão de calar-se frente às pretensões inquisitoriais da polícia carioca — Colaboração da imprensa e do rádio

Conquanto publicações que vêm sendo feitas pela imprensa desta Capital, devam ser instaladas, de 20 a 25 do corrente, em local a ser precisamente escolhido, o 1.º Congresso Estadual de Estudantes de

tarde de ontem, o estudante Nelson Borsari, 3.º secretário da referida Comissão, sobre os objetivos principais do Congresso a ser instalado. Distintos, de início, o nome escolhido:

talvez a necessidade da existência de um órgão estadual, sem o qual não poderão os Centros Acadêmicos ser filiados à "União Nacional dos Estudantes", sendo que uma importante decisão foi tomada por

ação, que ficou assim constituída: secretário-geral, Carlos Alberto de Souza Barros; 1.º secretário, Hilário Cordeiro dos Santos; 2.º idem, Luiz Hildebrando Pereira da Silva; 3.º idem, Nelson Borsari. Comissão de Teses: Nicolau Assaf,

Red. Chefe - Ademar Florillo • Diretor - MATINAS SUZUKI
Ano XVI • SÃO PAULO - ABRIL DE 1949

União Estadual de Estudantes

WALTER BELDA
(3.º Vice-Presidente da U. E. E.)

O movimento estudantil de São Paulo, instalado no ano de 1949, foi o resultado do "1.º Congresso Estadual dos Estudantes", que realizou brilhantemente em São Paulo a "União Estadual de Estudantes".



JOÃO EDUARDO
"cambião que devemos preservar"



Walter Belda



Essa diretoria se identificava – mesmo sem o compromisso de afiliação –, na sua maior parte, com as ideias do “socialismo democrático” postuladas pelo recém-criado Partido Socialista Brasileiro (PSB), que contava com católicos de esquerda, simpatizantes do trotskismo e nacionalistas em geral. Sendo assim, as disputas pelos rumos da gestão confluíram contra os militantes ligados à União da Juventude Comunista (UJC), organizada pelo Partido Comunista do Brasil, então identificado com a sigla PCB. Interessante notar que as pautas gerais marcavam grande convergência entre jovens comunistas e jovens partidários do “socialismo democrático”, como, por exemplo, a luta contra o Acordo Militar Brasil-EUA e a nacionalização do petróleo; deixando assim pouco espaço para a corrente ligada às ideias da UDN no movimento estudantil universitário paulista.

A corrente marcadamente de direita tenta voltar à UEE-SP no 5º Congresso, em 1953, com a candidatura de José Gregori à presidência, mas os nacionalistas vencem com o amazonense e estudante de direito do Largo São Francisco (Faculdade de Direito da USP) Almino Afonso. Essa vitória selou o compromisso – ao menos naquele momento – dos estudantes paulistas contra as bandeiras entreguistas. Almino conduziu uma gestão brilhante à frente da UEE-SP.

De oratória muito acima da média e uma capacidade fora do comum de aglutinar setores diferentes, levou ao movimento estudantil parcela maior de estudantes mulheres, aprimorou o departamento de cultura – do qual fora diretor na gestão anterior –, levou a entidade ao diálogo com amplos setores das vidas políticas nacional e estadual e mobilizou grande número de estudantes para pressionar pela nacionalização do petróleo. A vitória viria com a fundação da Petrobras em 3 de outubro de 1953.

Em abril de 1954, a chapa nacionalista, apoiada por Almino Afonso e outros grupos progressistas, não venceu o 6º Congresso da UEE-SP. A polarização política que tomava conta do país entre nacionalistas e entreguistas (institucionalmente projetada, respectivamente, no PTB e na UDN) contaminou o movimento estudantil paulista e o congresso elegeu Oswaldo Lara Leite Ribeiro.

A gestão de Oswaldo foi o avesso da anterior, mesmo assim, não conseguiu conter a ascensão de moças – no jargão da época – no movimento estudantil. Tanto na Universidade Católica (hoje Pontifícia), como na USP e no Mackenzie, surgiram novas dirigentes estudantis, que compuseram a gestão ou mesmo a oposição. Uma das principais ações da gestão Oswaldo foi um manifesto clamando às forças armadas que pedissem a renúncia do então presidente,

Getúlio Vargas, e que assegurassem “as garantias constitucionais”. Oswaldo aproveitou a crise, agravada com o chamado “atentado da rua Toneleiro”, que matou o Major Rubens Vaz e feriu o líder udenista Carlos Lacerda, para alinhar a UEE-SP às políticas gerais da UDN. Em carta assinada no jornal *O Estado de São Paulo* edição de 7/8/1954 (p. 32) bradou que “a voz de Carlos Lacerda não se pode calar”. O presidente da UEE-SP empunhou a bandeira que desmontaria “as muralhas da fortaleza da corrupção”, como identificava o governo nacionalista de Vargas.

Essa gestão, abertamente de direita, apoiou, com amplo apoio da UDN, a candidatura à presidência da UNE do estudante paulista Augusto Cunha Neto no 17º congresso da entidade, em julho de 1954. Cunha Neto venceu, mas não tinha apoio da juventude udenista como um todo, já que se opunha às investidas golpistas dessa agremiação. Dessa forma, em uma manobra politicamente hábil, Cunha Neto abriu a gestão às lideranças mais progressistas – inclusive nacionalistas – que haviam perdido o congresso.

O 7º Congresso da UEE-SP, ocorrido em maio de 1955, em Piracicaba, elegeu o estudante da Escola Politécnica da USP, Claudio Jacoponi. Desde a morte de Getúlio e durante todo o governo Café Filho, a conjuntura nacional fora a principal pauta política estudantil e combustível para as discussões internas da entidade. A UDN paulista tinha forte influência no conjunto da diretoria e, ao mesmo tempo, pesada oposição na maioria dos centros acadêmicos e base de estudantes. Nesse clima, o congresso foi palco de intensa discussão sobre os fundamentos políticos da UEE-SP.

A chapa vitoriosa do congresso de Piracicaba foi eleita com um programa mínimo inovador e audacioso. Pela primeira vez um departamento feminino é institucionalizado na UEE-SP. Trabalho que vinha ganhando espaço desde a gestão de Almino Afonso. O programa também cita uma aproximação dos estudantes com o movimento sindical e a classe operária; tendo, inclusive, uma coluna sindical no boletim da UEE-SP. Organizar cursos de extensão sobre “serviços públicos”, uma biblioteca especializada e uma campanha para o barateamento dos livros usados nas faculdades, também eram alguns dos pontos do programa.

Em setembro, a UDN (prevendo que perderia a disputa presidencial), propôs que se adiassem as eleições. Diante de tal disparate – que ganhava força em parcela da população graças a uma imprensa politicamente ligada aos pensamentos mais atrasados – os nacionalistas, democratas, partidos políticos, movimentos sindical e estudantil

mobilizaram milhares de brasileiros em várias partes do país para lutar contra o golpe que já ganhava ares de normalidade constitucional. A UEE-SP ajudou a articular a *Liga de Defesa da Legalidade*, que reunia os movimentos sociais, intelectuais e personalidades de diversos ramos e matizes políticos e ideológicos. E no dia 6 de setembro, na praça Roosevelt, na capital paulista, a *Liga* fez um comício onde Jacoponi e o jurista Evandro Lins e Silva foram dois dos principais oradores.

Em 3 de outubro, Juscelino Kubitschek foi eleito presidente e João Goulart vice. Mas as forças armadas estavam divididas e tentavam um golpe com a campanha udenista de barrar a posse dos eleitos. Para frear a possibilidade crescente de um golpe militar, o Marechal Henrique Teixeira Lott, ministro da guerra de Café Filho organizou uma manobra de “volta ao quadro constitucional vigente”, garantindo a posse de JK e Jango. A UDN estava na ofensiva para tomar o governo de qualquer forma, mesmo que fosse sem votos.

Em maio de 1956, em Ribeirão Preto, a UEE-SP realizou seu 8º Congresso, que elegeu o estudante de medicina da USP Antônio Carlos Massarotto Cesarino. Novamente o congresso da UEE-SP foi pautado por forte teor anti-imperialista e democrático. Aprovou-se a resolução de campanha pela anistia dos presos políticos; pela criação de um fundo de amparo à pesquisa; por abono de faltas aos congressistas do conclave da UEE-SP; e criação de um movimento pela proibição da exportação de minérios monazíticos, altamente radiativos e usados na fabricação de bombas atômicas (desde a gestão de Fernando Gasparian, a UEE-SP se colocara contra a participação do Brasil na cadeia internacional de produção de bombas atômicas).

Com o aumento acelerado da consciência política dos estudantes, houve importantes manifestações e até greves nas universidades que pautavam maior democracia na relação das reitorias com seus alunos. A gestão de Cesarino foi instada a participar dessas mobilizações e o fez com sucesso. Um dos pontos que mais marcou essa gestão foi a campanha contra o aumento das passagens de bondes. Junto com a União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES), a UEE-SP mobilizou greves e manifestações para tal campanha. Cesarino se deparou com a necessidade de que os manifestantes mantivessem a calma, pois provocadores alheios à organização dos atos depredavam bondes e prédios públicos. A UEE-SP se colocou efusivamente contra esse tipo de manifestação violenta.

O 9º Congresso da UEE-SP, realizado em maio de 1957, elegeu o estudante João Eduardo Correa Jr. e aprovou uma greve geral de estudantes

paulistas para o dia 20 do mesmo mês. O intuito da greve era chamar atenção do povo paulista e de todo o Brasil para os atos violentos que a polícia do ditador cubano, Fulgêncio Batista, realizava contra as manifestações estudantis daquele país.

No mês seguinte a UEE-SP participou, junto com os deputados estaduais Cid Franco e Germinal Feijó, o cientista Mário Schenberg, sindicalistas, militares, jornalistas, parlamentares, da construção do Programa Básico da Federação Nacionalista do Estado de São Paulo. E no dia 26 de julho apresentaram os doze pontos desse documento em um comício na Praça da Sé onde João Eduardo falou em defesa da soberania e da política externa ativa ao lado do governador General Porfírio da Paz, do prefeito Adhemar de Barros, do presidente da UNE, José Batista de Oliveira Jr., entre outros. Talvez essa tenha sido a gestão que mais conseguiu se comunicar com a sociedade: em 1957, João Eduardo conseguiu articular um programa de TV na Record, onde tratava das questões estudantis e políticas. A gestão de João Eduardo foi chamada de “comunista”, “agitadora”, “promotora de propaganda vermelha”, “xenófoba” por “não aceitar recursos privados internacionais” e recebeu investidas agressivas por parte da imprensa ligada à UDN. Esses ataques tinham por finalidade desgastar a imagem da UEE-SP entre os universitários paulistas e arranhar a imagem de seu presidente.

Mesmo depois de tantas lutas importantes e vitórias que mudaram a cara do movimento estudantil paulista, a institucionalidade da UEE-SP guardava debilidades. O 10º Congresso foi antecipado para fevereiro de 1958, para que a manobra de direita de estudantes ligados à UDN (com apoio irrestrito de jornais diários) não inviabilizasse a existência da UEE¹. Diante de divergências com o processo do congresso, em maio, menos de três meses depois, foi realizado o 11º Congresso Estadual de Estudantes que elegeu e empossou Tabajara da Silva Firpo, da *União Operário-Estudantil de São Paulo*.

Esse presidente enfrentou o acirramento político radicalizando as ações da UEE-SP. Durante a campanha pela meia entrada de estudantes nos cinemas, organizou o que ficou conhecido como *fila boba*: longas filas com dezenas de estudantes que apenas pediram de forma vagarosa a compra do ingresso com meia entrada (e naturalmente receberiam a recusa do bilheteiro), dessa forma atrapalhavam a compra dos ingressos inteiros, a sessão começaria e a sala ficaria vazia. Essa era uma forma de luta completamente pacífica adotada para a campanha de meia entrada que deixava os empresários das casas de exibição apavorados, já que o prejuízo era certo.

Quando o Secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, veio ao Brasil, a UNE fez pesada campanha de repúdio e preparou uma manifestação na frente da sede, na praia do Flamengo. Sabendo do protesto, Dulles não passou pela frente da sede e não viu *in loco* a imensa faixa escrita “*Go home, Foster Dulles!*”. Tabajara estava nessa manifestação e declarou à imprensa local que “os estudantes paulistas não recebem com agrado o visitante” e o repudiam enfaticamente. Na mesma declaração ele pede ao presidente da república “que não se desvie das linhas mestras traçadas em sua campanha eleitoral” e não recue na soberania do país.

O 12º Congresso da UEE-SP foi realizado em setembro de 1959, com proposta de industrialização, fortalecimento da democracia e desenvolvimento do internacionalismo estudantil. O nacionalista Armando Martins de Azevedo foi eleito presidente. A gestão de Armando foi de defesa da democracia e dos direitos humanos. Nesse período, por um erro jurídico, foi sentenciado à morte, nos EUA, Caryl W. Chessman, por conta de uma semelhança física com um famoso *serial killer*. Intensa campanha se fez em todo o mundo para rever o processo e não condená-lo à morte. A UEE-SP participou ao lado de sindicalistas, artistas, escritores e esportistas de um comício monstruoso que reuniu mais de 250 mil pessoas no centro paulistano, pela clemência de Chessman, no dia 14 de outubro. Armando declarou a necessidade da defesa da vida e de julgamentos baseados na verdade.

No mês seguinte, a UEE-SP deflagrou uma greve estudantil contra os empresários da carne que, alegando inflação, haviam aumentado os preços, fazendo assim faltar o produto na mesa dos trabalhadores. O resultado foi a queda do interventor da carne em São Paulo (uma espécie de secretário de estado que supervisionava o preço e a circulação de carnes na região), Graça Lessa.

Em dezembro, Armando representou a UEE-SP na 1ª Conferência Sul-Americana pró Anistia para os presos e exilados políticos de Espanha e Portugal. Esses países estavam consumidos pelas ditaduras franquista e salazarista, respectivamente, e mantinham presos ou exilados democratas, socialistas, comunistas e quaisquer outros opositores. Na mesma semana, Armando participou da manifestação na recepção do Cônsul adjunto da França, George Geara, para que o diplomata fosse considerado *persona non grata* pelas autoridades brasileiras por causa do violento jugo colonialista que aquele país impunha à Argélia. No 23º Congresso da UNE, em julho de 1960, Armando discursou em solidariedade à revolução cubana, exigiu mais verbas

para as universidades e foi amplamente aplaudido.

O 13º Congresso da UEE-SP, entre os dias 14 e 21 de setembro de 1960, foi realizado em clima tensão. Não se sabia qual chapa era a favorita: a da situação, “Renovação, administração e nacionalismo”, capitaneada por Aprígio Carvalho e Silva, do Centro Acadêmico (CA) 2 de Janeiro, da Faculdade de Direito de São José dos Campos; ou a da oposição, “Ampliação universitária e nacionalismo”, liderada por Bensaúde Branquinho Maracajá, do CA 11 de Agosto. A divisão entre o que se entendia por nacionalismo e as diferenças de concepção de movimento estudantil se afluíram durante o congresso. A chapa de situação apoiava a candidatura de Jânio Quadros e a de oposição a do Marechal Henrique Teixeira Lott.

Os números mostram como os estudantes paulistas, no início da década de 1960, tinham uma consciência mais elevada do que a do povo paulista em geral. O conservador Jânio teve em São Paulo 1.588.593 votos, enquanto o nacionalista e democrata Marechal Lott 441.755; mas na UEE-SP, a chapa que apoiou Lott venceu e elegeu Bensaúde presidente da entidade. Ao contrário da tendência dos universitários paulistas, Jânio Quadros foi eleito presidente da República. Bensaúde já era um conhecido dirigente da *Mocidade Trabalhista de São Paulo*, militante orgânico do PTB paulista e tinha um enorme apetite de realizações para a sua gestão.

No congresso também se aprovou uma moção-convite ao revolucionário cubano Fidel Castro para que uma vez no Brasil, viesse, sob auspício da UEE, a São Paulo (o convite foi aprovado por unanimidade). Foi aprovado, ainda, um convite ao filósofo Jean-Paul Sartre para que se mudasse para o Brasil e se tornasse professor nas faculdades de São Paulo.

Em outubro a UEE-SP organizou, junto com os sindicatos, uma manifestação de estudantes e trabalhadores em apoio à greve dos operários da Fábrica de Biscoitos Aymoré. Os operários reivindicavam um contrato coletivo de trabalho e aumento de salário. Foram 158 dias de greve com apoio dos estudantes. Bensaúde esteve à frente de articulações para mobilização e divulgação das pautas dos operários.

A gestão ainda fez intensa campanha pelo reatamento de relações diplomáticas com a Romênia, a Albânia, a Hungria e a Bulgária, além de denunciar o órgão imperialista Centro Latino Americano de Coordenação Estudantil (CLACE), que funcionava como um “DOPS” (Departamento de Ordem Política e Social) continental. Em

fevereiro de 1961, a UEE-SP publicou um manifesto de defesa dos militantes resistentes à ditadura de Salazar: “irrestrita solidariedade aos defensores da democracia, os revolucionários portugueses (...) bravos homens lusitanos que batalham pelo respeito da integridade moral e física da pessoa humana”, diz o documento.

Em todo o país os estudantes cumpriram importante papel na mobilização contra o golpe que se montava após a renúncia de Jânio Quadros da presidência da República, no 25 de agosto de 1961. O Vice-Presidente João Goulart, que se encontrava em viagem oficial à China, na hora da renúncia não iria assumir a presidência – que tinha direito constitucional – por conta de espúrias articulações vindas da UDN e de parte dos militares. A tentativa de um novo golpe foi o estopim de imensas mobilizações. A UEE-SP esteve à frente, desde os primeiros instantes, da, como ficou conhecida, *Campanha pela Legalidade*. No dia seguinte, decretou greve geral de estudantes “por tempo indeterminado (...) em defesa das instituições do regime e da legalidade” e primeira manifestação foi na praça da Sé. Ao lado da UEE-SP, esteve à frente das lutas a UPES, que mobilizou enorme montante de secundaristas. Assim que foi garantida a posse de João Goulart, como presidente de um regime parlamentarista, a greve foi suspensa.

Nesses treze primeiros anos a entidade desenvolveu laços com as várias gerações de estudantes universitários e amadureceu seu programa progressista. A infância da entidade, traçada nesta nota, mostra que a UEE-SP hoje, quase uma setuagenária, traz desde os primeiros anos de sua história a luta por direitos para os estudantes, justiça social e soberania nacional.

Fernando Garcia de Faria é historiador e Coordenador do Centro de Documentação e Memória (CDM) da Fundação Maurício Grabois.

1 Apesar das fontes sobre esse tema serem precárias, essa é a possibilidade mais provável.

Fontes:

Jornais: Folha da Manhã, O Estado de São Paulo, Diário de Notícias, O Semanário, Nossa Voz, Última Hora, Novos Rumos, Notícias de Hoje, Voz Operária, Imprensa Popular e Correio da Manhã.

Livros, documentos e revistas:

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Uma História da UNE (1945-1964)*. Campinas: Pontes Editores, 2014.

POERNER, Artur José. *O Poder Jovem*. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE SÃO PAULO. *58 anos da UEE-SP*. São Paulo, 2007.

.*Relatório da diretoria – 1953-1954*. São Paulo, 1954.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. *60 anos da UNE*. Rio de Janeiro, 1997.

Entrevista: Almino Afonso (entrevista concedida ao autor em 28/06/2016).

Os desafios das políticas públicas para a juventude diante de recordes de exclusão sócio econômica

Claudia Aniceto Caetano Petuba*
Rafael Cardoso de Oliveira**
25 de julho de 2016

O seguinte artigo discorre sobre os desafios enfrentados pelos gestores de Políticas Públicas para a Juventude-PPJ em Alagoas, estado recordista de índices de vulnerabilidade, ociosidade e homicídios na juventude.

Ele foi elaborado a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, do índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) – Violência e Desigualdade Racial, de 2014, da observação dos marcos do Estatuto da Juventude e dos dados obtidos no I Fórum de Políticas Públicas para a Juventude de Alagoas, realizado em 2016.

Este possui o objetivo de contribuir com a compreensão da visão sobre PPJ e os desafios dessa temática no estado. Nele encontra-se reflexões e provocações necessárias para o caminho a ser percorrido pelos gestores alagoanos.

Os desafios das políticas públicas de juventude na ação estatal

O **Estatuto da Juventude**, sancionado em 05 de agosto de 2013, pela Presidenta Dilma Rousseff, obriga à União e entes federados uma série de responsabilidades e atribuições relacionadas na defesa e promoção da juventude, população jovem entre 15 e 29 anos, além de definir os princípios e diretrizes para o fortalecimento e a organização das políticas de juventude, em âmbito federal, estadual e municipal.

Este marco legal reposiciona as demandas dos estados para com sua juventude, parcela fundamental da população brasileira, aproximados 50 milhões de pessoas, além de criar o Sistema Nacio-

nal de Juventude – **SINAJUVE**.

Este avanço atinge de modo heterogêneo os estados brasileiros, uma vez que suas conjunturas sociais e políticas impõem realidades diferentes e complexas, em Alagoas as PPJ's são marcadas por incompreensões, lutas e avanços. Desse modo, é necessário que se defina o que são **Políticas Públicas** e sua diferença para **Ações Políticas**.

Segundo a Cientista Política Maria das Graças Rua, as políticas públicas:

“[...] compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.

Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das referências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”¹.

Posto isso, a realização do I Fórum de Gestores de Políticas Públicas para a Juventude em Alagoas revelou uma certa incompreensão dessa diferença, uma vez que os dados obtidos nesse espaço verificaram que o Estado além de contar com limitado número de órgãos públicos para a juventude, logo, pouco gestores, esses por sua vez possuem uma visão historicamente limitada das ações dos respectivos órgãos, tornando-os agentes mobilizadores de outras pastas e ou realizadores de eventos.

O Estado de Alagoas conta com 102 (cento e dois) municípios, sendo que apenas três destes contam com órgão da administração direta com ação direcionada para a Juventude, assim, apenas em Água Branca, Piranhas e União dos Palmares há Secretarias Municipais de Juventude; e, em outros cinco municípios existem departamentos ou coordenações de juventude: Arapiraca, Delmiro Gouveia, Maceió, Matriz do Camaragibe e Pão de Açúcar.

Na coleta de informações sobre o histórico das PPJ's nesses municípios é ausente a construção de um banco de informações ou aprofundamento sobre os índices de fragilidade econômica e social dos usuários dos serviços públicos ou reflexão sobre as demandas e necessidades desta parcela da população.

Histórico das políticas públicas para a juventude em Alagoas

A literatura e historiografia da construção e desenvolvimento das PPJ's em Alagoas é limitada à departamentos de instituições de ensino superior, as informações disponíveis são colhidas a partir de experiências empíricas e do pequeno acervo de produção a cerca dessa temática.

No fim dos anos 90, janeiro de 1999, o à época Governador, Ronaldo Lessa² (PSB), criou o Departamento de Juventude, ligado ao Gabinete Civil, contando com uma Superintendência e duas coordenações, essa estrutura dura até o início de 2007, quando no primeiro mandato do Governador Teotônio Vilela Filho (PSDB)³.

Nesse período esse departamento foi fragmentado e distribuído em outras pastas do governo, como a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Minoria e Direitos Humanos - SEPMDH, na qual passa a ser lotada a Superintendência de Políticas Públicas para a Juventude; e na Secretaria de Estado da Articulação Política-SEAP, a Superintendência de Articulação da Juventude.

Com esse novo organograma os órgãos de juventude no Executivo Estadual perdem o elo e com isso o planejamento de conjunto, embebidos da confusão de Políticas de Estado e Ação Política.

No primeiro ano de governo do Governador Renan Filho⁴(PMDB), no dia 01 de abril de 2015, um marco histórico para o desenvolvimento de políticas públicas no estado de Alagoas, foi criada a Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude – SELAJ, inédita na estrutura organizacional do Governo de Alagoas.

Em 2016, uma das ações planejadas de forma estratégica pela Selaj, no sistema de Governança Corporativa, foi a instituição de um Fórum Permanente de Gestores de Juventude de Alagoas, com a missão de estrutura um Sistema Estadual de Juventude a partir da articulação das ações já desenvolvidas para o público juvenil pelas gestões municipais e estadual; que após articulação passarão com ampliação de serviços e territórios de abrangência.

A juventude pobre e negra de Alagoas

A juventude alagoana está inserida num contexto de liderança entre os recordes negativos, há quase uma década, que apontam sua ampla vulnerabilidade. Entre os jovens de 15 à 29 anos 27,4% estão ociosos, segundo os dados Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, enquanto a média nacional à época era de 19,6%.

Além disso, segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014 (IVJ – Violência e Desigualdade Racial) é um indicador sintético, que agrega dados relativos às seguintes dimensões: taxa de frequência à escola, escolarida-

de, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por causas internas, taxa de mortalidade por causas violentas, valor do rendimento familiar médio mensal, agregando ainda o risco letivo de jovens negros e brancos serem vítimas de homicídios.

Numa escala de 0 a 1, no índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) – Violência e Desigualdade Racial, Alagoas possui o maior coeficiente - 0,608. Dado alarmante para um estado que 66,8% de sua população se declara negra ou parda, de acordo com estudo inédito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com a extinta Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial, realizado em 2010.

Assim, num contexto de confusão e ineficiência do **Plano Juventude Viva**, lançado em 2013 pela presidenta Dilma, é urgente que se reflita para o âmbito das políticas de estado se a vulnerabilidade é da *juventude negra ou da juventude pobre*.

CONCLUSÃO

O novo momento vivido nas reflexões sobre construção, execução e consolidação das Políticas Públicas de Juventude em Alagoas mira a criação de um Sistema Estadual de Juventude que capitalize o perfil, as demandas e as ações municipais e estadual voltadas para o enfrentamento dos índices de vulnerabilidade da juventude alagoana.

Além do empenho na criação de uma rede de ações e gestores que possam ao passo que definirem os formatos necessários para a execução dessas políticas, também afirmar a juventude como agente de direitos.

A partir de um planejamento sistêmico e enraizado que dê conta da reafirmação da criação de órgãos de juventude em todas as cidades do estado, com orçamento e profissionalismo de seus gestores.

*Graduada em Administração pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL e em Direito pelo Instituto de Ensino Superior de Alagoas-IESA, especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera, pós-graduanda em Gestão Pública pela UFAL, atual Secretária de Estado do Esporte, Lazer e Juventude de Alagoas.

**Graduando em História na Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, ex – Coordenador de Políticas Públicas para a Juventude da Prefeitura Municipal de Arapiraca e atual Gerente de Políticas Públicas para a Juventude na Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude de Alagoas.

RUA, M. G. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997. 1-2.

2

Governador de 1º de janeiro de 1999 à até 31 de março de 2006.

3

Governador de 1º de janeiro de 2007 a 1º de janeiro de 2015.

4

Governador desde 1º de janeiro de 2015.

Atender e Participar!



A Tenda da Juventude e o Participaê! levam ações de cidadania para os jovens de Alagoas.



**Secretaria do
Esporte, Lazer
e Juventude**

GOVERNO DO ESTADO
ALAGOAS
TRABALHANDO SÉRIO A GENTE CHEGA LÁ

Instituto Pombas Urbanas conquista a ampliação do termo de comodato do galpão que abriga o Centro Cultural Arte em Construção até o ano 2044!

Este documento reconhece a resistência do Pombas Urbanas que há 12 anos ocupa o espaço formando coletivos e é referência na democratização do acesso a arte na periferia

No dia 16 de julho de 2016 no Centro Cultural Arte em Construção no bairro Cidade Tiradentes, o Instituto Pombas Urbanas e a COHAB-SP (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo) assinaram publicamente o termo que acrescenta mais 20 anos ao atual contrato de comodato que cede ao Instituto o direito de uso do espaço para realização de ações culturais junto à comunidade. Com esta ampliação, o termo de comodato estende-se até 2044. Uma vitória na luta pela preservação, ampliação

e continuidade de espaços culturais na periferia da cidade de São Paulo.

Há 12 anos ocupando o galpão que antes estava abandonado, o Instituto transformou o espaço com recursos próprios, vindos do cachê de apresentações teatrais, prêmios e parcerias. Ao longo deste período passou por situações críticas ocasionadas por mudanças no quadro da gestão pública, que segundo interesses partidários ou econômicos, chegaram a ameaçar todo projeto cultural tentando tomar o espaço. Desde o início, o que fortaleceu o projeto foi estabelecer um amplo diálogo com a comunidade, com parceiros da área da cultura e com os órgãos municipais, estaduais e federais. O Instituto somou esforços com o “Bloco de Ocupação de Espaços Públicos” na luta pela continuidade do projeto e também de outros espaços culturais ocupados por coletivos na cidade e que lutam por garantir sua continuidade.

A comunidade também vibrou com a assinatura do contrato que aconteceu na área de convivência do galpão, onde se realizava a 18ª edição do “Somos do Circo”. Cleidionéia Oliveira, que há 23 anos mora no bairro e é bibliotecária do Centro Cultural comemorou: “Sou moradora de Cidade Tiradentes e esse momento para mim é muito importante e emocionante. Ser testemunha de algo que é uma realidade vivida todos os instantes e a cada dia é muito bom porque realmente o Pombas Urbanas merece e nós de

Cidade Tiradentes estamos muito contentes por mais uma conquista, pois os nossos jovens tem um lugar garantido para fazer circo, fazer arte e ser feliz”. Simbolicamente “Néia” foi convidada a assinar como testemunha o novo contrato.

Em roda com alunos e moradores, cantando e tocando músicas do repertório de vários coletivos artísticos que ocupam o espaço, os artistas e gestores do Instituto celebraram a entrega do documento.

O ator Marcelo Palmares do Grupo Pombas Urbanas trouxe a memória de Lino Rojas (1942-2005), fundador do grupo de teatro Pombas Urbanas que criou o Instituto de mesmo nome, responsável pela iniciativa: “Em 2004 quando colocamos os pés aqui pela primeira vez, Lino nos perguntou o que achávamos do espaço e dissemos: Nossa Lino! Está tudo destruído! Tem muita coisa por fazer! A resposta de Lino foi profética: - Vocês não estão entendendo! Esse lugar é um chamado! Se a gente quer fazer teatro com o povo é aqui que estão as histórias! Aqui estão os personagens que precisam ser representados.

Desde então, é com essas histórias que a gente faz todo dia este galpão vibrar! E com essa vibração, recebemos ao ano mais de 20.000 pessoas”.

Hoje todos atores do grupo Pombas Urbanas dedicam-se além do trabalho artístico, à ges-





tão do espaço cultural que é compartilhado com grupos que nasceram a partir do projeto como o Núcleo Teatral Filhos da Dita, a Companhia Aos Quatro Ventos, as Três Marias, o Sol e a Lua e a Trupe de Circo-Teatro Palombar. Todos estes coletivos comemoraram a ampliação do comodato, tendo a consciência de que novos e grandes desafios os esperam. Atualmente o Instituto não dispõe de recursos financeiros suficientes para a manutenção do espaço

Durante a cerimônia de assinatura, Geraldo Jucal, arquiteto e presidente da COHAB SP afirmou “Aqui é mais que arte em construção, é uma arte para a transformação da vida, transformação da sociedade. Ao renovar esse período de permissão, a gente se sente orgulhoso e também na obrigação de fazer essa

contribuição com a cidadania das gerações futuras, com a cultura da nossa cidade, com toda a nossa responsabilidade social. Gostaria muito de agradecer, a gente faz isso com muito orgulho e muita gratidão pelo que está e pelo que ainda será feito”.

Adriano Mauriz, ator do Grupo Pombas Urbanas agradeceu a todos os presentes e argumentou sobre a natureza do trabalho: “A gestão pública tem que entender a vida, pois a vida trabalha para o bem comum das pessoas e quando alguém vai para gestão pública tem que acreditar que pode contribuir com a mudança do mundo. Hoje agradecemos à toda equipe da COHAB e a Prefeitura de São Paulo que acreditou nesta alma, pois esta casa só existe por que tem alma. Este é o mundo que a

gente acredita, que a gente quer, um mundo encantado, um mundo com alma. Nesse momento uma gestão progressista acreditou nesse sonho, mas tem muita luta pela frente! Nossa luta é todo dia e é a vida toda.”

Todos os seres humanos, sem distinção de classe e de raça, crescem criando suas características individuais de expressar-se; de comunicar-se. Portanto, todos podem ser atores e fazer arte, independente de suas individualidades.

Lino Rojas (1942-2005)

Para saber mais:
institutopombasurbanas.org.br
- [youtube.com/user/pombasurbanas2008](https://www.youtube.com/user/pombasurbanas2008)



Estudantes mobilizados Contra o Golpe

A conversa é séria. Pense aí na qualidade da escola pública brasileira atualmente. Pense na qualidade do ensino dos filhos das empregadas domésticas, dos motoristas de ônibus, da grande maioria pobre da população. Pensou? Salas super equipadas, professores com excelentes salários, alta tecnologia, infraestrutura, segurança... Só que não! Todo mundo sabe a vergonha que é o descaso histórico do Brasil com a educação dos mais pobres, desde a implantação das primeiras escolas, ainda no império, para servir somente aos filhos nobres da corte.

Pois é, aí no meio de um golpe de Estado para derrubar ilegalmente a presidenta Dilma – e tentar salvar muitos corruptos como Eduardo Cunha – o vice-presidente conspirador Michel

Temer divulga suas ideias sobre a educação. Sabe quais são? Ele quer reduzir os investimentos da educação na Constituição Federal. Isso mesmo que você leu, ele quer mudar as leis do país para que os políticos gastem menos ainda com educação. Menos ainda do que atual esmola que já não garante o mínimo de dignidade nas escolas públicas que conhecemos. É o que está escrito no seu documento “Ponte para o futuro”, que na verdade é um trem fantasma para o passado.

Outra aposta de Michel Temer, nas suas próprias palavras, é privatizar “tudo o que for possível”. A tendência é que os serviços públicos sejam entregues cada vez mais para as empresas privadas. Na educação isso é um desastre anunciado, porque vai empurrando a escola pública somente para as famílias realmente muito pobres. Logicamente, os investimentos da educação vão diminuindo e vão pipocar milhares de escolas particulares que não têm o mínimo de qualidade e de seriedade com os conteúdos. Aliás, quando a escola é particular, é o dono que manda nos valores que serão ensinados. Debate sobre

machismo nas salas de aula? Só se o dono quiser. Combater o racismo? A LGBTfobia? Só se o dono quiser. Não é esse o modelo de escola que a juventude precisa.

Por essas e por outras, os estudantes brasileiros continuam mobilizados denunciando o golpe de Cunha e Temer que ameaça a democracia. Além do trauma de uma ruptura institucional, muitos dos setores e serviços básicos da população vão sofrer as graves consequências. Temer ganha com seu golpe de Estado, nós perdemos. Temer *wins*, educação *fails*. Não podemos aceitar esse risco. A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e toda a juventude que está se mobilizando recentemente no país, ocupando as escolas, denunciando a máfia da merenda em SP, ganhando as ruas de várias cidades, está consciente de que se a democracia for por água abaixo, ela levará muita coisa junto.

Estamos do lado certo da história. Não deixaremos o lado errado vencer. Não vai ter golpe.

Por Camila Lanes, presidenta da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES)

O acesso e o direito pleno à cidade, passe livre, ocupações e a força da juventude



Estamos assistindo um levante: jovem e irreverente de ocupações dos espaços das cidades. As ocupações se dão como mecanismo de resistência aos retrocessos impostos pela avalanche conservadora que presenciamos nos dias atuais.

Essas “Ocupações”, como a das escolas no ano passado, da Assembleia Legislativa, da FUNARTE, das reitorias das universidades, são um exemplo, de que a juventude carece de viver os espaços das cidades, de senti-los, e também fazer parte da tomada decisões. Paralelamente, surge desse movimento, uma produção cultural intensa, um debate aprofundado sobre a educação e o papel do jovem nos protestos e na política, o reafirmando como um cidadão ativo e participante.

O Passe Livre Estudantil, é uma bandeira histórica, que se relaciona com essa inclusão na cidade, com viver as cidades democráticas. A União Estadual dos Estudantes de São Paulo, junto com a UNE, sempre esteve à frente dessa mobilização, levantando a necessidade, para que a formação de um jovem seja completa, do acesso à cidade através de um sistema democrático e inclusivo de transporte.

É necessário destacar que essas políticas de Estado

visando dar mais direitos para a juventude não combinam com a lógica neoliberal que tenta retomar a política a força nos últimos tempos. O passe-livre só é possível numa concepção de Estado provedor de direitos, atuante e indutor da economia, quando as forças golpistas na verdade querem ver refluir essa tendência, buscando a diminuição do Estado e o detrimento dos investimentos sociais em benefício da reserva do orçamento público para os interesses financeiros. Digo isso, visando traçar uma relação entre o que está acontecendo no âmbito nacional com a gestão pública local.

Nesse sentido, devemos lutar pelo fortalecimento dos conselhos municipais, abrindo o debate para que o povo possa participar ativamente da política democratizando as cidades. É interessante pensar que as ocupações físicas dos espaços institucionais se deem também pela falta de participação do povo, e especialmente da juventude, na tomada das decisões sobre os rumos das cidades.

Flávia Oliveira
Presidenta UEE SP



Ocupar a cidade é ocupar a política

Os acontecimentos daquele emblemático mês de junho de 2013 no Brasil, com a jornada histórica de manifestações por mais direitos, tiveram início a partir de um tema bem específico da vida cotidiana das cidades: o preço das passagens do transporte público. Além disso, esse é um tema tradicionalmente ligado aos movimentos de juventude, que reivindicam há décadas o passe livre como forma de garantir o acesso dos jovens à escola, à cultura, à inclusão nos espaços públicos.

Com o desenrolar das manifestações, outra pauta entrou em cena: a insatisfação com a representação política tradicional no país, dominada sempre pelos mesmos personagens. No sistema político do país faltam mulheres, faltam jovens, faltam negros, falta a população LGBT, faltam exatamente aqueles que compõem as classes populares, a grande maioria das brasileiras e brasileiros. Agora, três anos depois daquele junho e com diversos outros acontecimentos da vida nacional, chegou a hora daqueles jovens ocuparem, além das ruas, a política tradicional, para fazer valer essa transformação.

É isso que buscamos, por exemplo, na nossa pré-candidatura à prefeitura

de Santos, a cidade em que nasci e cresci, na qual conheci os meus primeiros movimentos de juventude, as primeiras ações coletivas, a força das mobilizações populares para a transformação da realidade. A nossa geração, de 2013, está querendo participar em todos os espaços, com a certeza de ter a sensibilidade, a rebeldia e a ousadia necessárias para fazer diferente do que aí está. Não há como esperar que o atual modelo da nossa política se transforme sozinho, sem a nossa participação, sem a nossa presença nos lugares que pertenceram, historicamente, somente a eles.

Porém, não é fácil decidir ser uma jovem prefeita. Ainda vivemos, infelizmente, em uma sociedade cravada de diversos preconceitos em relação à idade, ao gênero, à aparência das pessoas. Há ainda quem acredite que o jovem não está pronto para um desafio como esse, mas a verdade é que enfrentamos desafios iguais ou até maiores nas lutas cotidianas pela educação, pela democracia, pelo desenvolvimento nacional. Foi assim que, nos últimos anos, conseguimos a partir da UNE a conquista do Plano Nacional de Educação, as cotas, o Prouni e o Reuni, o Pré-Sal para a educação, o Estatuto da Juventude.

Foi assim que, enquanto estive presidenta da União dos Estudantes Estaduais de São Paulo, conquistamos o Passe Livre estudantil na capital, garantindo o acesso ao direito de ir e vir aos jovens, para que possam estudar, trabalhar, usufruir da cultura, do esporte, exercer a sua cidadania. Essas são lutas que começam nas ruas, nas manifestações, mas que precisam urgentemente ganhar a política institucional, as prefeituras, as câmaras de vereadores, para se afirmarem em políticas de estado. Não há quem conheça melhor esses

assuntos do que a própria juventude, que sofre diariamente a carência dessas iniciativas.

Por isso, nosso projeto é por cidades mais humanas, com trocas e intercâmbios positivos, com oportunidades para todos, inclusão e combate às desigualdades. Queremos resignificar o espaço público, diminuindo a distância entre as pessoas, promovendo a qualidade de vida e a mobilidade de ideias. Queremos uma nova lógica de deslocamento, ciclovias para as bicicletas, ônibus e metrô de qualidade, menos carros em algumas regiões, um cenário mais agradável, vivo, sustentável. Queremos uma cidade com mais diversidade, tolerância, que esteja pronta para garantir todos os direitos de sua população, uma cidade prevenida para combater o machismo, o racismo, a LGBTfobia.

O Brasil vive um momento grave de crise política e de afronta à sua democracia, a partir do processo ilegítimo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Estão em jogo os avanços de projetos sociais, de políticas que trouxeram novas perspectivas para a população menos favorecida e principalmente para a juventude. Se não enfrentarmos esse momento de forma incisiva, com todos os nossos recursos, teremos o risco de um grande retrocesso. Ocupar a política é um imperativo, é uma forma de chegarmos onde não queremos que cheguemos, é uma forma de resistir e planejar um novo futuro. Vamos em frente.

Saudações estudantis,

Carina Vitral
Presidenta
União Nacional dos Estudantes

Campanha por **+** *direitos* *para as Pós-graduandas* *e os Pós-graduandos*

+ *Assistência estudantil*

+ *Condições de pesquisa*

+ *Bolsas de Pós-graduação*

+ *Melhoria nas relações acadêmicas*

+ *Verbas para ciência e tecnologia*



“Uma das varias formas de mudar o Brasil é investir em Ciência e Tecnologia. A ANPG acredita que o caminho para o desenvolvimento passa por melhores condições de trabalho para aqueles que fazem ciência e pesquisa no Brasil: os Pós-graduandos e Pós-graduandas”

 /anpgbrasil  /anpg  /vanpg

 comunicacao@anpg.org.br  www.anpg.org.br

ANPG

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

MEIA-ENTRADA VOLTOU A SER MEIA DE VERDADE.

**Novo Documento Nacional do Estudante.
Seu direito por inteiro.**

Por falta de controle, a meia-entrada estava sendo usada por muita gente que não tinha esse direito. Mas isso mudou. Segundo a lei 12.933 de 2013, desde o dia 01/12 a única maneira de alguém comprovar que é de fato um estudante passou a ser o novo Documento do Estudante, padronizado nacionalmente pelas entidades UNE/UBES/ANPG. Com isso, a meia-entrada voltou a ser meia de verdade.

Se você é estudante, acesse
www.documentodoestudante.com.br e faça já a sua.



CEMJ



Ajude o Centro de Estudos e Memória da Juventude a lançar a próxima edição da revista Juventude.BR

Financiamento coletivo

O PERFIL E A HISTÓRIA DA JUVENTUDE BRASILEIRA VOCÊ ENCONTRA AQUI

O Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ) é uma entidade especializada em juventude.

Organizada por jovens, a maioria deles oriunda do movimento juvenil, o Centro aglutina historiadores, cientistas sociais, jornalistas, economistas, e outros profissionais para trabalhar o tema na sua abrangência, dedicando-lhe a importância que cabe num país em que mais de 51 milhões de habitantes são jovens entre 15 e 29 anos.

O CEMJ atua principalmente no registro da participação da juventude brasileira e na produção de estudos, buscando subsidiar tanto os movimentos juvenis quanto os gestores públicos em nível executivo e legislativo. Trata-se de uma iniciativa ímpar no país, que busca com base nos esforços dos próprios jovens entender os fatores que condicionam a relação da juventude com o restante da sociedade.

Doe o quanto puder

R\$ 30 e receberá a última edição

R\$ 60 e receberá as duas últimas edições

R\$ 90 e receberá as três últimas edições

Contamos com a colaboração de todos e todas!

Banco do Brasil

AG: 1537-7
C/C: 20030-1

Enviar comprovante de depósito para cemj@cemj.org.br
com cópia para larissamihocemj@gmail.com
com nome completo e endereço!